ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 139
14 de Outubro de 1976

Preço: 5$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05- Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

Pág. 13

## O TRABALHO DOS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## VIII CONGRESSO DO PCP

### • Texto integral das teses neste número do «Avante!»

**Balanço de onze anos decisivos da vida do Povo português, o VIII Congresso do PCP definirá também as perspectivas de acção futura na defesa, consolidação e avanço das conquistas revolucionárias e da democracia rumo ao socialismo.**

**Foram já distribuídas a todas as organizações do Partido as Teses do VIII Congresso e que estão a ser amplamente discutidas e analisadas por todos os militantes.** Esta ampla análise e discussão constitui hoje uma tarefa primordial.

**No sentido de assegurar uma divulgação que corresponda à importância deste trabalho, «Avante!» publica hoje o texto integral das Teses bem como do documento «Medidas de emergência para defesa e consolidação da democracia e da independência nacional».**

**Na pág. 2, o primeiro da série de artigos com os quais o nosso «Avante!» contribuirá para o grandioso trabalho que fará do VIII Congresso um marco decisivo da vida do nosso Partido e da luta da classe operária, dos trabalhadores e de todo o Povo português.**

## FESTA DO «AVANTE!»

**Leitores escrevem-nos acerca da grande festa da FIL**

Pág. 13

## TELEGRAMA DO CAMARADA KIM IL SUNG

Camarada Álvaro Cunhal

Expresso os meus mais profundos agradecimentos pelo seu telegrama de felicitações por ocasião do 28.º aniversário da fundação da República Democrática Popular da Coreia.

Convencido de que as relações entre os nossos dois Partidos se desenvolverão melhor no futuro, aproveito esta oportunidade para desejar-lhe grandes sucessos no seu precioso trabalho contra o imperialismo e pelo desenvolvimento democrático e independente do país.

Kim Il Sung
Secretário Geral do CC
do Partido dos Trabalhadores da Coreia

## Editorial

## UNIDADE: NECESSIDADE HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

A unidade de todos os democratas e antifascistas portugueses, em primeiro lugar a unidade de todos os trabalhadores da cidade e do campo, é, na hora actual, uma necessidade objectiva e histórica da revolução portuguesa.

Aprofunda-se a crise em resultado da política insensata e orientada para a direita do Governo do PS; as soluções de graves problemas nacionais, encarados sob um prisma que não é dos interesses prioritários do povo trabalhador, favorecem claramente as ambições de poder da direita reaccionária.

O facto meritório de alguns departamentos governamentais tentarem levar à prática uma política diferente e resistirem às pressões da direita não anula o sentido geral conservador da política actual do governo do PS.

É uma coisa sabida que uma política de cedências para sossegar a direita constitui um incentivo às arremetidas da reacção. Os factos o comprovam de maneira clara.

As forças reaccionárias, despojadas do poder político pela Revolução de Abril e amputadas na sequência dos seus mais fortes tentáculos do poder económico, aumentam de arrogância e agressividade, não escondem a sua sede de hegemonia política e formulam desde já abertamente as suas exigências de controlo absoluto do aparelho de Estado.

O partido fascista, que se dissemina pelos partidos legais da direita reaccionária e pelas suas organizações de classe mais representativas — como a CAP e a CIP —, vai enfiando os seus homens aproveitando-se dos saneamentos à esquerda, vai minando as engrenagens do Estado pela mão inconsciente de ministros socialistas, vai conquistando posições de importância decisiva a partir das quais conta abater as defesas do Estado democrático para o assalto final ao poder.

(Continua na pág. 2)

Pág. 14

## INTENSA ACTIVIDADE DO MDM

## AGOSTINHO NETO NA UNIÃO SOVIÉTICA

**Importantes acordos assinados entre a URSS e a RPA**

Pág. 15

## INICIATIVA PARA ALARGAR A UNIDADE NAS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS

FRENTE ELEITORAL

POVO UNIDO

**A apresentação de listas é o primeiro passo para a batalha pela democracia nas eleições para as autarquias!**

**O prazo para entrega das candidaturas termina no próximo dia 21!**

## Editorial

# UNIDADE: NECESSIDADE HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA

*(Continuação da pág. 1)*

Não o conseguirão porque as massas populares, as forças democráticas e os militares progressistas, com a força que lhes empresta a Constituição política, são uma barreira intransponível aos propósitos da reacção. Mas o perigo existe, a ameaça é real.

•

Se dúvidas houvesse quanto aos perigos que ameaçam a revolução, o último «arraial» reaccionário da CAP em Rio Maior, o que lá foi dito e feito e principalmente aquele novo "ensaio geral" de corte das vias de comunicação do país é suficientemente esclarecedor quanto às intenções da reacção.

É impossível que os dirigentes do PS não se dêem conta dos perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa e das consequências trágicas que adviriam da sua cegueira política.

Seria uma ingenuidade inadmissível nos dirigentes do PS acreditarem que o seu Governo vai poder contar por dilatados tempos com a ajuda benevolente da direita reaccionária na Assembleia da República e fora dela.

É perfeitamente claro que as frequentes mudanças tácticas do PSD (ex-PPD) e do CDS obedecem a uma estratégia de tomada do poder que exclui o PS.

Os partidos de Sá Carneiro e de Freitas do Amaral iniciaram já claramente na Assembleia da República uma táctica de bloqueio que levaria ao impasse constitucional e este a uma nova arrumação de forças favorável à direita se o demissionismo político continuasse a dominar os actos do PS.

Quando dizemos que a unidade das forças democráticas é uma necessidade objectiva e histórica da revolução portuguesa, apontamos a única alternativa que pode salvar o nosso País dos perigos e ameaças da direita reaccionária, do fascismo.

Numa larga e necessária convergência de forças políticas e sociais interessadas na defesa da revolução e das suas conquistas, a unidade de socialistas e comunistas seria, *no terreno político*, a pedra angular da construção de um Estado verdadeiramente democrático a caminho do socialismo.

A maioria de esquerda, numericamente existente na Assembleia da República, já funcionou no terreno político e pode continuar a funcionar sempre que estiverem em jogo os interesses das massas populares, da democracia, da revolução.

Mas a "maioria de esquerda" não pode funcionar apenas por razões tácticas de ocasião ou por interesses puramente partidários do PS, ainda que em questões sobre as quais as posições de comunistas e socialistas coincidam.

A unidade necessária entre socialistas e comunistas tem de ser alguma coisa mais que um compromisso táctico de ocasião, tem de ser cada vez mais um verdadeiro pacto que vincule partidos democráticos e cidadãos num largo projecto comum virado para o progresso e o futuro socialista do País.

Não se pode pensar num largo projecto comum pactuando, por exemplo, com a política reaccionária do ministro Cardia, que é uma afronta a uma cultura progressista, a um ensino democrático, a um desporto ao serviço do povo. Milhares de trabalhadores intelectuais e manuais disseram-no muito claramente há dois dias diante do ministério de Cardia.

Não se pode aceitar uma política de austeridade que assente de maneira unilateral e injusta sobre a redução do poder de compra dos salários de quem trabalha, sobre uma política económica e financeira que dê privilégio aos grandes possuidores e ponha em risco a indepedência nacional.

Não se pode falar na unidade das classes trabalhadoras, em unidade do movimento sindical, apoiando, por exemplo, os postulados da "carta aberta" e a prática divisionista de alguns dirigentes sindicais de tendência socialista que falseiam o mandato democrático dos trabalhadores dos seus próprios sindicatos e que por estes estão inequivocamente desautorizados, como acaba de suceder nos sindicatos dos trabalhadores de Escritório de Coimbra e de Lisboa, dos Motoristas do Porto, dos Telefonistas de Lisboa, dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e ainda dos Têxteis e Lanifícios de Leiria, Castanheira de Pêra e Avelar.

Não se pode aceitar um projecto comum unitário aprovando a legislação do trabalho antioperária que o Governo do PS acaba de promulgar, nem se pode construir a unidade popular à volta de uma lei eleitoral para as autarquias locais que é um obstáculo à livre expressão da vontade das populações na escolha dos seus legítimos representantes.

•

A constituição da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) e a formação de milhares de Comissões Eleitorais Unitárias (CEU) que estão recolhendo larga adesão de democratas de todas as tendências — incluindo socialistas — não só estão atraindo milhares de cidadãos interessados em pôr à frente dos órgãos de poder local «Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) os mais dignos da confiança das populações contra o caciquismo fascista, como estão constituindo a larga base unitária de uma autêntica maioria de esquerda.

Intensificar a formação de Comissões Eleitorais Unitárias, formar rapidamente as listas de cidadãos eleitores e da FEPU é uma tarefa imediata de todos os democratas e antifascistas.

# ACERCA DO SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DO VIII CONGRESSO DO PCP

Em 1965 reaizou-se, na clandestinidade, o VI Congresso do PCP. São decorridos onze anos sobre a completa análise da situação portuguesa então efectuada, sobre o programa de acção e luta que então estabeleceu a vanguarda organizada da classe operária e dos trabalhadores portugueses. Onze anos em que a análise efectuada e a acção definida foram postos à prova, onze anos em que o Povo português viveu uma riquíssima e importantíssima experiência.

O trabalho efectuado em 1965 determinou um programa de acção política e revolucionária que visava a modificação dessa realidade: a passagem à prática desse trabalho e desse programa contribuiram decisivamente para que, efectivamente, a realidade portuguesa se alterasse.

Que análise global do Portugal fascista efectuada pelo PCP estava correcta demonstra-o o facto de o programa do Partido dela concluido ter cumprido a sua missão de guiar a classe operária e o povo português nesta etapa da luta contra a exploração e a opressão.

Impõe-se hoje o estudo dessa análise à luz dos factos históricos vividos, a reflexão prática sobre o trabalho efectuado, sobre a nova situação criada e a definição das novas tarefas.

A importância do VIII Congresso do PCP é assim claramente apontada pelo período histórico que vivemos e pelo papel nele desempenhado pelo nosso Partido. O Congresso em que se fará o balanço da luta contra o fascismo, da vitória sobre ele e do início da construção de Portugal democrático rumo ao socialismo.

Mas não só.

A defesa e consolidação das vitórias da revolução requerem hoje do povo português e especialmente das classes trabalhadoras a definição concreta dos traços essenciais da nova situação forjada pela sua luta. Definição que baseie um programa de acção que assegure a defesa do caminho percorrido e rasgue as perspectivas do caminho futuro.

As teses já divulgadas e que serão discutidas por todos os militantes do Partido constituem um elemento de trabalho essencial, uma sistematização teórica fruto da própria acção do Partido. A discussão que em seu torno se vai travar, se serve por um lado para nelas introduzir todas as modificações que as tornem mais exactas e rigorosas, serve igualmente para que cada militante possa situar a sua acção no quadro geral da luta revolucionária travada, possa adquirir integralmente uma visão de conjunto de um processo cuja riqueza e complexidade dificultou por vezes a compreensão global. A discussão e compreensão das teses completará assim de forma criadora, aquilo que o trabalho organizado assegura em permanência: a acção consciente, coesa e eficaz de todos os comunistas.

Tal como as vitórias alcançadas quer na luta de ontem contra o fascismo, quer nas jornadas revolucionárias dos últimos dois anos se basearam na correcção com que foi teoricamente caracterizada a situação e definidos os objectivos, no rigor da aplicação do marxismo-leninismo à realidade concreta de Portugal, igualmente as novas tarefas que se colocam na nova situação exigem que a prática revolucionária da classe operária e do povo português, e muito especialmente dos comunistas, seja rigorosamente acompanhada pela teoria revolucionária.

A importância do VII Congreso do PCP transcende, porém, os próprios limites da situação portuguesa. Destacamento do movimento comunista internacional, partido fiel aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, a acção do PCP não é nunca desligada da luta dos povos pela liberdade, pela paz e pelo socialismo. Anos e anos de luta contra o fascismo demonstraram-no claramente, tal como claramente o demonstraram dois anos de processo revolucionário. A solidariedade internacional para com o povo português, o papel de que para a luta de outros povos desempenhou a que o povo português tem vindo a travar, o papel decisivo desempenhado pelos comunistas portugueses, atribuem ao PCP responsabilidades acrescidas face ao internacionalismo proletário.

Se, por um lado, e correspondendo à importância que tem para a nossa luta o património de experiência dos partidos e povos irmãos, os comunistas portugueses podem hoje dar o contributo da análise de um processo de grande riqueza e originalidade, por outro lado, a fidelidade do nosso Partido à defesa da unidade do movimento comunista internacional concede um elevado alcance a uma reunião como será o nosso VIII Congresso.

O VII Congresso do PCP realiza-se nos dias 11, 12, 13 e 14 na FIL. A sua concretização iniciou-se quando, nos dias clandestinos de 1965, as decisões tomadas na reunião do VI começaram a ser levadas à prática pelos comunistas, pela classe operária, pelas classes trabalhadoras, pelo povo português. Hoje, a um mês das sessões de trabalho, há que reflectir essa prática, há que mobilizar todo o Partido para a análise e discussão das teses, para a participação activa na análise do nosso trabalho e da situação actual, na definição das nossas tarefas, com a mesma determinação e vigor com que a nossa luta coloca ao VIII Congresso uma realidade grandiosa a analisar. O esforço de todos os militantes na participação das tarefas do VIII Congresso tem assim de corresponder à necessidade, criada pela força e importância do nosso Partido, de que — como acontecerá — do VIII Congresso nasça o claro caminho do futuro por que firmemente lutamos.

# OS COMUNISTAS E O TRABALHO ELEITORAL

## Um inestimável esforço mobilizador em defesa da democracia, contra os inimigos do Povo Unido

A adesão de muitos milhares de cidadãos, independentemente das suas ideologias e credos à Frente Eleitoral Povo Unido ou ao que ela significa de mobilização para um combate em defesa das liberdades e dos interesses específicos das populações em cada autarquia, para um combate contra o caciquismo, essa adesão que não tem na base programas exaustivos ou o apelo de promessas demagógicas, é talvez a principal característica da Frente e de toda a mobilização em torno da ideia que lhe deu forma.

Com efeito, se a Frente surge como o suporte legal para possibilitar a candidatura de democratas aos órgãos de poder local e assim se constituiu na base de uma coligação de partidos, neste caso o PCP e o MDP, ela é neste momento muito mais do que isso porque representa uma aspiração de unidade do povo contra a reacção e em defesa da democracia. A prová-lo estão as centenas de listas já organizadas, amplamente unitárias, constituídas na base não de uma composição partidária mas no conhecimento que os cidadãos têm daqueles outros que deram provas de honestidade, firmeza e dedicação aos problemas que a realidade social põe todos os dias e que é necessário resolver no âmbito das comunidades locais.

Assim e por todo o país as pessoas dividem-se em dois grupos bem distintos e não conta para essa divisão a coloração partidária; de um lado aqueles poucos que sempre viveram de privilégios e da exploração ou à sombra dos privilégios dos poderosos; do outro os que sempre estiveram contra a manutenção desses privilégios, que sempre foram pela liberdade e pela democracia, os que se bateram por ela ou aqueles que pelo menos aspiravam à liberdade e à democracia e que saudaram o 25 de Abril como a abertura de perspectivas para uma vida melhor em que todos pudessem participar.

As eleições para as autarquias serão as últimas de um processo de institucionalização da democracia, desde 25 de Abril de 1974. Cada uma das eleições, para a Assembleia Constituinte primeiro, para a Assembleia da República a seguir e, mais tarde, as eleições presidenciais, cada uma delas visava objectivos políticos diferentes e teve um peso político diferente, independentemente de se terem realizado durante um processo revolucionário complexo e difícil, que as influenciou e que alterou profundamente a realidade política, social e económica do país. As eleições para as autarquias terão deste modo também um peso político diferente e realizam-se em moldes que permitem, por se centrarem sobre uma realidade mais visível e próxima dos eleitores, uma unidade mais forte das massas populares em torno de aspirações comuns. Se houve gente que votou anteriormente em Partidos reaccionários acreditando votar em valores progressistas, isso deveu-se fundamentalmente ao desconhecimento dos programas, à manipulação da informação (ou à desinformação pura e simples) e às manobras demagógicas de partidos auxiliados poderosamente pelos caciques locais que são o seu veículo ideológico. Nestas eleições é possível e tem sido possível atrair à unidade muita gente honesta na base da discussão e elaboração de listas de pessoas reconhecidamente honestas, contra o caciquismo e a demagogia.

É por isso que uma vez mais o combate ao sectarismo está na ordem do dia e neste campo muitas vitórias se têm conseguido na prática do trabalho unitário, integrando nas listas diversas tendências que dão a primazia àquilo que de comum os faz convergir num projecto de luta em defesa da sociedade democrática e pela resolução dos problemas da população.

O papel dos comunistas não se dilui entretanto num frentismo apartidário. Independentemente de a participação do PCP na Frente ser por um lado apenas um factor jurídico necessário à concretização de listas nos municípios, o Partido tem tido, e é preciso que continue a ter, através dos seus militantes, um papel inestimável no esforço mobilizador e na unificação desse esforço. Todos os comunistas participam e devem participar no trabalho da Frente, no trabalho eleitoral, com a sua intervenção criadora e abnegada que sempre os tem distinguido na luta contra a opressão, colocando-os sempre na primeira linha do combate pelas liberdades e pelo melhoramento das condições de vida do nosso povo.

Apesar de haver condições para levar a bom termo um trabalho tão grandioso, não se podem no entanto menosprezar as manobras das forças políticas reaccionárias, conciliadoras ou dos grupos "esquerdistas". Quer através do aparelho de Estado que controlam uns, a diversos níveis, quer através dos caciques de que outros dispõem, quer através de promessas demagógicas e irrealistas ou de manobras divisionistas, muitos e variados são nesta conjuntura os inimigos do Povo Unido. A vigilância, a determinação, a propaganda, o debate, são necessários. E também a urgência. No dia 21 de Outubro, as listas devem ter sido todas entregues.

## AS MANOBRAS DA UDP/GDUPs

*O Partido Comunista Português esclarece que em parte alguma faz unidade com tal grupo anticomunista (UDP/GDUPs) que faz do PCP um inimigo e que, por isso mesmo, é encarado com crescente desconfiança pelos trabalhadores* — afirma-se num esclarecimento da SIP do PCP, em que se revela que, *pelo menos no Campo Grande e na Curraleira, indivíduos da UDP/GDUPs procuram recolher assinaturas para apresentação de listas para as próximas eleições municipais e de freguesia, afirmando tratar-se de listas unitárias em que o PCP participaria.*

E a nota termina *Tratando-se de uma fraude que é de prever venha a ser tentada noutras zonas de Lisboa, o PCP recomenda a maior vigilância, para que não sejam induzidas em erro por tais aventureiros pessoas de boa fé, junto das quais o PCP goza de merecido prestígio e confiança.*

## COMÍCIO ADIADO

Estava prevista para amanhã, às 21,30, a realização do primeiro comício da Frente Eleitoral Povo Unido, no Porto.

Por dificuldades que, estranhamente, foram criadas pelos proprietários à cedência de salas, esta jornada de esclarecimento foi addiada.

**Durante o mês de Setembro a tiragem média do "Avante!" foi de 72700 exemplares**

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

ACONSELHADO AOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA E DE FILOSOFIA DAS UNIVERSIDADES E LICEUS

K. Marx — F. Engels

Primeiro texto integral em português traduzido directamente da edição original alemã de 1890, prefaciada e anotada por **Engels**. Obra básica do socialismo científico em que se explica que a produção económica constitui a base da história intelectual e política; que toda a história tem sido a história da luta de classes, entre explorados e exploradores. Inclui *fac-similes* e nota sobre a primeira edição (parcial) portuguesa, de 1873, e valiosíssimas notas especialmente redigidas para a actual edição pelo professor Vasco Magalhães Vilhena.

Uma distribuição CDL — de novo à venda

Acaba de sair um livro para esgotar

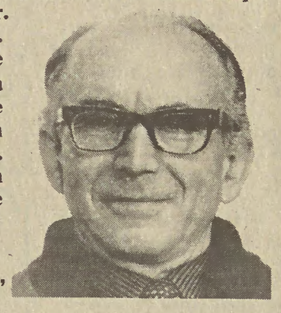
Francisco Miguel

POEMAS

**Nasceu nos campos fartos de fome do seu Alentejo. Em Baleizão. Sapateiro em Serpa. Comunista. Luta aberta nos campos, nas cidades, na prisão, na clandestinidade, no exílio.**

**Quase 22 anos de cárcere, alguns no campo de morte do Tarrafal, para onde seguiu no porão de um navio, algemado. Submeteram-no a trinta e tantos dias de estátua. Resistiu vivo e mudo. Greves da fome. Quatro fugas da prisão, entre elas a histórica fuga do Forte de Peniche e a de Caxias no carro blindado que Hitler ofereceu a Salazar.**

**Agora esta surpresa. Íntima. Esta selecção de poemas, da prisão e da liberdade, escritos entre 1959 e 1974. Que falam da qualidade do homem. Da sua sensibilidade. Da beleza que é capaz de distribuir pelos outros.**



edições "a opinião"

com desenhos e fotos de **Armando Alves**

Uma distribuição CDL

PUB. DISTRIBUIÇÕES

CDL

distribuidora em esclusivo de

Seara Nova, Novo Curso, Neotema, Opinião, INLD, Avante, Novosti, África Editora, Mejdunarodnaia Kniga, Editorial Caminho (o diário), Ed. Comunicação

A CDL DISTRIBUIU ESTA SEMANA

NOVIDADES

A OPINIÃO
POEMAS
Francisco Miguel ..... 50$00

RELANÇAMENTOS

edições Avante!

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA
Marx — Engels
Prefácio do Prof. Magalhães Vilhena ..... 30$00

À VENDA NAS LIVRARIAS

Pedidos à CDL — Central Distribuidora Livreira

Edições SEARA NOVA

O CONCERTO DAS BUZINAS

VIRGÍLIO MARTINHO na sua maturidade de escritor.
Homens encerrados numa prisão onde se forja a liberdade

Colecção Ficcionistas Portugueses

Preço 75$00

COLECÇÃO (RA) REFORMA AGRÁRIA — à venda

edições Avante!

UMA NOVA COLECÇÃO cujos dois primeiros volumes, são um importante estudo de ÁLVARO CUNHAL

# Índice


**INTRODUÇÃO**

1. **A CRISE DO REGIME FASCISTA**
   - 1.0. **Introdução**
   - 1.1. **A crise interna do regime**
     - 1.1.1. Suas manifestações
     - 1.1.2. O agravamento da situação económica
     - 1.1.3. A guerra colonial
     - 1.1.4. O isolamento interno do regime
     - 1.1.5. O isolamento internacional
     - 1.1.6. Condições para a queda do regime
   - 1.2. **O desenvolvimento da luta popular**
     - 1.2.1. A luta do povo português
     - 1.2.2. O movimento operário e sindical
     - 1.2.3. O movimento democrático
     - 1.2.4. A luta da juventude
     - 1.2.5. Outras frentes de luta pcpular
     - 1.2.6. A luta contra a guerra colonial
     - 1.2.7. A luta nas Forças Armadas
     - 1.2.8. Uma única torrente revolucionária
   - 1.3. **A aproximação da crise revolucionária**
     - 1.3.1. Dois factores essenciais
     - 1.3.2. As manobras «liberalizantes»
     - 1.3.3. Tarefas para a liquidação do fascismo
2. **O DERRUBAMENTO DA DITADURA E AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO**
   - 2.0. **Introdução**
   - 2.1. **As forças revolucionárias e o Poder**
     - 2.1.1. Características do Poder
     - 2.1.2. Órgãos do poder político e militar
     - 2.1.3. A iniciativa e acção das massas
     - 2.1.4. Contribuição dos militares revolucionários
   - 2.2. **A conquista das liberdades democráticas**
     - 2.2.1. Exercício e conquista das liberdades
     - 2.2.2. A actividade dos partidos políticos
     - 2.2.3. As liberdades e os direitos sindicais; unicidade
     - 2.2.4. A liberdade de imprensa
     - 2.2.5. Autarquias locais
     - 2.2.6. As liberdades democráticas e as transformações revolucionárias
   - 2.3. **Melhoramento das condições de vida**
     - 2.3.1. Factores de melhoria
     - 2.3.2. Conquistas salariais e sociais
     - 2.3.3. Pequenos agricultores, comerciantes e industriais
   - 2.4. **O estabelecimento do controlo operário**
     - 2.4.1. Origem
     - 2.4.2. Âmbito, objectivos e formas
     - 2.4.3. Gestão pelos trabalhadores
   - 2.5. **As nacionalizações**
     - 2.5.1. A nacionalização dos bancos e dos sectores básicos
     - 2.5.2. As nacionalizações e o sector público; as multinacionais
     - 2.5.3. Intervenções do Estado; as cooperativas
   - 2.6. **A Reforma Agrária**
     - 2.6.1. Papel do proletariado rural
     - 2.6.2. A necessidade da Reforma Agrária
     - 2.6.3. Realizações e êxitos
     - 2.6.4. Movimento de solidariedade
     - 2.6.5. Restantes regiões do País
     - 2.6.6. Transformação da estrutura agrária e das relações de produção
   - 2.7. **O processo de descolonização**
     - 2.7.1. Realização central da Revolução
     - 2.7.2. Relações com os novos Estados
   - 2.8. **Reforço da independência nacional**
     - 2.8.1. Contra as pressões imperialistas
   - 2.9. **As grandes transformações revolucionárias**
     - 2.9.1. Transformações de estrutura
     - 2.9.2. Transformações indispensáveis
3. **O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO**
   - 3.0. **Introdução**
   - 3.1. **As duas componentes e a aliança Povo-MFA**
     - 3.1.1. Conjugação das duas componentes
     - 3.1.2. A força motora da revolução
     - 3.1.3. MFA como movimento revolucionário
     - 3.1.4. A componente popular
     - 3.1.5. O papel de vanguarda da classe operária
     - 3.1.6. A aliança Povo-MFA
   - 3.2. **Os golpes falhados da reacção e o avanço impetuoso do processo revolucionário**
     - 3.2.1. Resistência das forças reaccionárias e conservadoras
     - 3.2.2. Três tentativas contra-revolucionárias
     - 3.2.4. Avanço impetuoso do processo revolucionário
   - 3.3. **A crise político-militar**
     - 3.3.1. Duas deficiências fundamentais da Revolução
     - 3.3.2. Duas dinâmicas diferenciadas
     - 3.3.3. Divisões, conflitos e rupturas
     - 3.3.4. A questão dos órgãos do poder
     - 3.3.5. Por uma solução política da crise
     - 3.3.6. Os acontecimentos do 25 de Novembro
   - 3.4. **O esquerdismo aliado da direita**
     - 3.4.1. O papel do esquerdismo
     - 3.4.2. Características comuns
     - 3.4.3. Influência nociva nas frentes de luta
     - 3.4.4. Os grupos esquerdistas
   - 3.5. **Passagem ao regime democrático**
     - 3.5.1. A contenção da ofensiva reaccionária
     - 3.5.2. Consolidação da situação democrática
4. **O REGIME DEMOCRÁTICO E OS PERIGOS ACTUAIS**
   - 4.0. **Introdução**
   - 4.1. **A Constituição e o novo regime**
     - 4.1.1. A Constituição e o estádio actual do processo
     - 4.1.2. Posição dos partidos reaccionários
     - 4.1.3. Caracterização do novo regime democrático
     - 4.1.4. O sistema dos órgãos do poder
   - 4.2. **As eleições**
     - 4.2.1. As eleições para a Assembleia da República
     - 4.2.2. As eleições para a Presidência da República
   - 4.3. **O Governo PS**
     - 4.3.1. Composição e programa
     - 4.3.2. A prática do Governo
     - 4.3.3. O PCP e os órgãos do poder
     - 4.3.4. Alternativa do actual Governo PS
   - 4.4. **Perigos para a democracia**
     - 4.4.1. Vias da reacção para a reconquista do poder
     - 4.4.2. Agravamento da situação
     - 4.4.3. Tentativas de recuperação capitalista
     - 4.4.4. Ofensiva contra a Reforma Agrária
     - 4.4.5. «Regulamentação» do controlo operário
     - 4.4.6. Agravamento das condições de vida dos trabalhadores
     - 4.4.7. Conspiração neocolonialista
     - 4.4.8. Pressão e ingerência imperialista
     - 4.4.9. Ameaças contra as liberdades
5. **AS MEDIDAS QUE SE IMPÕEM**
   - 5.0. **Introdução**
   - 5.1. **Recuperação capitalista ou perspectiva do socialismo**
     - 5.1.1. As duas dinâmicas fundamentais
     - 5.1.2. Uma aguda luta de classes
     - 5.1.3. Intervenção das classes sociais
   - 5.2. **Problemas cruciais do momento presente**
     - 5.2.1. Insuficiência da produção
     - 5.2.2. Défice da balança de pagamentos
     - 5.2.3. Aumento da produção
     - 5.2.4. Política de austeridade
     - 5.2.5. Medidas para correcção dos défices
   - 5.3. **A reanimação económica e as conquistas da Revolução**
     - 5.3.1. Os dois sectores da economia portuguesa
     - 5.3.2. Papel do sector nacionalizado
     - 5.3.3. Prosseguimento da Reforma Agrária
     - 5.3.4. Consolidação do controlo operário
   - 5.4. **Medidas de emergência**
     - 5.4.1. Necessidade de medidas concertadas
     - 5.4.2. Política financeira
     - 5.4.3. Política industrial
     - 5.4.4. Política agrária
     - 5.4.5. Política comercial
   - 5.5. **Uma política ao serviço do Povo e do País**
     - 5.5.1. Objectivos de uma nova política económica e financeira
     - 5.5.2. Em defesa dos interesses dos trabalhadores
     - 5.5.3. Em defesa dos interesses dos jovens e mulheres
     - 5.5.4. Em defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais
     - 5.5.5. Em defesa dos interesses dos intelectuais e quadros técnicos
     - 5.5.6. Em defesa dos interesses das populações
     - 5.5.7. Ensino e cultura
   - 5.6. **A defesa das liberdades e da ordem democrática**
     - 5.6.1. Uma condição essencial
     - 5.6.2. Pelo respeito da ordem democrática
6. **O MOVIMENTO POPULAR**
   - 6.0. **Introdução**
   - 6.1. **As alianças sociais e as bases de apoio da Revolução**
     - 6.1.1. A base de apoio social
     - 6.1.2. Defesa e consolidação das alianças sociais
     - 6.1.3. Unidade do movimento popular
   - 6.2. **Movimento sindical**
     - 6.2.1. Contribuição para as conquistas revolucionárias
     - 6.2.2. Alargamento das estruturas sindicais
     - 6.2.3. Unidade sindical
     - 6.2.4. Central Sindical Única
   - 6.3. **Organizações unitárias de base**
     - 6.3.1. Expressões do movimento de massas
     - 6.3.2. Comissões de trabalhadores
     - 6.3.3. Comissões de Moradores e Assembleias Populares
   - 6.4. **Movimento de pequenos e médios agricultores**
     - 6.4.1. Estruturas
     - 6.4.2. Organização
     - 6.4.3. Associativismo e cooperação
     - 6.4.4. Reforçar a aliança com a classe operária
   - 6.5. **A luta da juventude**
     - 6.5.1. Papel da juventude
     - 6.5.2. Juventude trabalhadora
     - 6.5.3. Juventude estudantil
     - 6.5.4. Unificar a vanguarda da juventude
   - 6.6. **A luta das mulheres**
     - 6.6.1. Participação nas tarefas democráticas
     - 6.6.2. Pôr fim às discriminações
     - 6.6.3. Exercício efectivo dos direitos
   - 6.7. **Outros grupos e camadas sociais**
     - 6.7.1. Intelectuais, quadros técnicos e profissões liberais
     - 6.7.2. Pequenos e médios comerciantes e industriais
   - 6.8. **Autarquias locais**
     - 6.8.1. Administração democrática
     - 6.8.2. Frente de luta de massas
     - 6.8.3. As próximas eleições
   - 6.9. **Cooperação inter-partidária**
     - **6.9.1. Uma política unitária**
     - **6.9.2 Cooperação PCP-PS**
   - 6.10. **O povo decidirá**
     - 6.10.1. Uma força invencível
     - 6.10.2. Condição indispensável para o êxito
     - 6.10.3. Importância da organização
     - 6.10.4. A luta de massas
7. **O PARTIDO**
   - 7.0. **Introdução**
   - 7.1. **Trabalho de direcção**
     - 7.1.1. Exigências da nova situação
     - 7.1.2. Comité Central
     - 7.1.3. Direcções de Organizações Regionais
     - 7.1.4. Comissões distritais, concelhias, de freguesia
     - 7.1.5. Secretariados de célula
     - 7.1.6. Estilo de trabalho de direcção
   - 7.2. **Formação e promoção de quadros**
     - 7.2.1. Questão de vital importância
     - 7.2.2. Conhecimento dos quadros
     - 7.2.3. Preparação dos quadros
     - 7.2.4. Funcionários do Partido
   - 7.3. **Trabalho de organização**
     - 7.3.1. Um grande partido de massas
     - 7.3.2. Um melhor trabalho dirigente
     - 7.3.3. Quadros intermédios
     - 7.3.4. Contacto com as massas
     - 7.3.5. Alargamento e estruturação da organização
     - 7.3.6. Apoio ao trabalho da juventude, nas organizações unitárias de base, das mulheres
     - 7.3.7. Eleição dos organismos dirigentes
   - 7.4. **O trabalho de informação e propaganda**
     - 7.4.1. Uma nova situação
     - 7.4.2. Características da actividade
     - 7.4.3. Imprensa do Partido
     - 7.4.4. Actividade editorial
     - 7.4.5. Trabalho de agitação
     - 7.4.6. Principais tarefas
   - 7.5. **A frente ideológica**
     - 7.5.1. Acção desenvolvida
     - 7.5.2. Direcções principais
     - 7.5.3. Meios de acção
   - 7.6. **Finanças do Partido**
     - 7.6.1. Ideias basilares
     - 7.6.2. Receitas
     - 7.6.3. Despesas
   - 7.7. **Relações internacionais**
     - 7.7.1. Estreitar relações fraternais
     - 7.7.2. Apoio activo
     - 7.7.3. Algumas incompreensões
     - 7.7.4. Unidade do movimento comunista internacional
     - 7.7.5. Política nacional e internacionalista

**CONCLUSÃO**



Avante!


# TESES PARA O VIII CONGRESSO DO PCP

**Para serem submetidas à discussão em todas as organizações do Partido**

---

**INTRODUÇÃO**

**I — PARA DEFESA DAS LIBERDADES E DA ORDEM DEMOCRÁTICA**

1. **Problemas do Estado**
   - A. Ordem democrática
   - B. Estado democrático
   - C. Justiça democrática
2. **Consolidação das liberdades**
   - A. Liberdade de expressão de pensamento
   - B. Liberdade sindical
   - C. «Regulamentação»

**II — PARA O REEQUILÍBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO**

1. **Política financeira**
   - A. Orçamento
   - B. Balança de pagamentos
   - C. Bancos, moeda e crédito
2. **Política industrial**
   - A. Medidas gerais
   - B. Política de desenvolvimento
   - C. Desenvolvimentos sectoriais
3. **Política agrária**
   - A. Reforma Agrária
   - B. Reforma Agrária noutras regiões
   - C. Pequenos e médios agricultores
4. **Política comercial**
   - A. Comércio interno
   - B. Comércio externo

**III — PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO**

1. **Situação dos trabalhadores**
   - A. Salário e benefícios sociais
   - B. Direitos da mulher e da juventude
   - C. Função pública, quadros técnicos, reformados
   - D. Política de habitação e interesses das populações
2. **Saúde pública**
   - A. Acção médico-sanitária
   - B. Produtos farmacêuticos
3. **Ensino, cultura e ciência**
   - A. Ensino
   - B. Cultura
   - C. Investigação científica e tecnológica

**IV — PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL**

1. **Linhas orientadoras**
   Princípios gerais
2. **Relações externas**
   - A. Países capitalistas
   - B. Países socialistas
   - C. Países libertados

# MEDIDAS DE EMERGÊNCIA PARA DEFESA E CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

**Para serem submetidas à discussão em todas as organizações do Partido**

# Teses para o VIII Congresso do PCP

**1. O VI Congresso do Partido Comunista Português, realizado em 1965 na clandestinidade, aprovou o Programa em que se definia a via para o derrubamento do fascismo e se apontavam os grandes objectivos colocados à classe operária e ao Povo português na etapa actual do seu desenvolvimento histórico — a etapa da Revolução Democrática e Nacional.**

**Nos 11 anos decorridos desde o VI Congresso iniciou-se uma nova época na vida do Povo português e produziram-se profundas modificações na situação internacional.**

**2. A 25 de Abril de 1974, culminando uma ampla, tenaz e corajosa luta das massas populares e das forças democráticas, o glorioso Movimento das Forças Armadas desencadeou a acção militar que, logo apoiada e acompanhada por um levantamento popular, derrubou o regime fascista.**

**Nos dois anos e meio que desde então decorreram, o movimento operário e popular alcançou êxitos históricos, em aliança com o MFA, e realizou muitos dos principais objectivos da Revolução Democrática e Nacional.**

**O Estado fascista foi destruído e foi instaurado um regime democrático, aliando as mais amplas liberdades a profundas transformações económicas e sociais.**

**Foi liquidado o poder dos monopólios e em vastos sectores da economia portuguesa, com as nacionalizações, as intervenções do Estado e o controlo operário, deram-se radicais transformações que abrem uma perspectiva de progresso e desenvolvimento no caminho do socialismo.**

**Foi realizada a Reforma Agrária nas regiões do Sul, que deu a terra a quem a trabalha numa área correspondente à sexta parte da superfície agrícola do País.**

**Foi posto fim à guerra e liquidado o colonialismo português, que constituía uma das principais bases de apoio das forças reaccionárias, formando-se novos Estados dirigidos por forças revolucionárias aliadas do Povo português.**

**Foram conquistadas novas possibilidades de melhoramento das condições de vida das massas populares, com o exercício das liberdades e as transformações realizadas nas estruturas económicas e sociais.**

**Foram criadas condições para Portugal se ir libertando da dominação imperialista e assegurar uma verdadeira independência nacional, seguindo uma política de paz, de relações de amizade e de cooperação com todos os países, designadamente os países socialistas.**

**3. As grandes vitórias da Revolução portuguesa foram alcançadas fundamentalmente pela luta do Povo português. Mas beneficiaram também dum enquadramento internacional favorável que limitou as ingerências e intervenções com que o imperialismo afectou e tentou liquidar o processo revolucionário português.**

**A evolução da situação internacional desde o VI Congresso caracterizou-se por um processo de viragem de um período dominado pela guerra fria para uma nova situação marcada pela crescente afirmação da coexistência pacífica.**

**A alteração da correlação mundial de forças, favorável à paz, à independência nacional, ao progresso social e ao socialismo, foi possível devido fundamentalmente aos sucessos e realizações do sistema socialista, contrapostos ao agravamento da crise geral do capitalismo; aos progressos e vitórias da classe operária dos países capitalistas; aos êxitos do movimento nacional libertador; à consequente acção internacionalista e à política de paz da União Soviética e outros países socialistas.**

**O imperialismo não muda de natureza e para impedir o avanço da luta dos povos recorre aos meios mais criminosos, como no Chile. Perdeu contudo a iniciativa histórica.**

**A vitória do heróico povo do Vietnam, a realização da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia, as profundas transformações que se operam na África Austral e a Revolução portuguesa, ela própria, demonstram que a evolução da situação internacional cria condições para novas realizações e vitórias revolucionárias. A Revolução portuguesa, ao pôr termo ao fascismo e ao colonialismo português, deu também uma importante contribuição para a evolução positiva da situação internacional.**

**4. Na luta pela realização de todas as grandes conquistas da Revolução portuguesa, o PCP, tal como na luta pelo derrubamento do fascismo, desempenhou um papel decisivo, na organização, orientação e mobilização das massas populares, cumprindo em todas as situações e todas as frentes de luta os seus deveres para com a classe operária e o Povo português.**

**Com a sua originalidade e especificidade, com aspectos novos e imprevistos, apesar do desenvolvimento irregular, das contradições e dos recuos, o processo da Revolução portuguesa, no seu conjunto, confirma no fundamental a justeza das previsões e directrizes apontadas pelo VI Congresso do PCP e confirmadas no VII Congresso (Extraordinário) e comprova a razão da confiança sempre manifestada pelo nosso Partido na capacidade revolucionária das massas trabalhadoras e do Povo português.**

# 1. A crise do regime fascista

**1.0. Os últimos anos da ditadura foram caracterizados pelo aprofundamento da crise interna do regime fascista e colonialista e pelo impetuoso ascenso das forças revolucionárias e da luta popular.**

**O regime fascista — ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários — e o seu governo, mostravam total incapacidade de dar solução aos grandes problemas nacionais.**

**O derrubamento da ditadura e, com ela, do poder político e económico dos monopolistas e latifundiários, tornava-se uma necessidade imperiosa e colocava-se na ordem do dia.**

## 1.1. A crise interna do regime

1.1.1. **A crise interna do regime** manifestava-se no agravamento da situação económica, na guerra colonial sem saída, em conflitos entre os vários grupos monopolistas provocando divergências e divisões, no crescente isolamento interno e internacional.

1.1.2. **O agravamento da situação económica** traduzia-se no afrouxamento do ritmo de desenvolvimento, na baixa da produção agrícola, no aumento dos défices da balança comercial (28,4 milhões de contos em 1973), no surto inflacionista e no agravamento das condições de vida dos trabalhadores, provocando a sua emigração em massa (mais de 1 milhão nos últimos dez anos de ditadura).

Os monopólios e o governo procuravam à custa dos trabalhadores sair das dificuldades, acelerar a acumulação, aumentar os investimentos, pagar as despesas da guerra e ganhar capacidade competitiva nos mercados internacionais. Para isso intensificaram a exploração. Proibiram por dois anos modificações dos salários fixados nos CCT. Admitiram o pagamento abaixo do fixado. Aumentaram a jornada e a semana de trabalho. Impuseram ritmos mais apressados de trabalho a que chamavam "produtividade". Encerraram fábricas. Aumentaram o desemprego. Provocaram a inflação e impuseram uma política fiscal degressiva, com um aumento brusco e preferencial dos impostos indirectos (mais 74% de 1970 para 1973) e do imposto profissional.

Na agricultura, apressou-se a ruína do campesinato, com o dirigismo da organização corporativa ao serviço dos grandes agrários e capitalistas, com os monopólios de mercado, com uma política de crédito selectiva a favor dos grandes e uma política fiscal ruinosa para os pequenos. A política fascista causava a ruína e a liquidação das pequenas explorações.

A centralização e concentração aceleradas, o estímulo aos investimentos externos, a ligação e submissão crescente ao imperialismo estrangeiro eram definidos como direcções prioritárias da política económica. O poder e recursos do Estado fundiam-se com o poder e recursos dos grupos monopolistas, o aparelho do Estado e o aparelho dos monopólios fundiam-se num "aparelho único" — no sistema do capitalismo monopolista de Estado.

Tornavam-se predominantes as actividades especulativas. Através da especulação bolsista o capital financeiro não só se apossava de todos os capitais disponíveis (pequenos capitais e pequenas poupanças) como procurava um fictício aumento do capital acumulado sem corresondente no aumento da produção.

O consumo (sobretudo das classes exploradoras e de camadas ligadas à especulação) subia em flecha, sem correspondência no aumento de produção. Desta situação resultava um crescente desequilíbrio económico e a dependência crescente do equilíbrio financeiro de incertos factores externos (turismo, remessas de emigrantes, importação de capitais, lucros das colónias).

A economia nacional entrou em regime deficitário. Os défices da conta do Estado aumentam progressivamente (5,5 milhões de contos em 1973). Com o aumento do défice da balança comercial, a balança de pagamentos passa de saldos positivos para saldos negativos. As reservas de ouro e divisas descem 7 milhões de contos de Dezembro de 1973 para Março de 1974.

Assim, a situação económica e financeira, em vésperas do 25 de Abril, caminhava para um rápido agravamento e um possível colapso.

1.1.3. **A guerra colonial** tornava-se outro factor central da crise do regime.

Insistindo em procurar esmagar com a guerra a justa e irreversível luta de libertação nacional dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, o governo fascista fora conduzido a um beco sem saída.

Os êxitos da luta conduzida pelo MPLA, PAIGC e FRELIMO, a luta do povo português contra a guerra colonial e o colonialismo, a condenação internacional do colonialismo e da guerra, o volume das despesas da guerra (133 milhões de contos desde 1961 a 1973) refreando a acumulação e os investimentos, tornavam urgente e inevitável a curto prazo o fim da guerra e uma solução política do problema. O regime fascista, pelos interesses que representava e pelas suas concepções e métodos, era incapaz de encontrar tal solução.

1.1.4. **O isolamento interno do regime fascista,** resultante destas circunstâncias, acentuava-se nos últimos anos.

A manobra "liberalizante" com que Marcelo Caetano procurava alargar a base de apoio do regime e dividir a Oposição e reduzir a sua base de apoio, falhara completamente. As ilusões que criou em sectores oportunistas da Oposição (designadamente no socialista) depressa ruiram. A manobra acabou por voltar-se contra o próprio regime.

Surgem divisões no campo fascista. Na Assembleia Nacional forma-se uma corrente "diferenciada" e "discordante", com uma plataforma liberalizante (grupo Sá Carneiro). Embora esta corrente, assim como outras de fascistas "dissidentes", nunca tenham passado para a Oposição democrática, embora visasse a defesa do poder da classe dominante apenas através de um abrandamento dos métodos fascistas, foi um factor de enfraquecimento interno do fascismo.

A Igreja Católica, até então completamente comprometida na política fascista, embora não rompendo com o colaboracionismo político, começa a marcar posições diferenciadas em relação à guerra e à ausência de liberdade.

1.1.5. **O isolamento internacional** do regime fascista e colonialista acentuava-se progressivamente.

Ao mesmo tempo que em organismos internacionais começavam a estar representados os movimentos de libertação das colónias portuguesas, eram expulsos doutros organismos os representantes do governo português.

O regime fascista continuou, até ao seu derrubamento, a receber apoio e ajuda dos países imperialistas para a sua política de repressão e de guerra colonial. Mas a hostilidade internacional aumentava dia a dia.

1.1.6. Todos estes aspectos da crise do regime criaram as **condições para a sua derrota.** O PCP, porém, advertiu sempre que o fascismo não cairia automaticamente e que só a luta do povo poderia liquidá-lo.

## 1.2. O desenvolvimento da luta popular

1.2.1. **A luta do Povo português** contra a ditadura e a guerra colonial tornou-se, nos últimos anos do fascismo, um poderoso movimento nacional de massas, que abrangia praticamente todas as classes e camadas antimonopolistas e todos os sectores da vida nacional. A luta popular ameaçava de forma crescente a ditadura fascista.

1.2.2. **O movimento operário** conheceu um importante fluxo nos últimos tempos do fascismo.

Formaram-se centenas de Comissões de Unidade, Comissões de Trabalhadores, que desempenharam decisivo papel na luta da classe operária. Alargava-se a luta a centenas de empresas. O recurso a paralisações, greves e a manifestações era cada vez mais frequente. De Outubro de 1973 até ao 25 de Abril teve lugar uma vaga de greves em numerosas empresas com a participação de mais de 100 000 trabalhadores do sector industrial e de milhares de assalariados rurais no Alentejo e Ribatejo.

Através de uma luta enérgica, de muitos anos, os trabalhadores conseguiram formar, na base da actividade nos sindicatos fascistas, **um movimento sindical independente,** que defendia com firmeza os interesses dos trabalhadores e se opunha vigorosamente, com um trabalho de massas, à orgânica corporativa e à repressão fascista. Em dezenas de sindicatos os trabalhadores defendem firmemente os seus interesses de classe, elegem para as direcções companheiros da sua confiança, realizam grandes assembleias com a participação de muitas dezenas de milhares de trabalhadores. Comissões Sindicais, Comissões Pró-Sindicato e Grupos de Trabalho desempenham importante papel na organização sindical. Em 1 de Outubro de 1970, é criada a **Intersindical** que com a adesão de mais de 40 sindicatos desenvolve um amplo trabalho de massas e conduz uma luta firme contra o fascismo.

1.2.3. **O movimento democrático** reforçava-se organicamente (CDE), realizava grandes reuniões, assembleias, encontros e congressos. O Congresso de Aveiro de 1973, cuja Comissão Nacional tinha mais de 50 membros e onde foram apresentadas 200 teses, metade das quais elaboradas colectivamente, constituiu uma grande afirmação da vitalidade do movimento antifascista.

**A Luta contra a repressão** constituiu um larguíssimo movimento assente em estruturas unitárias em que participavam milhares de democratas.

Em 1973, tal como em ocasiões anteriores, o movimento democrático aproveita habilmente as possibilidades de acção legal criadas pelas "eleições" para a Assembleia Nacional fascista. Tendo à sua frente a classe operária, defrontando a repressão, o movimento democrático desenvolve uma grande campanha política de massas. Abre mais de 40 sedes. Publica milhões de exemplares de documentos. Apresenta candidatos em 9 distritos. Realiza mais de 150 comícios e outras iniciativas de massas em que participam centenas de milhares de portugueses e portuguesas.

A campanha culminou com grandes sessões e grandes manifestações de rua no Porto, Lisboa, Coimbra, Barreiro, Marinha Grande, Leiria e outras localidades, de protesto contra a burla eleitoral, mostrando a força do movimento democrático e o ascenso da luta popular de massas.

A acção de massas revelou o total eclipse da burguesia liberal (evoluíndo rapidamente para o compromisso com a reacção), uma evolução favorável do sector socialista (encorajada pelo encontro e comunicado conjunto do PCP e do PS em Setembro de 1973), a activa participação de católicos progressistas e o decisivo papel do PCP como vanguarda e força dinamizadora da luta popular.

1.2.4. **A luta da juventude** tornou-se uma das mais importantes frentes de batalha contra o fascismo.

**A luta da juventude trabalhadora** nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nas ruas e em crescentes iniciativas de massas (comícios, sessões e debates), em defesa dos seus interesses, contra a guerra colonial, pelo direito ao ensino, pelo direito de voto aos 18 anos, tornara-se com o reforço da organização e actividade do MJT, um movimento em crescente expansão.

**A luta dos estudantes**, tendo como principal base as associações e como vanguarda a União dos Estudantes Comunistas (UEC), apesar da violenta repressão fascista e das actividades desagregadoras dos esquerdistas, constituiu um vigoroso movimento.

Acções pela Reforma geral e democrática do ensino, pela independência do movimento associativo e pela abertura de associações, contra a repressão, contra a guerra colonial (greve geral em Lisboa em 4 de Fevereiro de 1974) e de solidariedade ao Vietnam, eleições para as direcções associativas, reuniões gerais de alunos (RGA), assembleias e greves, mantêm os estudantes nas primeiras filas do combate contra o fascismo.

1.2.5. **Nas mais diversas frentes** desenvolve-se a luta popular.

**Os pequenos e médios agricultores,** orientados pelo jornal clandestino "A Terra", lutam pelos baldios, contra o corte de videiras, contra as taxas dos organismos corporativos, e por outras reivindicações, levantando-se em alguns casos em massa contra a repressão.

**Os intelectuais** desempenham destacado papel em todos os sectores do movimento democrático. A criação da Associação Portuguesa de Escritores, a luta pela Segurança Europeia, o largo movimento dos professores do ensino secundário, as lutas dos engenheiros e dos médicos com assembleias, concentrações e greves, destacaram-se nos últimos anos da ditadura.

A luta contra o **aumento do custo de vida,** as iniciativas do **Movimento Democrático das Mulheres,** o **movimento cooperativista,** a acção das **colectividades populares,** as acções de resistência dos **comerciantes, a luta pelos interesses das populações** alargaram consideravelmente o campo de batalha contra o fascismo.

1.2.6. **A luta contra a guerra colonial,** que, durante alguns anos, fora movimento de opinião, torna-se um dinâmico movimento de protesto popular.

Em reuniões, assembleias, manifestações de rua, grandes campanhas de agitação clandestina, ergue-se a firme exigência do fim da guerra, de abertura de negociações com os movimentos de libertação, do reconhecimento do direito dos povos submetidos ao colonialismo português, à independência completa e imediata. O número de desertores e refractários sobe a dezenas de milhares convertendo-se numa acção de resistência das massas juvenis contra a guerra colonial.

O aparelho militar colonialista é directamente atingido pelas acções armadas da ARA e doutras organizações.

1.2.7. **Nas Forças Armadas** aumentam o descontentamento e as acções de protesto. Desenvolvem-se lutas de soldados, sargentos e jovens oficiais.

Recusas colectivas a prestar juramento, insubordinações e pequenos motins, levantamentos de rancho, acusam o profundo mal-estar e a vontade de luta que se desenvolve entre os militares. Em 1973 surge o **Movimento dos Capitães** que se desenvolve impetuosamente através de métodos democráticos de debate e decisão, vindo a dar origem ao **Movimento das Forças Armadas** (MFA). O MFA traduz, nas Forças Armadas, a tomada de consciência do Povo português da necessidade da pronta liquidação do fascismo, manifestada na luta popular e democrática em desenvolvimento.

No seu rápido progresso, o MFA, a par de actividades (reuniões) abertas e públicas, começa a desenvolver um trabalho de organização revolucionária que viria a possibilitar o levantamento de 25 de Abril de 1974.

As Forças Armadas, que haviam sido durante meio século um instrumento do fascismo, tornam-se dia a dia um apoio condicional e incerto.

1.2.8. Desenvolvendo-se em torno de objectivos concretos específicos, a luta popular de massas avançava nas várias frentes convergindo **numa única torrente revolucionária.**

O PCP desempenhou um papel determinante em todo o desenvolvimento da luta popular e do processo revolucionário que conduziu ao derrubamento da ditadura.

Vanguarda da classe operária, único partido verdadeiramente organizado na clandestinidade, o PCP, orientando-se por uma linha justa, dispondo de uma experiência de dezenas de anos de luta incansável e dedicada, de quadros provados e forjados na luta, foi a grande força impulsionadora da luta popular na sua justa perspectiva revolucionária.

## 1.3. A aproximação da crise revolucionária

1.3.1. Numa situação internacional evoluindo num sentido favorável às forças da paz e do socialismo, o agravamento acelerado da crise interna do regime fascista, a deterioração da situação económica, o impetuoso desenvolvimento da luta popular em todas as frentes e os sucessos da luta armada dos povos submetidos ao colonialismo, aproximaram inexoravelmente uma crise revolucionária.

Convergiram com rapidez os **dois factores essenciais** da vitória antifascista: o regime deixar de ter forças para governar e o povo ter forças bastantes para se levantar contra o Governo.

1.3.2. **As manobras "liberalizantes",** ao contrário do que na época defenderam oportunistas de direita e esquerdistas, não tinham como objectivo abrir caminho para a democratização da vida nacional, mas, através de readaptações e concessões demagógicas, salvar o regime ameaçado.

A definição do caminho para o derrubamento da ditadura fascista tornou-se de capital importância.

Opondo-se às ilusões duma solução pacífica e duma evolução do regime no sentido da democracia, o PCP apontou como solução a via da insurreição popular armada, e insistiu em que, dado carácter fortemente centralizado e militarista do Estado, o derrubamento da ditadura exigiria a participação de uma parte considerável das Forças Armadas e a neutralização de outra parte.

O processo revolucionário trouxe surpresas, designadamente a iniciativa e vitória militar no 25 de Abril. Mas no essencial, confirmou-se que só o movimento popular e uma parte considerável das forças armadas podiam derrotar o fascismo e defender e consolidar ulteriormente a democracia.

1.3.3. O derrubamento da ditadura fascista e a liquidação do fascismo colocaram como tarefas inseparáveis, **a liquidação dos monopólios e dos latifúndios e o fim da guerra e do império colonial português.**

A ditadura fascista era o poder terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários. Era um instrumento dos colonialistas.

A situação política, económica e social nos últimos anos de ditadura, as próprias condições objectivas que identificavam completamente o regime fascista com os monopólios (associados ao imperialismo), os latifundiários e os colonialistas davam um conteúdo antimonopolista, antilatifundista, anticolonialista e anti-imperialista à revolução democrática.

Derrubado o governo fascista, a vitória ou a derrota da democracia dependeria da capacidade do Povo português para liquidar, não apenas o poder político, mas o poder económico do capital financeiro.

A revolução veio a confirmar esta perspectiva de capital importância apontada nos tempos do fascismo pelo PCP.

# Teses para o VIII Congresso do PCP

# 2. O derrubamento da ditadura e as conquistas da Revolução

**2.0. Cabe ao Movimento das Forças Armadas (MFA), o heróico "Movimento dos Capitães", o mérito histórico de ter derrubado o governo fascista e instaurado a liberdade em Portugal.**

**O levantamento militar de 25 de Abril foi imediatamente seguido do levantamento popular, tornando inseparáveis, logo no primeiro dia da Revolução, a acção militar e a acção das massas populares. A aliança Povo-MFA apareceu desde início como a força motora do processo revolucionário.**

**Embora num processo extremamente irregular e acidentado, as forças revolucionárias levaram a cabo, num espaço de tempo relativamente curto, transformações radicais na vida política, nas estruturas económicas, na situação em África, nas relações externas de Portugal.**

**A Revolução não se limitou a mudar a forma de domínio político das classes detentoras do poder económico (monopolistas e latifundiários). A Revolução afastou essas classes do poder político e liquidou, no fundamental, o seu poder económico.**

**A democracia portuguesa criou assim condições básicas para se orientar para o socialismo.**

## 2.1. As forças revolucionárias e o poder

2.1.1. As profundas transformações democráticas que alteraram radicalmente a situação política e as estruturas económicas não partiram de decisões dos órgãos do poder.

Um dos aspectos mais característicos do processo revolucionário português é terem sido realizadas tais transformações sem que existisse **um poder revolucionário** e sem que se tivesse criado um aparelho de Estado correspondente às transformações alcançadas.

Esta situação, se por um lado traduz a extraordinária força, dinamismo e capacidade das forças revolucionárias, criou por outro lado, até hoje, perigos constantes para o processo democrático.

2.1.2. Desde o 25 de Abril **o poder político** esteve sempre partilhado por vários centros de decisão e em cada centro de decisão confrontaram-se interesses e tendências diversas e mesmo contrárias. Tanto no Governo como nas estruturas político-militares existiram sempre a par de forças revolucionárias, forças conservadoras e mesmo reaccionárias.

Também no aparelho de Estado (ministérios, tribunais, diplomacia, mesmo nas Forças Armadas e Militarizadas), apesar de abolidos numerosos órgãos e departamentos, de terem sido afastados os fascistas mais notórios, mantiveram-se estruturas, quadros, orientações e métodos do antigo regime.

Os órgãos de poder e o aparelho de Estado consagraram geralmente com atraso as conquistas revolucionárias alcançadas, criaram frequentemente múltiplos obstáculos ao avanço revolucionário e deram muitas vezes base às forças reaccionárias e conservadoras para sabotarem e atacarem a Revolução e manterem posições para passarem à contra-ofensiva.

Entretanto, a participação no poder político de forças revolucionárias, a multiplicidade de centros de decisão, muitos dos quais resultantes do próprio processo, o apoio de unidades militares às forças populares, tornaram possível que os órgãos político-militares (particularmente o Conselho da Revolução) e os Governos Provisórios, vencendo as resistências internas, tomassem muitas decisões e medidas progressistas, algumas das quais de alcance histórico.

Os ataques constantes dos esquerdistas contra o Conselho da Revolução e os Governos Provisórios coincidiram em absoluto com os objectivos da reacção.

Até à viragem à direita imposta no VI Governo Provisório pela hegemonia PS-PPD, os órgãos do poder político, considerados no seu conjunto, tiveram uma acção positiva.

A participação do PCP nos Governos Provisórios foi politicamente correcta porque útil, necessária e indispensável para a defesa e avanço da Revolução.

2.1.3. **A iniciativa e acção das massas,** com a classe operária à sua frente, foi decisiva em todo o processo revolucionário.

As grandes transformações revolucionárias partiram da iniciativa e da acção das massas populares, que antecederam sempre, nas questões capitais, as decisões dos órgãos do poder.

Sem a iniciativa e a acção revolucionártia das massas não só não se teriam efectuado as transformações profundas da vida política e económica, como as liberdades teriam sido liquidadas a curto prazo.

2.1.4. O êxito da acção revolucionária das massas é inseparável das posições e acções do MFA, — dos sectores revolucionários nas Forças Armadas.

Fazendo frente à reacção nos próprios órgãos do poder e fora deles, apoiando as massas populares, compartilhando eles próprios de aspirações progressistas e de justiça social, **os militares revolucionários** deram uma contribuição decisiva para o avanço da Revolução.

## 2.2. A conquista das liberdades democráticas

2.2.1. A conquista das **liberdades democráticas** não resultou automaticamente do derrubamento da ditadura. Em cada caso, o povo português, aliado ao MFA, conquistou as liberdades, exercendo-as.

As liberdades de reunião, de manifestação, de expressão de pensamento, de imprensa, de associação, de constituição de partidos políticos, de organização e actividade sindical, a gestão democrática das autarquias, assim como o direito à greve, passaram a ser exercidas pelo povo na base dos princípios gerais do Programa do MFA, muito antes da sua institucionalização e regulamentação legais.

2.2.2. No que respeita à **actividade dos partidos políticos** o Programa do MFA, que não previa a sua autorização antes da nova Constituição, foi ultrapassado nos primeiros dias da Revolução pela situação de facto criada pelos próprios partidos e pela acção revolucionária das massas.

2.2.3. As **liberdades sindicais e os direitos sindicais** foram conquistados pelos trabalhadores a partir do grande movimento sindical organizado que vinha do tempo do fascismo.

As direcções fascistas e de lacaios do patronato foram varridas dos Sindicatos. O movimento sidical alargou-se com os sindicatos dos assalariados rurais e dos pescadores e com a organização sindical dos trabalhadores da função pública.

A **unicidade sindical**, ou seja, a proibição por lei da divisão dos sindicatos e da formação de mais de uma central, correspondeu à **conquista e defesa da liberdade sindical,** da independência e autonomia dos sindicatos nas condições da Revolução portuguesa.

A divisão dos sindicatos e a constituição de diversas centrais não só enfraqueceria extraordinariamente a luta das classes trabalhadoras e, na conjuntura existente, traria imediatos perigos para todo o processo revolucionário, como conduziria à perda da independência e da vida democrática e ao seu controlo efectivo por partidos, pelo governo e mesmo pelo patronato.

A Constituição não consagra o princípio da unicidade. Mas é do interesse vital da classe operária e da democracia manter a unidade sindical e uma central única.

2.2.4. A **liberdade de imprensa** foi alcançada num dos mais complexos e contraditórios processos da revolução.

Numa luta tenaz e corajosa, os trabalhadores unidos (jornalistas, gráficos, empregados) sanearam os administradores e as direcções que representavam os grupos monopolistas proprietários da grande imprensa, elaboraram e aprovaram Estatutos de redacção e, durante muitos meses, defenderam e garantiram a liberdade na informação, dando uma valiosa contribuição para a Revolução portuguesa.

A conquista da liberdade de imprensa e a democratização de todos os meios de comunicação social foi altamente prejudicada pelas constantes contra-ofensivas da reacção, pelas tentativas de controlo dos partidos políticos e sectores oportunistas e pelas posições e actividades dos esquerdistas.

O esquerdismo constituiu nos órgãos de comunicação social um factor provocatório, objectiva ou subjectivamente ao serviço da reacção. O verbalismo irresponsável, os insultos grosseiros aos órgãos de poder, o noticiário provocatório, os apelos à insubordinação, à revolta e à insurreição, a irresponsável radicalização de posições nos casos da "Rádio Renascença" e da "República", contribuiram para criar condições para a recuperação pela direita dos meios de comunicação social.

2.2.5. A **libertação das autarquias locais do domínio fascista** constitui um aspecto essencial para a democratização do aparelho de Estado.

Apesar da prolongada resistência da reacção e de certas autoridades, a gestão da maior parte das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia foi confiada a democratas através de grandes acções de massas, em concentrações, plenários e eleições directas realizados no próprio processo de luta.

A libertação das autarquias e a actividade que nelas foi desenvolvida ulteriormente constitui uma grande vitória das forças democráticas e um factor de grande relevo na luta pela defesa e consolidação da democracia.

2.2.6. A conquista das liberdades constitui um objectivo central, fundamental e prioritário, da Revolução portuguesa. Mas a sua defesa e consolidação são inseparáveis da liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários e de **transformações revolucionárias profundas** nas estruturas económicas e sociais.

São erradas tanto as posições social-democratas segundo as quais as liberdades são a única característica fundamental do novo Portugal democrático, como as posições do radicalismo pequeno-burguês que despreza a importância das liberdades.

A democracia portuguesa, para sobreviver e progredir, tem de construir-se tanto no plano político como no plano económico e social.

## 2.3. Melhoramento das condições de vida

2.3.1. A revolução do 25 de Abril representou, globalmente, **uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, particularmente para as categorias de assalariados mais mal pagos.**

Essa melhoria devem-na os trabalhadores à sua própria luta firme, persistente e vigorosa, assente nos Sindicatos e nas Comissões de Trabalhadores contra o patronato reaccionário e departamentos do Estado.

O facto de, durante mais de um ano, à frente do Ministério do Trabalho terem estado defensores dos interesses dos trabalhadores (um Ministro e um Secretário de Estado comunistas e um Ministro do MFA) representou um forte apoio aos trabalhadores para alcançarem a satisfação das suas reivindicações.

2.3.2. Entre as **conquistas dos trabalhadores** em matéria de salários e benefícios sociais destacam-se: o estabelecimento do salário mínimo nacional (17.5.74), que abrangeu mais de 50% dos trabalhadores, e o seu posterior aumento; o alargamento da contratação colectiva que passou a abranger os assalariados rurais e os pescadores; diversos aumentos de salários e vencimentos; participação dos trabalhadores na gestão da Previdência; generalização do direito de férias e do pagamento do respectivo subsídio; proibição de despedimentos sem justa causa, criação do subsídio de desemprego, melhoramento de pensões, fixação em 90 dias de licença concedida às mulheres por motivo de gravidez e parto. Até ao VI Governo Provisório foi praticada uma política de contenção de preços favorável aos interesses populares. A partir principalmente dos fins de 1975, a inflacção, com aumento dos preços, congelamento de salários e redução do poder de compra, diminuiu o alcance das melhorias alcançadas pela luta. Mesmo assim a diferença é considerável. A parte de participação dos trabalhadores no rendimento nacional subiu nitidamente desde o 25 de Abril (48% em 1973; 57% em 1975),

2.2.3. Visando a melhoria da situação dos **pequenos agricultores** foram tomadas algumas primeiras medidas como a lei do arrendamento rural, a extinção dos foros, a devolução dos baldios, o abaixamento do preço dos adubos, a melhoria de alguns preços ao produtor.

OS **pequenos comerciantes** beneficiaram do alargamento do mercado interno. Em relação aos **pequenos industriais** foram encaradas algumas medidas como a criação do Instituto das Pequenas e Médias Empresas e a definição de novas linhas de crédito.

A falta de continuidade destas medidas não permitiu que com a revolução se tenha modificado de forma sensível o nível material de vida de tais classes e camadas da população, tendo mesmo piorado em alguns casos, tornando-as fácil presa da demagogia e desviando-as para o campo de influência das forças reaccionárias.

O desenvolvimento da organização e da luta dessas classes e camadas e uma persistente acção política são essenciais para que essa deficiência do processo democrático seja corrigida.

## 2.4. O estabelecimento do controlo operário

2.4.1. O **controlo operário** apareceu, no decurso do processo revolucionário, como iniciativa da classe operária e das massas trabalhadoras, para acorrer à **necessidade imperiosa de defender a democracia, as actividades económicas, o próprio emprego.**

O controlo operário estabeleceu-se na sequência dos saneamentos de fascistas e reaccionários, da fuga do patronato para o estrangeiro, de situações próximas da insolvência ou falência, de desvios de fundos, fraudes, retirada de máquinas, esgotamentos de *stocks,* cancelamento de encomendas e outras formas de sabotagem económica.

O controlo dos trabalhadores constituiu uma intervenção essencial para evitar a sabotagem e assegurar a laboração e os postos de trabalho.

O controlo operário tem um alto significado democrático e patriótico, e aparece como um dos traços característicos do avanço do processo da Revolução portuguesa.

2.4.2. **O âmbito, objectivos e formas** de controlo operário não foram previamente definidos e unificados. Apareceu como resposta a situações muito concretas nas empresas. Daí uma certa diversidade.

Entretanto, registaram-se algumas características muito generalizadas: acompanhamento dos movimentos de fundos e das contas bancárias, contabilidade e aplicação de créditos, facturação (para detectar subfacturações e sobrefacturações), nível de armazenagens dos produtos acabados e das matérias-primas, mercados, etc.

2.4.3. Em muitos casos, o controlo deu origem à **gestão da empresa pelos trabalhadores.**

Na generalidade dos casos, esta gestão deu resultados muito positivos, permitindo manter a laboração, reanimando e mesmo expandindo a produção, conseguir novos mercados e melhorar ou manter as condições de vida dos trabalhadores.

Muitas vezes, sentindo-se ameaçado, o patronato propôs aos trabalhadores esquemas de co-gestão. Os trabalhadores, muito justamente, recusaram tais propostas na generalidade, porque visavam manter a exploração patronal e uma gestão contrária aos interesses dos trabalhadores.

O controlo operário teve assim (e continua a ter) lugar de relevo na defesa da economia nacional e constitui um elemento integrante e insubstituível da reanimação e reconversão da economia e do desenvolvimento económico nas condições actualmente existentes.

## 2.5. As nacionalizações

2.5.1. A **nacionalização dos bancos e dos sectores básicos da economia** apareceu como resultado do processo revolucionário e da agudização da luta de classes que opunha os grupos monopolistas à Revolução portuguesa.

A sabotagem económica levada a cabo pelos grandes capitalistas, as irregularidades e fraudes que continuaram cometendo, as ajudas dadas à reacção e o comprometimento nas conspirações e tentativas de golpes contra-revolucionários precipitaram o processo, confirmando a tese do PCP segundo a qual a liquidação definitiva do fascismo exigia a liquidação do poder económico dos grupos monopolistas.

2.5.2. As **nacionalizações de empresas** (245 empresas bancárias, de seguros, electricidade,petróleo, ferro e aço, adubos, químicas e petroquímicas, construção de material de transportes, cimentos, vidros, cervejas, celulose, tabacos, pescas, transportes ferroviários, rodoviários, marítimos e aéreos), **liquidaram praticamente os grandes grupos monopolistas.**

O número total de trabalhadores das empresas nacionalizadas sobe a cerca de 140000. O seu capital social global a cerca de 40 milhões de contos, equivalente a 38% do capital social de todas as empresas nacionais. Calcula-se que o sector público (no seu conjunto) corresponde a 44% da formação bruta de capital fixo e a 14% dos trabalhadores assalariados.

Trata-se de sectores básicos da economia nacional, não apenas pela quantidade de empresas mas pelo que representam qualitativamente. A sua consolidação é essencial para o reequilíbrio económico e financeiro e para o prosseguimento da democracia, na perspectiva socialista consagrada na Constituição.

Deve entretanto ter-se em conta que liquidados os grupos monopolistas portugueses, continuaram detendo as suas posições os monopólios estrangeiros, as multinacionais, o que mostra o atraso da Revolução portuguesa na luta anti-imperialista.

2.5.3. **As intervenções do Estado** (plenamente justificadas por sabotagem, insolvência ou fuga do patronato) constituiram outra importante medida revolucionária.

Abrangendo mais de 260 empresas com um total de mais de 60000 trabalhadores, e muitas das principais empresas numa série de ramos (têxtil, metalurgia, fabrico de máquinas, cortiça, construção civil, pesca, papel, vidros, amido, vinhos) as intervenções, as mais das vezes reclamadas pelos trabalhadores, alargaram consideravelmente a zona económica libertada (temporária ou definitivamente) da exploração e do controlo capitalista.

Aos sectores nacionalizados e com intervenção do Estado há ainda que somar cerca de 700 cooperativas fundadas sobretudo em antigas pequenas e médias empresas capitalistas.

Todas estas modificações radicais na apropriação dos meios de produção criaram uma situação completamente nova na economia nacional, estabelecendo uma ampla base para a reconstrução e o desenvolvimento da economia portuguesa rumo ao socialismo.

## 2.6. A Reforma Agrária

2.6.1. **A Reforma Agrária** é uma das maiores conquistas, se não a maior, da Revolução portuguesa.

É uma realização e um feito histórico dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, organizados nos seus sindicatos, tendo à frente o seu partido – o Partido Comunista Português — e apoiados pelo MFA.

O processo foi conduzido fundamentalmente pelo proletariado rural, o que se explica, não só por ser uma classe revolucionária com grande experiência de luta, como pelo facto de ser numericamente a classe mais numerosa na região (85% do total da população agrícola activa).

O proletariado procurou e conseguiu em larga medida atraír e fazer compartilhar na reforma os pequenos e médios agricultores. Admite-se entretanto que, em alguns casos, não foi devidamente considerada a maneira de ser dos pequenos agricultores, de forma a encontrarem-se, para eles, soluções que melhor correspondessem à s suas aspirações.

A Reforma Agrária teve de vencer a desesperada resitência dos agrários, sabotagens, violências, assaltos armados, atentados terroristas, campanhas de intimidação e falsificação, calúnias, tentativas de estrangulamento económico das novas unidades.

Mas os trabalhadores conseguiram vencer esses obstáculos e levar por diante o processo porque estavam fortemente organizados e se mantiveram unidos.

2.6.2. A Reforma Agrária, com a ocupação de terras abandonadas e incultas e os seu imediato cultivo, correspondeu à necessidade absoluta de **aumentar a produção agrícola** e de **eliminar o desemprego.**

Os trabalhadores avançaram para as terras para pôr fim à sabotagem económica, ao abandono das culturas, aos abates e exportação clandestina de gados, à paralisação das actividades agrícolas.

As ocupações de terras promovidas pela luta revolucionária dos trabalhadores e posteriormente reconhecidas pela Lei da Reforma Agrária, pela Constituição e pelo poder de Estado, foram completamente justas, necessárias e indispensáveis para assegurar o direito ao trabalho e a produção agrícola e para abrir novas perspectivas à democracia portuguesa.

2.6.3. A Reforma Agrária abrange até hoje **um total de 1 100000 hectares** expropriados (correspondendo a cerca de um sexto da superfície agrícola de Portugal), onde foram organizadas cerca de **400 cooperativas e Unidades Colectivas de Produção** nas quais trabalham dezenas de milhares de trabalhadores.

A Reforma Agrária representa um **êxito extraordinário** com o aumento da área cultivada, o aumento da produção agrícola e pecuária, o aumento do número de máquinas, a construção de albufeiras, a diversificação das culturas, a realização de trabalhos e projectos com uma perspectiva de desenvolvimento e prática liquidação do desemprego e o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.

O **aumento da produção do trigo,** permitindo ao país poupar muitas centenas de milhares de contos em divisas constitui um desmentido espectacular aos inimigos e detractores da Reforma Agrária.

2.6.4. A Reforma Agrária galvanizou a vontade e a energia da população trabalhadora do Alentejo e Ribatejo e suscitou um magnífico **movimento de solidariedade** da classe operária das cidades e dos centros industriais, da juventude, de técnicos, de intelectuais, de democratas, dos trabalhadores dos países socialistas e doutros países.

Essa solidariedade constitui uma ajuda efectiva às cooperativas e unidades colectivas.

2.6.5. **Nas restantes regiões do país,** as estruturas agrárias exigirão também medidas de fundo. Mas a Reforma Agrária na maior parte das outras regiões, designadamente onde predomina a pequena exploração agrícola, será diferente da realizada nas zonas do latifúndio.

Apesar de que a revolução não deu satisfação às justas aspirações dos pequenos e médios agricultores, três leis progressistas foram aprovadas **(Arrendamento Rural, Abolição dos Foros e Devolução dos Baldios),** em volta das quais se desenvolveram e desenvolvem amplos movimentos.

2.6.6. A Reforma Agrária é uma grandiosa realização que transformou radicalmente as **estruturas agrárias,** as **relações de produção** e a **situação política e social** em toda a região abrangida.

É uma das conquistas essenciais da Revolução portuguesa, abrindo na agricultura, o caminho para o socialismo.

## 2.7. O processo de descolonização

2.7.1. O **fim da guerra** e a contribuição para apressar a **conquista da completa independência pelos povos submetidos ao colonialismo português** contam-se entre as realizações centrais da Revolução portuguesa.

A conquista da independência pelos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, de Moçambique, de S. Tomé e Príncipe e de Angola constitui uma vitória histórica desses povos e também uma vitória das forças democráticas e progressistas de Portugal.

2.7.2. Reflectindo as contradições nos órgãos de poder e a pressão da reacção e do imperialismo, a falta duma segura política de amizade e fraternidade baseadas nos princípios da igualdade, respeito pela soberania e pelos interesses reciprocos e não ingerência nas questões internas, impediu o desenvolvimento rápido e mutuamente vantajoso das relações de amizade e cooperação com os novos Estados.

As relações com a **República Popular de Angola** foram gravement comprometidas pela política de hostilidade para com o MPLA, por planos neocolonialistas, pela recusa do VI Governo a reconhecer a RPA e o governo MPLA, por pressão do PS e do PPD.

**Em Timor,** a tentativa de adiar a solução do problema e o irrealismo do governo português acabou por facilitar a ocupação e anexação pelos fascistas indonésios.

**Em Macau** por razões conjunturais, a República Popular da China aceita a continuação da administração colonial.

Apesar porém destes aspectos negativos, a Revolução portuguesa constituiu uma ajuda valiosa e efectiva à luta libertadora dos povos.

## 2.8. Reforço da independência nacional

2.8.1. Com a Revolução **iniciou-se uma política de independência nacional**, de solução dos problemas portugueses segundo os interesses portugueses.

Contra as pressões imperialistas, o PCP participou no Governo durante mais de dois anos. Contra as pressões imperialistas, estabeleceram-se e desenvolveram-se relações com a URSS e outros países socialistas. Contra as pressões imperialistas, foram levadas a cabo as grandes transformações democráticas de carácter revolucionário. Portugal recuperou a sua voz e presença na ONU, na UNESCO e noutras organizações internacionais e participou activamente na conferência de Segurança Europeia de Helsínquia. Durante uma grande parte do período decorrido desde o 25 de Abril, Portugal não cedeu, no essencial, à pressão imperialista.

Embora pela política da reacção e do PS, Portugal não tenha conseguido libertar-se do imperialismo, conseguiu afrouxar os laços de dependência.

Toda a revolução, todas as conquistas revolucionárias alcançadas pelo povo português, em aliança com o MFA, constituiram uma exaltante demonstração de independência nacional.

## 2.9. As grandes transformações revolucionárias

2.9.1. A Revolução portuguesa, levando a cabo **profundas transformações de carácter económico e social,** alterou radicalmente algumas das estruturas da sociedade portuguesa, designadamente: a) **liquidou o capitalismo monopolista de Estado, com a separação do aparelho de Estado do aparelho dos monopólios e com uma política antimonopolista;** b) **liquidou, com as nacionalizações, com a intervenção estatal e com o controlo operário os grupos monopolistas portugueses que dominavam a economia nacional;** c) **deu, com a Reforma Agrária, golpes mortais nos latifúndios;** d) **criou um amplo sector da economia libertada da propriedade e da exploração dos capitalistas;** e) **contribuiu para a liquidação da exploração colonialista.**

É certo que continuaram praticamente intactos os monopólios estrangeiros que constituem uma importante base de recuperação capitalista. Entretanto as transformações, sobretudo pela liquidação do poder monopolista, tornam inviável em Portugal um regime semelhante ao dos países capitalistas da Europa Ocidental.

O Povo português luta para tornar **irreversíveis** estas transformações consagradas na Constituição e para que sejam a base da construção de uma democracia rumo ao socialismo.

2.9.2. A realização destas conquistas revolucionárias não pôs em perigo a revolução (como pretendem alguns críticos da Revolução portuguesa) mas foram ao contrário **transformações indispensáveis** para salvá-la.

Se não tivessem sido levadas a cabo, a economia portuguesa (sabotada pelo grande capital e pelos agrários) teria sofrido um completo colapso e as liberdades teriam sido liquidadas num curto espaço de tempo.

Nas condições portuguesas, as liberdades e a democracia foram defendidas e defendem-se com transformações progressistas, no caminho do socialismo.

# Teses para o VIII Congresso do PCP

## 3. O desenvolvimento do processo revolucionário

**3.0. O processo da Revolução portuguesa é cheio de contradições. Não houve uma força política dirigente com hegemonia no processo. Não houve um poder revolucionário centralizado. Forças conservadoras e reaccionárias, anichadas no poder (tanto civil como militar), opuseram forte resistência e puseram sérios obstáculos à democratização política, económica e social. Salvo o ponto de partida (Programa do MFA), não houve das instâncias superiores (MFA e Governo) a definição de uma linha para o avanço da revolução que se concretizasse na prática.**

**O avanço da revolução dá-se graças a três factores essenciais:**

**1.° — as forças revolucionárias (populares e militares) estiveram em condições, pela sua superioridade, de empreender directamente, antes das decisões do poder, profundas transformações democráticas revolucionárias.**

**2.° — houve uma conjugação entre a iniciativa a partir de poderosos movimentos de massas e o apoio dado pelas forças revolucionárias (populares e militares) que participavam no poder.**

**3.° — para vencer resistências e obstáculos, a revolução teve como força motora a aliança das massas com as Forças Armadas, a aliança do movimento operário e popular com militares revolucionários, — a aliança POVO-MFA.**

### 3.1. As duas componentes e a aliança Povo-MFA

3.1.1. **O MFA** tem justamente o mérito histórico de ter organizado e conduzido o levantamento militar que derrubou o governo fascista em 25 de Abril. Mas nem a criação, o desenvolvimento e o êxito do MFA se podem desligar da luta dos democratas e do povo contra a ditadura e das condições criadas por essa luta nas Forças Armadas, nem as transformações revolucionárias ulteriores seriam possíveis sem a organização, a energia, a combatividade e a iniciativa do **movimento operário e popular**.

Nem o povo sem os militares poderia ter derrubado ditadura e realizado a revolução democrática nem os militares sem o povo o poderiam ter feito.

3.1.2. A revolução portuguesa tem duas componentes essenciais: o MFA e o movimento operário e popular.

Juntas, constituindo a **força motora da Revolução**, asseguraram a defesa da jovem democracia e o avanço do processo. Opostas ou separadas estariam condenadas à derrota.

Este ensinamento da revolução continua a ser válido na actualidade.

3.1.3. O papel do MFA na revolução resulta essencialmente do facto de o **MFA como movimento revolucionário**, como "movimento dos capitães", não só ter sido capaz de conduzir as forças armadas ao levantamento de 25 de Abril, como ter conseguido, após o 25 de Abril, manter, no essencial, o efectivo controlo e comando das forças armadas e ter apoiado e por vezes estimulado a luta popular.

A reacção e todas as forças que se opuseram ao processo revolucionário, opuseram-se ao MFA e ao seu papel de vanguarda. Procuraram liquidar o MFA e ao seu papel de vanguarda. Procuraram liquidar o MFA dissolvendo-o numa massa de oficiais conservadores e submetendo-o a uma hierarquia reaccionária.

A verdade é que, sem essa vanguarda nas forças armadas, não teria tardado um golpe militar contra-revolucionário e a democracia portuguesa não teria tido muitos meses de vida.

Apesar de todas as modificações na situação político-militar, a existência, ainda hoje, de um núcleo dirigente fiel aos ideais libertadores do 25 de Abril é essencial para a defesa da revolução e a consolidação e prosseguimento do regime democrático.

3.1.4 **A componente popular da revolução** é constituída pelo movimento operário, popular e democrático, organizado e de massas.

Inclui os partidos políticos, na medida em que estes se integram na dinâmica revolucionária. Compreende também outras formas de organização e acção, designadamente os sindicatos e o movimento sindical, as Comissões de Trabalhadores, organizações de classe de camadas antimonopolistas (ligas e associações), e outras formas de organização unitária de base (Comissões de Moradores, Assembleias Populares, organizações antifascistas).

Durante os primeiros tempos após o 25 de Abril, o PS esteve inserido no processo revolucionário, podendo considerar-se fazendo parte da componente popular e democrática da revolução. Mas a sua posterior viragem à direita e a sua política antioperária e antipopular, colocaram o PS em oposição ao processo revolucionário e às suas forças essenciais.

Seria do interesse da defesa e consolidação da democracia e das conquistas da Revolução que o PS, no seu conjunto, tal como fazem muitos dos seus militantes, cortasse as alianças à direita, adoptasse uma política verdadeiramente democrática e se reaproximasse do movimento popular, da componente popular da revolução.

3.1.5. A classe operária (proletariado industrial e rural) desempenha indiscutivelmente no processo o **papel de vanguarda na transformação revolucionária da sociedade.**

Tal como antes do 25 de Abril, a classe operária, depois do derrubamento da ditadura, esteve à frente da iniciativa das massas populares na luta contra a reacção, contra as tentativas de golpes contra-revolucionários, contra o poder económico dos monopólios e latifundiários, pelas liberdades democráticas, pelas nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

As lutas da classe operária e das massas populares são a essência da dinâmica da revolução.

Grandiosas mobilizações populares, manifestações, comícios, acções de vigilância, ocupações de terras, paralisações e greves, confrontos violentos com a reacção, plenários, assembleias, campanhas eleitorais, desfiles, as mais variadas iniciativas e jornadas de massas, com a participação total de milhões de portugueses, tornaram-se formas de luta diária e constante para defender e fazer prosseguir o processo revolucionário.

A história da Revolução portuguesa é a história de grandiosas e constantes lutas da classe operária e das massas populares, aliadas aos militares revolucionários, para libertar Portugal da opressão, da miséria, da exploração, da injustiça e das desigualdades sociais, para democratizar a vida nacional na perspectiva do socialismo.

3.1.6. **A aliança Povo-MFA**, a convergência de acção, a cooperação e o apoio recíproco das duas componentes da revolução foi essencial em todo o processo.

A aliança traduziu-se na cooperação dos partidos democráticos com o MFA na formação e acção dos sucessivos Governos Provisórios, nas grandes lutas conjuntas contra as tentativas contra-revolucionárias e no apoio recíproco em numerosas circunstâncias.

Foi completamente justa a participação do PCP nos sucessivos Governos Provisórios, que permitiu defender aí, muitas vezes com eficácia, os interesses dos trabalhadores e da revolução. Foi igualmente justo o apoio ao V Governo Provisório, apesar de já então não corresponder à correlação de forças a nível militar. Caso não se tivesse formado, o vazio de poder, a prolongar-se, conduziria quase certamente à formação de um governo abertamente reaccionário.

A aliança não exclui dificuldades e contradições entre as duas componentes. O anticomunismo e as reservas anti-PCP, as condescendências com a reacção, as influências e provocações dos sectores reaccionários e esquerdistas causaram enormes prejuízos à cooperação entre o povo e as forças armadas. Apesar disso, mesmo após a institucionalização do regime democrático, a aliança não deixou de ser a força motora da Revolução.

Tendências tanto para introduzir uma orientação partidária no MFA (caso de grupos esquerdistas no COPCON), como para o controlo ou dirigismo do movimento operário e democrático pelo MFA ("Ultimato" do COPCON – 27.5.75, e «Documento Guia» – 8.7.75), agravaram contradições e divisões em cada componente e na sua aliança.

Uma das condições essenciais para a efectivação da aliança foi (e continua a ser), a completa independência e autonomia de cada uma das componentes — a popular e a militar.

### 3.2. Os golpes falhados da reacção e o avanço impetuoso do processo revolucionário

3.2.1. A dinâmica revolucionária que o movimento operário e popular imprimiu à revolução e as rápidas modificações na situação política interna e no processo de descolonização que daí resultaram, provocaram uma **resistência desesperada das forças reaccionárias e conservadoras.**

A par da acção política, das campanhas de desinformação, da sabotagem económica, do fomento de conflitos sociais artificialmente agravados, de provocações de toda a espécie, da instauração de poderes locais reaccionários, a reacção passou pouco depois do 25 de Abril, a conspirar abertamente para a preparação de um golpe que interrompesse o processo democrático e instaurasse uma nova ditadura.

3.2.2. Polarizada em torno do General Spínola, a reacção, no primeiro ano de revolução, **fez três tentativas principais de golpes contra-revolucionários: o golpe Palma Carlos, o 28 de Setembro e o 11 de Março.**

Além das suas declarações reaccionárias, o PPD teve participação directa na preparação técnica do primeiro golpe e participação na preparação política de qualquer dos três. O PS, apesar das justas posições e actuações de algumas das suas organizações e militantes, teve no conjunto atitudes dúbias em relação às duas últimas tentativas, participando activamente na preparação das condições políticas para o 11 de Março.

As três tentativas foram concebidas de forma diferente na fase final: um golpe de Estado ou manobra palaciana (golpe Palma Carlos); uma grande operação política de massas culminando com uma acção militar e com um golpe constitucional do próprio Presidente (28 de Setembro); e um putche militar (11 de Março).

A preparação política no entanto foi em todos os casos semelhante: ofensiva conjugada, multiplicação dos actos de sabotagem, agudização artificial dos conflitos sociais pelo patronato e grupos esquerdistas, anúncio de soluções económicas pelo grande capital, desencadeamento de campanhas de alarmismo e de diversão através de órgãos de comunicação social, criação de um ambiente de "desordem" e "intranquilidade". Os objectivos eram também os mesmos no essencial: estado de sítio, dissolução do MFA, repressão do movimento operário começando pelo PCP e os sindicatos, liquidação da jovem democracia, congelamento da descolonização e instauração de uma nova ditadura fascista.

3.2.3. As três tentativas de golpes contra-revolucionários que puseram em perigo mortal a jovem democracia, foram derrotadas por gigantescas mobiliações de massas, pela firme posição do movimento dos capitães do 25 de Abril, pela aliança real, na luta, do movimento popular com o MFA.

Estas **três grandes vitórias da aliança Povo-MFA** contra a reacção, salvaguardaram as liberdades, asseguraram a continuação da democratização da vida nacional e deram novos e vigorosos impulsos ao processo revolucionário.

3.2.4. **O avanço impetuoso do processo revolucionário** verifica-se sobretudo a partir do 28 de Setembro.

A organização das forças revolucionárias reforça-se consideravelmente. **No MFA**, a Comissão Coordenadora do Programa dá lugar ao Conselho dos 20 e, após o 11 de Março, ao Conselho da Revolução, — três órgãos fundamentais. Formam-se as estruturas democráticas do MFA. **No movimento operário e popular** os trabalhadores, defrontando actividades e manobras divisionistas, conseguem manter a unidade, a liberdade e a independência dos sindicatos com a **lei da unicidade**. Formam-se novas organizações de classe. Multiplicam-se as Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e outras formas de organização unitária de base. Avançam as Assembleias Populares, Realizam-se numerosas Conferências e Encontros.

A acção das massas tem grandiosa expressão em todas as frentes de luta. Definem-se com precisão os objectivos antimonopolistas e antilatifundistas da revolução. Estabeleceu-se o controlo operário. Os trabalhadores põem na ordem do dia as nacionalizações e, ocupando terras, dão os primeiros passos da Reforma Agrária. Progride a descolonização.

Após o 11 de Março, confirmando as acções e reclamações populares, são tomadas decisões históricas pelo Conselho da Revolução e pelo Governo. Define-se a democracia política como inseparável da democracia económica e social. Têm lugar grandes transformações revolucionárias: nacionalizações e reforma agrária. A democracia portuguesa escolhe o rumo ao socialismo.

### 3.3. A crise político-militar

3.3.1. **Duas deficiências fundamentais da revolução** abriram caminho às ofensivas contra-revolucionárias:

– **Não ter libertado todo o território** do domínio efectivo da reacção e não ter instaurado de facto a situação democrática em todas as regiões; não ter destruído completamente o aparelho do antigo estado fascista e **não ter construido um novo aparelho de Estado ao serviço da democracia.**

Mantendo uma grande parte do país e do aparelho de Estado sob o seu controlo, as forças da reacção conservaram fortíssimas bases para desenvolverem a luta contra o processo democrático.

3.3.2. Na revolução portuguesa intervieram **dois processos ou dinâmicas** completamente diferenciados: a **dinâmica revolucionária** e o **processo eleitoral**.

Estes dois processos convergiram nos primeiros tempos da revolução. As eleições para a Assembleia Constituinte foram então um objectivo político geral e unificador do processo.

Os dois processos entraram em aberto conflito quando, por um lado, a dinâmica revolucionária começou a realizar profundas transformações democráticas, e, por outro lado, a permanência de uma situação antidemocrática em vastas zonas do território nacional (com a subjugação das populações à coacção física, económica, política, moral e religiosa, exercida pela reacção) impedia a efectiva informação do eleitorado e a efectiva manifestação da vontade popular através do sufrágio.

**O Pacto dos Partidos com o MFA**, assinado duas semanas antes das eleições para a Assembleia Constituinte, procurou ainda uma solução que permitisse nova convergência dos dois processos ou, pelo menos, adiar o seu afrontamento. O adiamento foi conseguido por algum tempo. Mas a convergência não foi alcançada.

Com base nos resultados das eleições (25.4.75), a reacção e o PS passaram a contestar abertamente o processo revolucionário e a própria revolução, provocando uma súbita agudização dos conflitos com a saída do PS e do PPD do IV Governo Provisório.

Em certo momento procuraram mesmo utilizar inconstitucionalmente a Assembleia Constituinte (cuja única missão era elaborar a Constituição) para provocar modificações imediatas nos órgãos do poder (Governo e Conselho da Revolução), de que resultaria a formação de um governo reaccionário.

Estas posições aprofundaram e agudizaram a contradição entre o processo eleitoral num país ainda não democratizado e as novas realidades da vida portuguesa, resultantes das transformações revolucionárias.

3.3.3. **As divisões, conflitos e rupturas** surgidas no campo democrático tornaram possível uma grande e bem sucedida ofensiva da reacção contra as forças revolucionárias mais consequentes.

**No movimento democrático** a ruptura deu-se, entre o PCP e o PS, em virtude da política direitista e anticomunista dos dirigentes do PS, decididos a contrariar o processo revolucionário que rompera com a política de conciliação de classes, com a perspectiva de uma democracia burguesa e com as posições neocolonialistas de dirigentes do PS.

A partir dessa viragem à direita, os dirigentes do PS entraram num esquema, cada vez mais nítido, de cooperação e alianças à direita.

No MFA, a ruptura deu-se no núcleo mais consequente, embora não homogéneo, entre os membros da antiga Comissão Coordenadora, no próprio Conselho da Revolução.

A principal divisão dá-se entre a esquerda militar com Vasco Gonçalves e o "grupo dos Nove". Pesaram na cisão factores muito diversos como a heterogeneidade social e política do movimento, a falta de definição do inimigo principal, a substimação das Forças dos outros sectores e a sobrestimação das próprias forças, o subjectivismo na análise da situação política e mesmo incompatibilidade de ordem pessoal.

As posições esquerdistas do grupo do COPCON acirraram confrontos e dificultaram a procura de uma plataforma de entendimento.

Além das divergências no momento da cisão, as alianças estabelecidas contribuiram decisivamente para o extremar de posições e a sua radicalização. Para combater a esquerda, os «Nove» procuraram alianças à direita, fazendo-lhes concessões. E a esquerda para combater os "Nove", ligou-se de forma crescente aos esquerdistas, fazendo igualmente concessões.

As posições foram-se assim afastando cada vez mais, o conflito agudizou-se procurando cada qual desequilibrar a balança de forças em seu favor, a luta por pontos-chave e lugares de chefia intensificou-se, atingindo praticamente todas as regiões, num processo de insubordinações, motins e manifestações, que, depois das sublevações dos páraquedistas, acabou por conduzir ao confronto do 25 de Novembro.

3.3.4. A crise político-militar colocou verdadeiramente na ordem do dia **a questão dos órgãos do poder** (Governo e Conselho da Revolução) com a saída dos ministros do PS e do PPD do IV Governo Provisório (10 e 17 de Julho).

A evolução da crise pode dividir-se em duas fases fundamentais: a primeira até ao **pronunciamento de Tancos (2.9.75), com o afastamento de Vasco Gonçalves e a dissolução de facto das estruturas do MFA**; a segunda, **de Tancos a 25 de Novembro, que consuma a derrota da Esquerda militar a e dissolução formal das estruturas do MFA.**

A partir de Julho, é desencadeada uma ofensiva geral conjugada de fascistas, de reaccionárias de todos os matizes e do PS contra o MFA (tendo como primeiro alvo Vasco Gonçalves), contra o movimento operário e as suas organizações fundamentais (PCP e sindicatos). No mês de Agosto, bandos armados praticam 153 acções terroristas, espalham o terror, assaltam, pilham e incendeiam dezenas de Centros de Trabalho do PCP e instauram um poder reaccionário em vastas regiões.

Divididas, as estruturas superiores do MFA paralisam e desagregam-se. O Conselho da Revolução cessa a actividade. O Directório (Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Otelo Saraiva de Carvalho), igualmente dividido, mostra completa inoperância. Otelo volta-se contra Vasco Gonçalves.

Apesar das extraordinárias e grandiosas lutas de massas neste príodo, apesar de que, em plena ofensiva da reacção, o movimento popular ainda tem força para levar por diante e consolidar transformações revolucionárias de fundo (Reforma Agrária, nacionalizações), apesar da enorme força revolucionária que se manifesta nos conflitos nas forças armadas, a reacção e toda a direita, colando-se aos "Nove" e ao PS, acabam por infligir uma pesada derrota à Esquerda militar.

3.3.5. **O PCP defendeu com tenacidade uma solução política da crise.**

Participando intensamente, à frente da classe operária e das massas populares, na luta contra a ofensiva conjugada da reacção, da direita e da social-democracia; organizando e conduzindo, tanto antes como depois de Tancos, grandiosas lutas de massas; lutando contra a viragem à direita do VI Governo Provisório sob hegemonia PS-PPD; apoiando os militares progressistas e denunciando os saneamentos à esquerda; – o PCP advertiu com insistência que, nas condições existentes, um confronto violento seria favorável à reacção.

As cedências feitas em alguns momentos, situações e sectores à pressão esquerdista civil e militar tiveram efeitos negativos na condução das lutas.

Assim como sectores dos "Nove" encaravam iniciativas militares contra a "Comuna de Lisboa", também certos sectores de esquerda, sob a influência esquerdista e radicalista, encaravam uma solução militar. Mas qualquer tentativa de solução militar conduziria a um autêntico desastre, dadas as divisões e conflitos internos, a falta de uma plataforma política, a falta de um comando centralizado, a indisciplina, desorganização e inoperacionalidade de unidades revolucionárias minadas pelo esquerdismo infiltrado no COPCON.

A política de reaproximação, entendimento, reunificação e reestruturação do MFA defendida pelo PCP assim como de reaproximação de comunistas e socialistas, era a única que correspondia aos interesses da revolução.

Foram justas as propostas feitas pelo PCP em 28 de Agosto para um encontro e exame conjunto da situação por representantes da Presidência da República, do Governo, das principais tendências do MFA (Nove, Esquerda e COPCON), do PCP, do PS e de alguns agrupamentos de tendência esquerdista ligados ao grupo do COPCON com vistas a encontrar uma solução política da crise.

Foi justa a posição do PCP, opondo-se a pressões no sentido de lançar o movimento operário numa aventura putchista ou insurreccional. Essa firme posição do PCP evitou que o movimento operário e popular fosse arrastado na derrota da Esquerda militar e dos esquerdistas, salvou-o dum sangrento desastre que abriria as portas ao fascismo, preservou a sua força revolucionária, e permitiu continuar, nas novas condições, a luta pela defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

3.3.6 — **Os acontecimentos do 25 de Novembro alteraram profundamente a situação político-militar.**

Realizaram-se licenciamentos em massa de oficiais, sargentos e soldados de esquerda. Foram reorganizadas unidades. Deram-se substituições nos órgãos superiores. Deu-se uma importante modificação da correlação de forças a favor da direita.

Colando-se aos "Nove", a reacção avançou e tomou importantes posições e, uma vez derrotada a esquerda militar, procurou explorar o êxito em profundidade. O propósito era claro: primeiro reprimir e ilegalizar o movimento operário (designadamente PCP e Sindicatos). Depois ultrapassar os aliados de véspera, e, se possível, afastá-los da vida política, tomar o seu lugar no aparelho e no poder militar, alterar as estruturas político-militares e militares, liquidando tudo quanto restasse do MFA.

### 3.4. O esquerdismo aliado da direita

3.4.1. Em todo o processo da revolução portuguesa, **o esquerdismo tem desempenhado o papel de aliado e instrumento da direita e da reacção.**

À ideologia, à política e à acção prática dos esquerdistas cabem grandes responsabilidades em derrotas sofridas, tanto no movimento popular como nas forças armadas.

3.4.2. Os grupos esquerdistas, apesar de diferenciados e em luta aberta uns com os outros, apresentam certas **características comuns**: a) são incapazes de analisar as situações concretas e encontrar uma orientação e uma táctica ajustada; b) definem como inimigo principal, não as forças reaccionárias, mas os principais inimigos da reacção: as forças revolucionárias e acima de todas o PCP; c) atribuindo as revoluções a "minorias activas" desprezam as massas e usam os "golpes" como arma preferencial; d) fazem alianças sem princípios com o único fim de se servirem dos aliados ou de servirem a luta contra o PCP e as organizações dos trabalhadores; e) criam ilusões de que tudo tem de se resolver de uma só vez e num só momento; f) exercem uma constante actividade de intriga, divisão e desagregação do movimento operário e de todo o movimento popular organizado; g) facilitam e promovem, pela imagem deformada que dão da esquerda, a influência da reacção e da direita sobre importantes camadas sociais; h) desenvolvem com persistência uma actividade provocatória servindo os desígnios da reacção.

3.4.3. Em todas as frentes de luta em que se manifesta, **o esquerdismo exerce uma influência nociva**:

Na **luta política,** procura desviar as massas dos seus objectivos, atirá-las contra as forças progressistas, levá-las à adopção de formas extremas de luta que conduzem a becos sem saída.

Na **luta social**, coincidindo com os interesses do patronato, estimula reivindicações irrealistas, leva à agudização artificial dos conflitos, procura servir-se da luta reivindicativa para intrigar e dividir os trabalhadores, desenvolve uma intensa actividade contra a unidade e o trabalho sindical.

Na **luta económica,** coincide com a reacção procurando agravar a situação geral, criar dificuldades sectoriais e desorganizar a economia.

Na **Luta estudantil,** conduz à ineficiência, à desorganização e à desmobilização, a divisões e ódios sectoriais entre estudantes.

Na frente da comunicação social, os seus excessos contribuem para desorientar e para precipitar medidas repressivas.

Na **descolonização** colocam-se miseravelmente contra o MPLA ao lado do imperialismo.

Na **frente militar,** o esquerdismo foi e é um factor de divisão, de desagregação, de conflitos evitáveis, tendo gravíssimas responsabilidades nas divisões do MFA, no extremar de posições, na intervenção negativa de alguns oficiais do COPCON, na inoperacionalidade de unidades militares, na activação da direita e finalmente na derrota da esquerda militar.

O combate às concepções e actividades esquerdistas faz parte do combate contra a reacção.

**3.4.4. Os grupos esquerdistas** são numerosos e a ideologia predominante é o maoismo.

Alguns dos agrupamentos maoistas, (MRPP, PC de P (ml), AOC), que durante os primeiros tempos da revolução se apresentaram como ultra-revolucionários, desmascararam-se completamente passando de forma aberta a apoiar e a cooperar com a direita reaccionária.

Outros agrupamentos, designadamente a **UDP** ou PCP (R), seguindo precisamente a mesma orientação maoista e actividade anticomunista, desagregadora e provocatória estão também servindo a reacção e levam o mesmo caminho do MRPP.

Podendo aceitar-se em casos concretos, a luta conjunta em empresas com trabalhadores enganados pelo esquerdismo, não pode haver em nenhum caso cedências ideológicas, devendo continuar-se incessantemente o seu desmascaramento.

### 3.5. Passagem ao regime democrático

3.5.1. **A grande ofensiva que a reacção procurou desenvolver depois do 25 de Novembro foi sustida.**

Esta manobra fracassou por duas razões principais:

– por um lado, porque os militares democratas que, na cisão do MFA, haviam estado contra a Esquerda militar e contra os esquerdistas, rapidamente tomaram consciência de que a democracia e eles próprios corriam perigo mortal;

– por outro lado, porque o movimento operário e popular, deu mostras, na complexa e perigosa situação existente, de maturidade, sensibilidade política e firmeza de orientação.

Na complexa e perigosa conjuntura resultante do 25 de Novembro, de novo se confirmou que a participação do PCP na construção do novo regime democrático é indispensável para a defesa das liberdades e do próprio regime democrático.

3.5.2. Falhada a tentativa para transformar no imediato a derrota da Esquerda militar numa derrota de todas as forças que estão com o processo revolucionário, a reacção procurou por todas as formas impedir a consolidação da situação democrática.

Procurou uma nova desestabilização da situação. Tentou com ignóbeis provocações impôr medidas repressivas contra as forças populares revolucionárias. Lançou violentas campanhas contra os militares do MFA nas estruturas do poder. Exigiu a liquidação do Conselho da Revolução. Pôs em causa a Constituição e a sua promulgação e entrada em vigor, ameaçando com o golpe de Estado e colocou na ordem do dia a reconquista do poder económico e político. Tentou impedir a realização das eleições para a Assembleia da República.

Nesta situação, adquiriu extraordinária importância a institucionalização da democracia, mantendo o papel das Forças Armadas do 25 de Abril.

A aprovação urgente da Constituição e a sua entrada em vigor passaram a constituir um factor de primeiro plano para travar os planos golpistas da reacção e para consolidar as liberdades ameaçadas. A passagem da situação democrática para um regime democrático colocou-se como tarefa urgente e objectivo central das forças democráticas e progressistas.

# Teses para o VIII Congresso do PCP

# 4. O regime democrático e os perigos actuais

**4.0. A democracia portuguesa institucionalizada é inseparável do processo revolucionário anterior. O regime democrático saíu da situação democrática provisória e a esta deve a sua própria existência. Por isso, as suas características fundamentais, antes de definidas pela Assembleia Constituinte, já eram realidades da vida política, económica e social portuguesa, criadas pela Revolução.**

## 4.1. A Constituição e o novo regime

4.1.1. **A Constituição traduz o estádio actual do processo revolucionário,** reconhecendo e consagrando as conquistas fundamentais da Revolução, alcançadas pela luta das massas populares aliadas ao MFA.

O PCP que lutou contra a prática paralisação dos trabalhos de elaboração da Constituição pela Assembleia e as tentativas anticonstitucionais de a transformar num instrumento de mudanças nos órgãos do poder, teve uma activa participação na elaboração da Constituição, designadamente dos seus preceitos fundamentais. A aprovação desta Constituição progressista foi o resultado de três factores: as transformações democráticas realizadas de facto, a força do movimento revolucionário e a maioria PS-PCP existente na Constituição.

4.1.2. **Os partidos reaccionários combateram** com todos os meios a elaboração, aprovação e entrada em vigor da Constituição.

O PPD votou contra numerosos artigos. O CDS votou mesmo contra a Constituição no seu conjunto. Procuraram criar os mecanismos para uma revisão constitucional a curto prazo. Pretenderam que a Assembleia Legislativa a eleger (e na qual esperavam dominar, dadas as condições antidemocráticas existentes em várias regiões do País), pudesse revogar imediatamente os preceitos mais progressistas e liquidar legalmente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário. Procuraram que a Constituição fosse submetida a um referendo. A reacção procurou por todos os meios precipitar a substituição do Presidente da República com a esperança de que um outro não promulgasse a Constituição. Conspirando, ameaçando, tentando criar um clima de desordem e desestabilização da situação político-militar, a reacção fez pairar na cena política a ameaça dum golpe de força.

A elaboração, aprovação, promulgação e entrada em vigor da Constituição representa uma grande vitória das forças democráticas e progressistas e uma séria derrota das forças reaccionárias e conservadoras.

4.1.3. **O novo regime democrático** caracteriza-se, nos termos da Constituição, por amplas liberdades e direitos dos cidadãos e pela irreversibilidade das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário.

A abolição da exploração e opressão do homem pelo homem é uma das «tarefas fundamentais do Estado» segundo a Constituíção. **O caminho do socialismo é reconhecido como inerente à democracia portuguesa.**

A Constituição consagra assim, como lei fundamental do País, as transformações revolucionárias realizadas e as grandes aspirações de justiça social das classes trabalhadoras.

A defesa da Constituição e do seu cumprimento em todo o território nacional, tornou-se objectivo central e básico de toda a actividade política das forças democráticas e progressistas, um factor de consolidação e estabilização do regime democrático.

4.1.4. **O sistema dos órgãos do poder** no regime democrático actual tem originalidades que correspondem ao processo específico da Revolução portuguesa.

O chamado «regresso dos militares aos quartéis», reclamado pela reacção, significaria a liquidação do espírito libertador do 25 de Abril nas Forças Armadas e a sua substituição por uma hierarquia reaccionária.

Os Pactos entre os partidos e o MFA (assinados em 11.4.75 e 26.2.76) representaram sérios golpes nestes planos reaccionários.

É positivo que se tenha mantido, ao nível dos órgãos do poder, a intervenção no processo das duas componentes (a popular e a militar) e o MFA como garante da defesa da democracia.

O regime actual, com uma divisão de poderes entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais, corresponde mais às necessidades de defesa e consolidação da democracia, do que um regime de tipo parlamentar, baseado em eleições realizadas em vastas zonas do território nacional nas condições antidemocráticas e de poder local reaccionário que ainda persistem.

## 4.2. As eleições

4.2.1. **As eleições para a Assembleia da República,** primeiro grande acto político para a institucionalização do novo regime democrático, representaram, na conjuntura existente, um factor positivo para a salvaguarda e consolidação da democracia barrando o caminho ao avanço da contra-revolução.

Beneficiando da situação antidemocrática em vastas zonas, o CDS e o PPD julgavam poder alcançar a maioria na Assembleia, e constituir nessa base um governo reaccionário.

A campanha eleitoral do PCP foi um extraordinário sucesso da acção política, propaganda e acção de massas do Partido.

Os objectivos fundamentais do PCP nas eleições foram alcançados:

– Os partidos da direita reaccionária (PPD-CDS) sofreram uma séria derrota;

– O resultado eleitoral, dando maioria a socialistas e comunistas, criou a possibilidade duma maioria de esquerda;

– O PCP reforçou consideravelmente as suas posições, com aumento do número e percentagem de votos e lugares (de 30 para 40) e com altas votações (mais de 40%), em zonas da Reforma Agrária e centros industriais.

Estes resultados constituiram um factor da mais alta importância para a defesa das conquistas da Revolução, um voto do Povo português na democracia e na perspectiva do socialismo.

4.2.2. **As eleições para a Presidência da República** tiveram características muito diferentes das eleições legislativas. Elas foram dominadas pelo facto de o Presidente da República ser também o comandante supremo das Forças Armadas e o Presidente do Conselho da Revolução, de as Forças Armadas desempenharem um importante papel nos órgãos de soberania, e de o jogo de forças no plano militar continuar a pesar na vida política.

Considerando esses factos, o PCP defendeu que seria desejável a apresentação de um candidato militar, indicado pelo próprio Conselho da Revolução e que os partidos democráticos (PCP e PS) pudessem apoiar. Tendo-se candidatado dois membros do Conselho da Revolução (um dos quais logo apoiado pelo PPD e CDS além do PS e o outro sem apoios conhecidos), o PCP, independentemente das opiniões que tivesse a seu respeito, tendo em vista por um lado combater a reacção e por outro contribuir para a consolidação do Conselho da Revolução, para a unidade das Forças Armadas na defesa da Constituição e para a manutenção da possibilidade de cooperação do povo com as Forças Armadas (incluindo ao nível do Presidente e do Conselho da Revolução), resolveu não apoiar, mas também não hostilizar, qualquer dos candidatos.

Não conseguindo apresentar um candidato seu, a reacção colou-se à candidatura do presumível vencedor, a fim de inverter os resultados das eleições para a Assembleia e se poder afirmar da «maioria presidencial».

A candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho, lançada demagogicamente por grupos aventureiristas, dirigiu-se fundamentalmente, não contra a reacção, mas contra o PCP. Servindo-se do nome e da pessoa de um dos capitães do 25 de Abril, apresentando uma vitória do general Eanes como um iminente perigo de fascismo e o major Otelo como único salvador possível, os esquerdistas tinham em vista, não derrotar a reacção, mas dividir os militares, dividir a classe operária, «minar as bases de apoio ao PCP», criar novas ilusões acerca da situação e relançar os seus grupos desacreditados e a táctica aventureirista e golpista.

Os factos comprovaram as advertências do PCP quanto aos objectivos, perigos, ilusões e resultados desta candidatura. «Tirando votos» ao PCP, a candidatura de Otelo reforçou as posições da reacção, dando-lhe novos motivos para reclamar a constituição dum governo de direita.

Na situação criada, a única atitude correcta era **apresentar uma candidatura do PCP** que, remando contra a maré de ilusões, combatesse a desorientação e mantivesse a coesão do próprio Partido, impedisse que o movimento operário fosse a reboque de militares ou aventureiros esquerdistas e criasse as condições políticas essenciais para, uma vez realizadas as eleições, mesmo que houvesse uma baixa votação no candidato comunista, se pudesse retirar o benefício político ulterior. A candidatura comunista era indispensável nessa situação. Para os fins em vista não seria substituída com vantagem por uma candidatura unitária de um civil.

As votações nos candidatos não corresponderam às votações dos partidos que os apoiaram. As fortes deslocações de votos mostraram as preocupações de ordem militar do eleitorado. Aqueles que haviam votado no PCP para a Assembleia e votaram Otelo nas presidenciais, fizeram-no com receio do perigo do fascismo, com a ideia de que Octávio Pato não poderia ser eleito e de que Otelo sendo eleito poderia «salvar a situação». No futuro, a grande maioria desses eleitores continuarão a votar no Partido.

Apesar da deficiente previsão dos resultados por parte da organização do Partido, revelando subjectivismo e deficiente avaliação das disposições das massas, considera-se justo ter ido até às urnas, pela desorientação geral (incluindo no Partido) que causaria a desistência e pelas dificuldades de mobilização ulterior dentro da linha defendida.

## 4.3. O Governo PS

4.3.1. **A formação de um governo do PS** não é uma solução democrática e não poderá resolver os problemas que Portugal defronta.

Tanto pela sua composição política, como seu programa e pela sua actuação até agora, o Governo PS não corresponde às exigências da situação actual.

É um governo minoritário que teve os votos de pouco mais de um terço do eleitorado. Não tem maioria na Assembleia nem apoio da maioria da população.

É um governo aliado de facto à direita, fazendo-lhe concessões e contrariando assim o sentido da votação nas eleições para a Assembleia, que derrotaram a direita reaccionária e deram maioria a comunistas e socialistas.

É um governo cujo programa está voltado essencialmente para a recuperação capitalista assente na diminuição dos consumos e no agravamento da exploração dos trabalhadores.

Embora declarando formalmente em termos gerais querer defender os interesses dos trabalhadores, as liberdades e as conquistas da Revolução, tudo quanto o governo anuncia visa a protecção dos capitalistas, dos agrários e dos imperialistas, o agravamento da situação económica dos trabalhadores, ataques à Reforma Agrária, ao controlo operário, à intervenção feita pelo Estado para salvar empresas que o patronato tinha conduzido à ruína.

Embora declarando formalmente o propósito de defender a independência nacional, o governo segue uma política externa de enfeudamento ao imperialismo (no Mercado Comum, na OTAN, nos empréstimos externos) que agrava os laços de dependência de Portugal.

Receando a resistência popular à sua política, o governo PS anuncia e toma já medidas ("regulamentação" do direito à greve, do controlo operário, revogação da lei sindical) que revelam a intenção de introduzir graves restrições das liberdades.

4.3.2. **A prática do Governo PS** nos primeiros meses da sua existência aumenta as preocupações. Monopoliza os meios de comunicação social, usa bens do Estado (TV, Rádio, jornais estatizados) para fazer propaganda partidária demagógica. Leva a cabo saneamentos em massa à esquerda como está sucedendo no MEIC. Pratica no provimento dos cargos públicos uma política de favoritismos e compadrios partidários. Mostra-se incapaz de dar resposta a qualquer dos grandes e graves problemas que o país defronta.

O Governo PS conduzirá ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores, à deterioração da situação económica, financeira e social, ao regresso de métodos obscurantistas, à submissão ao imperialismo estrangeiro.

A realização dos aspectos fundamentais do plano do Governo PS põe em causa as grandes transformações democráticas, facilita a ofensiva da direita e põe em causa a própria Revolução.

Não é um tal governo que convém ao país, ao povo, à democracia portuguesa.

4.3.3. **A posição do PCP em relação aos órgãos do poder,** foi definida durante e depois das campanhas eleitorais e deve manter-se. O PCP combate e combaterá quaisquer atitudes ou medidas atentatórias dos interesses dos trabalhadores e do país, das liberdades e das outras conquistas da Revolução. Apoiará medidas que, pelo contrário, sejam positivas.

Na Assembleia da República não tomará uma atitude de oposição sistemática ao Governo e procurará com tenacidade tornar possível que comunistas e socialistas (que detêm a maioria) se ponham de acordo com vistas à elaboração e aprovação de leis progressistas que contribuam para a solução dos problemas nacionais.

4.3.4. **A alternativa ao actual Governo PS** é um governo democrático, um governo de esquerda, que governe com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, que defenda as liberdades e as conquistas da Revolução, que assegure inteiramente a independência nacional.

**Um tal governo só com a participação dos comunistas poderá realizar tais tarefas.**

## 4.4. Perigos para a democracia

4.4.1. **Os perigos que pesam sobre a democracia portuguesa** são graves e reais. As forças reaccionárias representantes do grande capital, dos agrários e do imperialismo desenvolvem uma intensa actividade tendo como objectivo a reconquista do poder.

A reacção segue simultaneamente várias vias para a conquista do poder: tomada de postos de decisão no aparelho de Estado, designadamente nas Forças Armadas; golpe de força; e instauração legal de um governo de direita por via constitucional.

A política do Governo PS, em vez de contribuir para a consolidação da democracia, pode abrir caminho à reacção.

4.4.2. **A situação económica e financeira agrava-se dia a dia sem que sejam tomadas as medidas adequadas.**

**O défice da balança de pagamentos** é de há muito a questão-chave a resolver para assegurar a possibilidade de reanimação económica e de desenvolvimento sem uma crise profunda aproximando-se do colapso financeiro. A contenção do ritmo de diminuição das reservas deveria ser uma preocupação prioritária de toda a política financeira.

De Setembro de 1974 a Março de 1975, as reservas de divisas e ouro diminuiram à média de 2 milhões de contos mensais. De Março a Setembro de 1975 (IV e V Governo Provisório) o ritmo foi contido, descendo a média para 1,2 milhões. A política financeira do VI Governo Provisório com hegemonia PS-PPD e Ministro das Finanças PS foi verdadeiramente desastrosa. Nos 3 primeiros meses de 1976 as reservas baixaram 15,6 milhões de contos, portanto à média de 5,2 milhões mensais.

Se, conforme com certas previsões, o défice da balança de pagamentos subir a 40 milhões de contos em 1976 e se for pago com empréstimos externos caucionados com ouro (como se tem feito), cerca de 3/5 de ouro das reservas ficarão empenhados. A este ritmo a capacidade de contrair empréstimos externos pode estar esgotada antes de 6 meses.

Perante este problema crucial o governo PS não toma nenhumas medidas de fundo (sobretudo para diminuir o défice da balança comercial, e reanimar todo o processo produtivo), repete as mesmas receitas que nada resolvem e continua a basear os seus projectos de solução no crédito externo.

O recurso crescente ao crédito externo com hipoteca do ouro das reservas, para compra de artigos de consumo corrente, e como solução quase exclusiva para as carências financeiras, é uma política suicida que a prosseguir criará dentro de pouco tempo uma situação catastrófica para a economia portuguesa.

A reacção espreita esse momento para poder justificar um golpe "salvador". E o imperialismo está interessado em criar tal situação para depois impor condições económicas e políticas draconianas, de forma a dominar completamente Portugal. Trata-se de um perigo real para a democracia e a independência nacional que exige uma política económica e financeira voltada para a solução dos problemas nacionais na base do esforço nacional.

4.4.3. **As tentativas de recuperação capitalista** comprometem a própria democracia.

Essas tentativas manifestam-se sob a forma de assalto ou ocupação violenta de empresas por bandos armados, restituição ao antigo patronato de empresas onde se verificaram intervenções do Estado e que estão sob controlo operário, nomeação de administrações compostas por técnicos ao serviço da recuperação capitalista, indemnizações aos capitalistas, abertura ao capital privado (eventualmente estrangeiro) de sectores básicos essenciais nacionalizados, paralisação da reestruturação dos sectores nacionalizados, planos para pôr em causa as nacionalizações por falta de rentabilidade ou de eficiência em relação a uma pretensa superioridade das empresas capitalistas na "coexistência concorrencial" inventada pelo Governo PS.

Ao mesmo tempo que se luta contra as tentativas de recuperação capitalista, é necessário reforçar a luta por um desenvolvimento económico orientado para o socialismo como consagra a Constituição.

4.4.4. **A ofensiva contra a reforma Agrária** é uma das direcções principais da ofensiva contra o regime democrático.

Os agrários e a CAP tentam reocupar herdades pela força e pela intimidação; pretendem reocupar terras justamente expropriadas nos termos da Lei da Reforma Agrária mas agora reclamadas sob o falso pretexto de que estão abaixo dos 50000 pontos; pretendem exercer o direito de reserva de forma a afectar ou tornar inviáveis as cooperativas e unidades colectivas; procuram pelas mais variadas formas (pequenos grupos manipulados, reorganização imposta, etc.) provocar a desagregação e desintegração das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção. São igualmente formas de ofensiva contra a Reforma Agrária o estrangulamento financeiro através do corte ou da insuficiência dos créditos, a falta de assistência técnica, a imposição de pagamento de indemnizações aos agrários, a dificuldade de comercialização dos produtos, a pretensão de impor uma gestão ou forçar à centralização da contabilidade, etc..

Ao mesmo tempo que se faz frente à ofensiva da reacção contra a Reforma Agrária é necessário levar por diante esta grande realização do novo Portugal democrático.

4.4.5. **A regulamentação do controlo operário,** segundo as ideias do PPD e do Governo PS, visa a sua liquidação.

O decreto-lei sobre "controlo de gestão" aprovado no VI Governo Provisório e que não chegou a ser promulgado é um exemplo típico das tentativas da liquidação das grandes conquistas revolucionárias através da sua "regulamentação"

Os trabalhadores não aceitam que em vez de controlo se queiram colocar as suas comissões ao serviço da recuperação capitalista ou duma burocracia subordinada aos interesses do partido governante.

Ao mesmo tempo que se luta contra quaisquer tentativas de liquidação do controlo operário, é necessário reforçá-lo onde existe e instaurá-lo onde ainda não existe.

4.4.6. **O agravamento das condições de vida dos trabalhadores** como instrumento fundamental do reequilíbrio económico e financeiro e para ganhar a confiança dos capitalistas e assegurar-lhes maiores lucros é contrário à democratização da vida nacional.

É necessário fazer frente com decisão a medidas de intensificação do trabalho, de congelamento de salários e da contratação colectiva, de aumentos de preços e rendas de casa, de prolongamento da jornada e da semana de trabalho, de agravamento dos impostos, que recaem sobre a grande massa da população.

Ao mesmo tempo é necessário continuar incessantemente lutando pela contratação colectiva, por preços mais acessíveis, pelo melhoramento das condições de vida e de trabalho.

4.4.7. O prosseguimento e desenvolvimento da **conspiração neocolonialista** constitui uma ameaça real contra a democracia portuguesa.

Todas as tentativas e actividades que se desenvolvem em Portugal contra Moçambique e Angola, as conspirações, o recrutameto de mercenários, a organização de acções armadas de intervenção, seja por parte de fascistas, seja por parte de esquerdistas que, particularmente em relação a Angola, são aliados directos do imperialismo na luta contra o MPLA, prejudicam seriamente as relações com os novos Estados Africanos e são armas da reacção contra a democracia.

Ao mesmo tempo que se luta contra a conspiração neocolonista, é necessário lutar pelo estabelecimento, reforço e desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o Povo de Portugal e os povos dantes submetidos ao colonialismo português, incluindo o desenvolvimento das relações inter-estaduais.

4.4.8. **A pressão e a ingerência imperialista** sobre Portugal tem sido desde o 25 de Abril e continua a ser um obstáculo à construção da democracia.

A chantagem política, militar, económica e financeira do imperialismo, o separatismo nos Açores e Madeira movido pelos Estados Unidos, as ingerências imperialistas na vida interna portuguesa, as pretensões de influência externa na designação e composição dos órgãos do poder político e militar em Portugal, ofendem os sentimentos patrióticos dos portugueses.

Ao mesmo tempo que é necessário resistir firmemente às pressões do imperialismo, é necessário desmascarar quem quer que solicite qualquer forma de ingerência externa na vida política portuguesa, e lutar por uma política externa que assegure verdadeiramente a independência de Portugal.

4.4.9. **Ameaças contra as liberdades** continuam a subsistir.

Primeiro, porque os fascistas e reaccionários continuam activos, preparando na sombra o golpe para o assalto ao poder. O terrorismo continua quase impune e é estimulado pela libertação de bombistas confessos, que voltam às suas terras como "heróis".

Segundo, porque numa grande parte do território a reacção impede o exercício das liberdades.

Terceiro, porque existem graves ameaças às liberdades no próprio quadro das instituições e dos actuais órgãos do poder, com projectos da sua "regulamentação".

A defesa, consolidação e prosseguimento da democracia exige que se dê firme combate a todas as ameaças e se prossiga o exercício das liberdades, como forma central da sua defesa.

# 5. As medidas que se impõem

**5.0. A democracia portuguesa encontra-se num novo momento decisivo da sua existência. Existe um regime institucionalizado, há órgãos do poder formados nos termos da Constituição, mas subsistem sérios perigos.**

**A situação política não se pode considerar definitivamente estabilizada e a situação económica e financeira, que se agrava dia a dia, não só pode conduzir Portugal, a curto prazo a uma situação financeira catastrófica como, por todas as suas repercussões e incidências, pode pôr em risco a democracia.**

**Impõem-se sérias medidas para estabilizar de facto o regime democrático, impedindo o desenvolvimento da conspiração contra-revolucionária. Impõem-se também sérias medidas para dar solução pronta e eficiente aos graves problemas económicos e financeiros.**

## 5.1. Recuperação capitalista ou perspectiva do socialismo

5.1.1. **A definição do sistema económico** para o qual se pretende caminhar, é um ponto de partida essencial para qualquer aspecto da acção governativa, particularmente para uma política económica e financeira que se proponha resolver os graves problemas existentes.

Podem admitir-se duas dinâmicas fundamentais:

Uma, é a **dinâmica capitalista,** assente na propriedade privada dos meios de produção, no agravamento da exploração dos trabalhadores, no aumento dos lucros e da acumulação, na ligação e subordinação aos interesses do imperialismo estrangeiro.

Uma tal dinâmica, que tende à restauração do capitalismo monopolista, poderia, em abstracto, conduzir à reanimação económica e mesmo ao desenvolvimento. Mas, nas condições concretas existentes em Portugal e resultantes da Revolução, significaria:

Primeiro, a liquidação das grandes conquistas da Revolução, designadamente das nacionalizações e da Reforma Agrária;

Segundo, a obrigatória utilização de medidas repressivas e efectiva liquidação da democracia;

Finalmente, no plano económico e social, durante prolongado período, uma agudização de conflitos sociais e uma depressão económica profunda, com graves repercussões nas condições de vida da população.

A via da recuperação capitalista levaria a um grave desastre nacional.

A outra via, a que permite vencer as graves dificuldades económicas e financeiras é a que assenta numa **dinâmica não capitalista**, com base nas transformações das estruturas económicas levadas a cabo pela Revolução.

Uma tal dinâmica, que, sem excluir grandes sectores de economia capitalista, assente necessariamente na consolidação e prosseguimento do processo das nacionalizações, da intervenção do Estado, da Reforma Agrária, só poderá concretizar-se com uma convergência da acção governativa e da intervenção activa dos trabalhadores na reorganização e desenvolvimento da economia.

5.1.2. Em torno da perspectiva e da natureza do desenvolvimento económico e político trava-se actualmente **uma aguda luta de classes,** que se traduz nas posições de vários partidos e nas medidas que propõem.

**O grande capital, os grandes agrários, o CDS, o PPD e outras forças reaccionárias,** defendem abertamente, contra a Constituição, o caminho da restauração do capitalismo monopolista e da sua dinâmica.

**O Governo do PS,** afirmando-se formalmente pela

# Teses para o VIII Congresso do PCP

perspectiva socialista, aplica uma política que é de recuperação capitalista e agrária. Animado pelo espírito da "conciliação de classes", o governo PS não conseguirá resolver os problemas existentes.

O **Partido Comunista Português** defende uma política que corresponde ao Portugal democrático dos nossos dias, à existência duma economia mista, com sectores diferenciados, mas cujo desenvolvimento só se pode e deve fazer no caminho indicado pela Constituição, o caminho do socialismo.

5.1.3. **O papel e o grau de intervenção das várias classes sociais** na reanimação económica e na solução da situação financeira depende naturalmente da perspectiva apresentada.

O Governo PS, assim como o CDS e o PPD imagina a solução dos problemas a partir de medidas administrativas e burocráticas, de decretos-lei e de ordens, cabendo ao governo decidir e ao povo obedecer.

Uma tal orientação não permitirá resolver os problemas. No Portugal democrático de hoje, a solução dos grandes e graves problemas financeiros, a reanimação da economia e o desenvolvimento, só podem ser alcançados com a intervenção dos trabalhadores, não passivamente apenas com o seu trabalho, mas com a sua opinião, as suas propostas, as suas soluções, o seu papel determinante no controlo, na direcção e em muitos casos na gestão do processo produtivo.

Com uma política contra os trabalhadores, Portugal não sairá da crise, antes caminhará para um crise mais profunda. Com os trabalhadores todas as dificuldades poderão ser removidas.

## 5.2. Problemas cruciais do momento presente

5.2.1. **A insuficiência da produção nacional** relativamente ao consumo é o ponto fulcral das grandes dificuldades económicas e financeiras actualmente existente.

Essa insuficiência tende a agravar-se com a quebra ou estagnação da produção e aumento do consumo (privado e público). A quebra de 2,7% do Produto Interno Bruto de 1974 para 1975 mais agravou a situação.

Embora algumas previsões admitam um aumento do PIB em 1976 da ordem de 6% numerosos indicadores levam à conclusão de não haver mudança sensível da situação.

O novo e súbito agravamento do défice da balança comercial (48 milhões de contos em 1975 e 60 milhões previsto em 1976) é um índice inquietante.

Qualquer solução dos problemas económicos e financeiros passa pela radical diminuição da diferença entre a produção e o consumo, o que só se pode obter **aumentando a produção e reduzindo o consumo.**

5.2.2. **O défice da balança de pagamentos** aparece como o ponto de convergência e uma expressão global das carências e dificuldades da economia portuguesa.

Aproximando-se previsivelmente de cerca de 40 milhões de contos em 1976, é imperiosa a sua drástica redução a curto prazo, sob pena do esgotamento das reservas, de que resultaria uma situação catastrófica.

O **recurso ao crédito externo** pode permitir ultrapassar uma difícil conjuntura financeira. Mas não pode ser recurso habitual e não deve ser aceite com condições políticas, hipotecas de ouro, juros leoninos e consignação a compras de artigos de consumo.

A redução do défice da balança de pagamentos exige, a par de medidas de fundo a realizar a médio e longo prazo, medidas de emergência tendo em vista: a diminuição das importações e o aumento de exportações de bens e serviços; a atracção de turistas e de remessas dos emigrantes; o controlo e limitação das saídas de divisas; a obtenção de créditos com fins de investimentos e, quando possível, no quadro de realizações de cooperação económica e tecnológica, que respeitem rigorosamente a independência nacional.

5.2.3. **O aumento da produção** a par da redução dos consumos, constitui condição indispensável para o reequilíbrio económico e financeiro que estabeleça condições básicas para uma política de desenvolvimento.

O aumento de produção depende, no imediato, da capacidade produtiva, do abastecimento assegurado de matérias-primas, energia e mão-de-obra e de mercado para colocar os produtos.

A capacidade produtiva, no imediato, não está esgotada, oscilando geralmente a sua utilização na indústria entre 60 e 85%. Podem assegurar-se energia e matérias-primas, salvo casos de alguns sectores industriais directamente dependentes de empresas estrangeiras. Existe mão-de-obra disponivel.

A ampliação do mercado externo é de importância decisiva para o aumento da produção, na indústria, na agricultura e na pesca. A ampliação do mercaod interno tem também grande importância na reanimação económica, sendo o aumento de salários reais favorável à expansão da produção.

O progresso tecnológico, o aumento da produtividade (que não se pode confundir com intensificação do trabalho), a melhor organização do trabalho, o melhoramento de aparelhos e circuitos comerciais e de distribuição, constituem factores indispensáveis para o aumento da produção.

5.2.4. A **redução dos consumos** tem de ser efectuada com duas preocupações principais: não afectar o processo produtivo e não agravar as condições de vida das classes trabalhadoras.

A situação impõe uma **política de austeridade.** Mas a austeridade não se pode compreender como a defendem os capitalistas, o CDS, o PPD e o Governo PS, ou seja, pelo agravamento da exploração e das condições de vida (com a diminuição dos salários reais) dos trabalhadores, para que sejam estes a pagar todo o preço das dificuldades económicas e financeiras.

A austeridade deve começar nos consumos escandalosos das classes parasitárias, nos consumos sumptuários e nos esbanjamentos inúteis.

O governo e todo o aparelho do Estado devem dar exemplo duma real política de austeridade.

5.2.5. **O défice global da economia portuguesa** distribui-se nas situações deficitárias que existem na maior parte dos sectores de actividade económica.

Produto duma política perdulária adoptada pelo VI Governo Provisório sob a hegemonia PS-PPD, as contas do Estado apresentam um défice que se calcula subir a 40 milhões de contos no ano corrente.

Empresas tanto nacionalizadas como privadas (com ou sem intervenção do Estado), sectores muito variados da vida económica (indústria, agricultura, pesca, transportes e outros serviços) apresentam elevados défices, criando-se a tendência para considerá-los normais e irremediáveis.

A existência e o volume do défice global podem ser iludidos e ocultados por operações financeiras de emergência mas nunca poderão ser reduzidos e eliminados se persistir a situação deficitária nos vários departamentos, empresas e sectores.

A correcção do défice global exige sérias medidas para a correcção das situações sectoriais, reequilibrando a situação financeira do Estado, de empresas, e de todos os sectores de actividade económica deficitária.

A correcção das situações deficitárias exige medidas diversificadas segundo as situações concretas. É necessário nuns casos aumentar os preços do produto ou serviço, noutros casos diminuir o preço de custo. Dado o afastamento existente em toda a economia nacional entre os valores e os preços dos produtos (resultado de muitos anos de política de preços de monopólio), a **política de preços** tem de ser cautelosa e não forçar mudanças súbitas e radicais. A chamada política dos "preços reais", a ser seguida, pode provocar desequilíbrios e estrangulamentos nocivos ao processo produtivo.

As empresas cuja actividade se mostra inviável e sem perspectivas de rentabilidade exigem também medidas práticas imediatas para obter resultados de reconversão a médio prazo.

## 5.3. A reanimação económica e as conquistas da Revolução

5.3.1. A existência em Portugal, como resultado da Revolução, de estruturas e empresas capitalistas e não capitalistas coloca a necessidade de ter em conta a diferente dinâmica dos dois sectores, numa política de reanimação económica.

Ao vasto sector capitalista, exigindo-se que respeite a nova realidade, devem ser asseguradas as condições necessárias para poder dar a contribuição positiva que está ao seu alcance e que é necessária ao desenvolvimento económico do país. Nesse sentido é necessário designadamente, definir os sectores de actividade para a inciativa privada e estabelecer formas eficazes de apoio às pequenas e médias empresas.

O arranque para a reanimação económica e para o desenvolvimento só pode porém partir dos sectores onde se deram transformações radicais das estruturas.

A saída das dificuldades económicas é inseparável da defesa, consolidação e progresso das grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.

5.3.2. **As empresas nacionalizadas** da indústria, transportes e outros serviços, podem constituir uma das forças de arranque da reanimação económica e financeira.

Representanto um quarto do valor acrescentado e cerca de metade da formação bruta do capital fixo, e abrangendo além da banca os secotres básicos da economia nacional, as empresas nacionalizadas, estão em condições de intervir decisivamente, através de uma actividade planificada, na orientação geral e na dinâmica de toda a economia portuguesa.

A par do sector nacionalizado devem considerar-se as **empresas sob intervenção do Estado,** e com participação directa ou indirecta do Estado, que abrangem muitas das maiores empresas de diversos ramos.

Muitas delas com controlo operário ou gestão pelos trabalhadores, estão já dando e podem dar ainda mais um contributo precioso para a reanimação económica, o aumento da produção e o desenvolvimento.

O mesmo se deve dizer das empresas em cujo capital há **participação do Estado** ou de empresas nacionalizadas e das centenas de **cooperativas** formadas em empresas abandonadas ou falidas. Nas primeiras devem considerar-se inamovíveis as posições do Estado e nas segundas definitivamente legalizada a sua propriedade dos meios de produção.

5.3.3. O prosseguimento da **Reforma Agrária** e o apoio efectivo às cooperativas e unidades colectivas de produção é essencial para assegurar o aumento de produção agrícola.

A lei da Reforma Agrária deve ser levada até ao fim, expropriando todas as propriedades cujos donos tenham mais de 50 000 pontos.

As terras aptas para cultura e abandonadas devem ser entregues aos trabalhadores, mesmo que abaixo dessa pontuação.

O exercício do direito de reserva não deve ser precipitado e nunca deve significar a desintegração ou inviabilização das UCP. Devem procurar-se soluções de forma a ser executado noutras terras, ou assegurando que as cooperativas tenham direito preferencial ao arrendamento da terra de reserva.

Qualquer reorganização das cooperativas e unidades colectivas, ou da forma de exploração agrícola, só deve ser feita por decisão dos trabalhadores, cuja direcção e gestão deve ser amplamente autónoma e independente.

Devem ser dados créditos e apoio técnico às cooperativas e UCP para realizarem os seus planos de cultura, de diversificação, de aquisição de máquinas, de melhoramentos técnicos, de alargamento da área de regadio, de aumento do efectivo pecuário, de criação de unidades agro-pecuárias e agro-industriais.

Um futuro estatuto das terras expropriadas deve ser amplamente examinado com os próprios trabalhadores, partindo da ideia de pertencer às cooperativas e UCP o usufruto perpétuo da terra.

5.3.4. A consolidação e maior extensão do **controlo operário** é uma condição indispensável à reanimação, reequilíbrio e progresso da economia nacional.

É de rejeitar firmemente qualquer "regulamentação" que pretenda transformar as comissões de controlo em instrumentos do patronato, de tecnocratas conservadores ou de burocratas ao serviço do partido no poder. A chamada "hierarquia de competências" não pode ser entendida segundo o critério da classe exploradora, que considera os trabalhadores "incapazes" e "incompetentes".

Em defesa da economia nacional e para o seu desenvolvimento, o controlo operário deve prosseguir com efectivas funções e poderes de intervenção no processo produtivo e de gestão, incluindo o controlo da contabilidade, dos planos de produção, dos produtos armazenados, da carteira de encomendas e do mercado.

A intervenção activa dos trabalhadores nas decisões fundamentais das empresas é essencial para assegurar o seu rendimento e a sua produção integrados numa dinâmica económica não capitalista.

Em todos os sectores da economia um grande esforço nacional para colmatar as insuficiências da produção e arrancar para o desenvolvimento só com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores, pode ser realizado com êxito.

## 5.4. Medidas de emergência

5.4.1. **A reanimação económica e o reequilíbrio financeiro** exigem a adopção e execução de medidas concertadas de política financeira, industrial, agrícola e comercial, de forma a que se concentrem os recursos e esforços do país na solução dos problemas essenciais.

O projecto de "**Medidas de Emergência**" submetido à discussão do Partido (Anexo às Teses) dá uma base para a elaboração duma "Plataforma" a ser aprovada pelo Congresso.

5.4.2. **A política financeira**, na actual conjuntura, deve ter como preocupações fundamentais **em matéria de orçamento** a redução de despesas não essenciais em todos os sectores da vida nacional, o reforço da disciplina orçamental e da fiscalização financeira particularmente dos serviços públicos, a acentuação do carácter progressivo dos impostos sobre sucessões e doações e sobre os rendimentos de prédios urbanos, as isenções para os pequenos patrimónios, a prioridade nas compras do Estado às empresas nacionalizadas ou sob intervenção do Estado, às cooperativas e às pequenas e médias empresas.

A fim de contribuir para a redução da balança de pagamentos é indispensável um orçamento cambial, o controlo efectivo do movimento de capitais, o combate ao mercado negro de divisas, a reestruturação da rede bancária no estrangeiro para captar a poupança dos emigrantes.

O desenvolvimento da acção fiscalizadora do Banco de Portugal, a reestruturação e coordenação da banca nacionalizada, o controlo do nível das reservas das instituições bancárias, o estabelecimento dum crédito selectivo de harmonia com a grande perspectiva progressista da economia portuguesa, contam-se entre as medidas necessárias para criar condições básicas para o reequilíbrio financeiro.

5.4.3. **A política industrial** tem de ter em conta a diferenciação da dinâmica económica nos vários sectores.

No **sector nacionalizado** , impõe-se a reestruturação e a reorganização, a maior eficiência e produtividade. Nos **sectores sujeitos à intervenção estatal** trata-se de definir entre o prolongamento da actual situação, a nacionalização ou a transformação em cooperativa. De qualquer forma, em nenhum caso se deve consentir a restituição aos antigos patrões. No **sector privado,** importa definir o âmbito da sua actividade, estimular o investimento, apoiar as pequenas e médias empresas.

Para o **desenvolvimento económico** é essencial o estabelecimento de prioridades de investimentos atendendo a três critérios principais: importância do sector ou empresa, produção de artigos geralmente importados e elevado emprego de mão-de-obra.

A planificação, integração vertical e desenvolvimento acelerado de indústrias básicas e estratégicas; a fabricação programada de bens de equipamento para substituir importações; a fabricação de bens de consumo pela utilização da capacidade não-utilizada; os processos de integração vertical no sector agro-industrial e nas pescas; a reanimação da construção civil pela simplificação dos processos de expropriação de terrenos, programas habitacionais, apoio à construção por cooperativas — contam-se entre os esquemas de desenvolvimento sectorial indispensável para o arranque económico geral.

5.4.4. A **política agrária** tem de se exercer em três direcções principais:

A primeira: a da **Reforma Agrária em curso,** consolidando as cooperativas e UCP, cumprindo integralmente a Lei das Expropriações, condicionando o exercício do direito de reserva à viabilidade das UCP, obrigando os proprietários a cultivar a terra sob pena de expropriação, dando crédito e assistência técnica. Quaisquer decisões relativas à estrutura da exploração só devem ser tomadas respeitando a vontade e os desejos dos trabalhadores.

A segunda: a da **Reforma Agrária noutras regiões,** estabelecendo a área máxima das explorações privadas (com rigoroso respeito pela propriedade dos pequenos e médios agricultores), obrigando ao arrendamento compulsivo das terras abandonadas, fazendo cumprir as leis do Arrendamento Rural e dos Foros, restituindo os baldios às populações, abolindo a colonia na Madeira, apoiando as iniciativas de associativismo.

A terceira: a dos **problemas imediatos dos pequenos e médios agricultores,** concedendo créditos, alargando as isenções fiscais, fixando antecipadamente preços, combatendo a especulação e o parasitismo, liquidando os Grémios da Lavoura em benefício dos que trabalham a terra, integrando os pequenos agricultores no regime da Previdência.

5.4.5. A **política comercial** no que respeita ao **comércio interno,** tem de liquidar situações monopolistas ainda existentes, encurtar os circuitos comerciais, apoiar os pequenos e médios comerciantes, proceder à racionalização e normalização dos produtos e alargar as insenções fiscais.

No que respeita ao **comércio externo,** impõe-se acelerar a diversificação dos mercados, reduzir as importações não essenciais, expandir as exportações dando para isso os apoios necessários, negociar com o Mercado Comum acordos que tenham em conta o nível de desenvolvimento económico do país e aproveitando as grandes possibilidades de comércio com os países socialistas.

A reanimação económica e o reequilíbrio financeiro dependem da aplicação e execução destas medidas em conjunto.

## 5.5. Uma política ao serviço do povo e do país

5.5.1. **A política económica e financeira do novo Portugal democrático** deve ter como objectivo servir o povo trabalhador e o país. Deve responder aos interesses e às aspirações de todas as classes e camadas não-monopolistas.

Uma política de reanimação económica não pode significar o agravamento da exploração de quem trabalha, mas o melhoramento das suas condições de vida.

5.5.2. **A classe operária e todos os trabalhadores assalariados** têm justo direito a aumentos de salários acompanhando pelo menos o aumento do custo de vida. O congelamento que se impõe é o dos preços dos artigos de primeira necessidade para que o aumento de salários se não torne um logro.

Não é de aceitar que a contratação colectiva seja congelada como pretende o patronato e a reacção.

O salário mínimo nacional necessita de ser actualizado e deve ser dada prioridade nos aumentos às categorias profissionais mais mal pagas. As pensões e reformas necessitam também de ser aumentadas. Os subsídios devem ser pagos em dinheiro e não em papeis de Estado, como pretende o Governo.

Em nenhum caso são de admitir despedimentos sem justa causa. O que se impõe é a luta contra o desemprego e não o aumento do "exército de reserva" para que os capitalistas tenham mão-de-obra a mais baixo preço.

Os trabalhadores reclamam justamente a gestão democrática da Previdência, o pagamento de subsídios na altura própria, a melhoria da assistência ao nível das empresas.

Para os **pescadores** são medidas necessárias: o fomento de cooperativas de pesca com apoio técnico e financeiro, o justo pagamento do peixe capturado, contratos colectivos de trabalho por sector, eliminação dos intermediários parasitas na comercialização do peixe, melhoria das condições de segurança no trabalho.

Na **função pública,** é urgente a uniformização das regalias, a equiparação progressiva dos salários aos dos sectores nacionalizados, a abolição do Estatuto Disciplinar fascista, a revogação da legislação antigreve e o descongelamento dos salários dos quadros técnicos, acompanhado da fixação do aumento máximo.

Os **trabalhadores "retornados"** não podem ser olhados como se fossem inimigos. É necessário apoiar os seus interesses legítimos, criando-lhes postos de trabalho e ajudando a resolver casos mais agudos de falta de habitação.

5.5.3. **Discriminações salariais e outras discriminações por motivos de idade e sexo** devem ser eliminadas, aplicando progressivamente em todo o País o princípio constitucional "a trabalho igual, salário igual".

Os **interesses da juventude** devem ser eficazmente defendidos, proibindo-se o trabalho a menores de 14 anos, assegurando-se formação profissional e justas promoções, reduzindo-se as horas de trabalho aos trabalhadores estudantes, protegendo as jovens trabalhadoras das infâmias morais dos patrões, fomentando o intercâmbio, a confraternização e o desporto.

Os **interesses das mulheres,** também têm de ser defendidos de forma prática, generalizando as férias antes e depois do parto, desenvolvendo-se a assistência materno-infantil, criando-se creches, infantários, cantinas, lavandarias, etc.

5.5.4. A consideração dos interesses e a defesa dos direitos dos **pequenos e médios comerciantes e industriais** exigem medidas urgentes tais como:

O aligeiramento da carga fiscal, a garantia duma margem de lucro suficiente, facilidades para poderem comparticipar no mercado externo.

Os **pequenos e médios agricultores** necessitam de pronta resposta aos seus problemas e aspirações mais prementes, nomeadamente quanto a créditos, redução de impostos, escoamento de produtos, fixação de preços, apoio técnico e financeiro.

5.5.5. É necessário dar resposta positiva aos legítimos interesses dos **trabalhadores intelectuais e quadros técnicos** que ao lado dos trabalhadores manuais, têm um papel de relevo na construção da democracia rumo ao socialismo.

É urgente assegurar-lhes trabalho e justa remuneração, possibilidade de actualização de conhecimento e aperfeiçoamento profissional e condições para a aplicação das suas capacidades ao serviço do desenvolvimento do País.

5.5.6. Os **interesses das populações** precisam de ser atendidos com iniciativa e dinamismo a fim de resolver os problemas mais sentidos como a electrificação rural, o abastecimento de água, os transportes colectivos, a construção de esgotos, a construção e reparação de escolas, estradas e caminhos, a criação de centros culturais.

Um vasto plano de **acção médico-sanitária** é de urgente execução melhorando os serviços hospitalares, reorganizando os serviços de urgência, descentralizando a assistência, regulamentando a fiscalização à actividade privada, normalizando as carreiras dos trabalhadores da saúde e racionalizando a produção e comercialização dos produtos farmacêuticos.

5.5.7. O **ensino,** o **desenvolvimento científico** e a **expansão cultural** fazem parte integrante da democratização da vida nacional e do desenvolvimento económico, social e político.

Impõe-se a erradicação do analfabetismo, a reforma geral do ensino, a elevação para 8 anos do ensino básico, a formação e actualização de professores, a investigação científica e a sua ligação à produção, o alargamento de bolsas de estudo, a defesa do património cultural do País, a divulgação e o apoio à capacidade criativa do povo.

## 5.6. A defesa das liberdades e da ordem democrática

5.6.1. A **defesa e consolidação da democracia** é a primeira condição para a solução dos graves problemas existentes.

Defender as liberdades ameaçadas pela reacção e por uma política de "regulamentações", tornar o modo de vida democrático uma realidade em toda a sociedade é uma tarefa de importância capital.

5.6.2. **Assegurar o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional,** fazer respeitar a **ordem democrática,** edificar **um aparelho do Estado** ao serviço da democracia, são tarefas de cuja execução dependerá a própria existência do regime consagrado na Constituição.

Pôr termo à conspiração contra-revolucionária e às actividades terroristas, desmantelando as redes respectivas e castigando os responsáveis; reorganizar os serviços judiciais de forma a eliminar deles os elementos e grupos protectores das actividades contra-revolucionárias; criar as bases de uma Justiça democrática; afastar fascistas de lugares de chefia e responsabilidade, — são medidas urgentes e inadiáveis para defesa da democracia.

A defesa da liberdade de Imprensa e da informação democrática contra a monopolização dos órgãos de informação pelo partido no poder; da liberdade e unidade sindical contra os planos de divisão; do direito à greve contra regulamentações que o liquidem de facto, — fazem parte da grande batalha actual para consolidação da democracia.

# 6. O movimento popular

**6.0. O movimento popular de massas, componente essencial da Revolução, envolve todas as classes e camadas sociais interessadas na liquidação do capitalismo monopolista.**

**A classe operária como a classe mais consequente, mais organizada, mais coesa, a única "revolucionária até ao fim", é a classe de vanguarda, aquela que encabeçou a luta pelas transformações económicas e sociais profundas já alcançadas pela Revolução portuguesa.**

**A classe operária, para ser de facto a vanguarda revolucionária, não defende apenas os seus interesses de classe, mas os interesses de todos os explorados, de todas as classes laboriosas, de todas as classes e camadas interessadas na construção de um regime democrático a caminho do socialismo.**

## 6.1. As alianças sociais e as bases de apoio da Revolução

6.1.1. O campesinato **(pequenos e médios agricultores-proprietários, seareiros e rendeiros),** os **pequenos e médios industriais** e **comerciantes,** as camadas intermédias **(intelectuais, quadros, profissões liberais),** os artesãos, com a classe operária, com os empregados, fazem parte, do bloco de forças sociais interessadas, ainda que em grau diferente, na liquidação definitiva dos monopólios e nas grandes transformações sociais, políticas e económicas alcançadas pela Revolução.

Nas condições específicas da Revolução portuguesa, o carácter unitário e apartidário do MFA e a aliança Povo-MFA foram formas originais que tomou a aliança das forças sociais interessadas na Revolução antifascista e antimonopolista.

O prosseguimento, pelo proletariado, duma consequente política de alianças é uma das condições para o estabelecimento duma base de apoio social e político da Revolução que possa assegurar o seu êxito final.

6.1.2. A defesa e consolidação da **base de apoio social e político** da Revolução exige a defesa na acção prática dos interesses de todas as classes e camadas sociais interessadas no processo e o apoio recíproco nas lutas que travam.

As concepções esquerdistas e sectárias que tratam os aliados como se fossem inimigos, tendem a provocar o isolamento da classe operária e a afastar desta as outras classes e camadas interessadas na Revolução, empurrando-as para o campo de influência das forças reaccionárias. Tais concepções são tão prejudiciais aos interesses do movimento popular como as concepções oportunistas de direita que, negando à classe operária o seu papel de vanguarda, paralisam, desarmam e desorganizam o movimento popular, privando-o da acção dinamizadora e orientadora da classe mais consciente, organizada e revolucionária.

6.1.3. **A política de unidade do movimento popular** é, em primeiro lugar, a política de unidade da classe operária, base fundamental para o desenvolvimento de todo o movimento popular. É em segundo lugar, a unidade na acção de cada uma das classes e camadas interessadas no processo democrático através das lutas e movimentos respectivos. É em terceiro lugar, a convergência da acção de todos os aliados contra

# Teses para o VIII Congresso do PCP

o inimigo principal e comum. É finalmente apoio recíproco das várias frentes de luta.

As formas específicas de organização da classe operária e seus aliados, os movimentos e lutas em cada uma das frentes, devem coincidir e convergir num mesmo objectivo geral, fundamental e comum: a defesa e consolidação da democracia e das conquistas da Revolução, o firme prosseguimento duma política antimonopolista e antilatifundista, a construção do novo regime democrático consagrado e definido na Constituição.

## 6.2. Movimento sindical

6.2.1. **O movimento sindical**, tendo como organismo confederativo a **Intersindical,** na continuidade da sua actividade no tempo do fascismo, tem desempenhado depois do 25 de Abril um papel de primeiro plano na defesa dos interesses dos trabalhadores e da sua unidade, na defesa das liberdades e das grandes transformações democráticas efectuadas nas estruturas económicas e sociais.

A acção dos Sindicatos dos Bancários na nacionalização da Banca e dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas na Reforma Agrária foram decisivas para a realização destas conquistas fundamentais da Revolução.

Os trabalhadores estão vitalmente interessados na consolidação do seu grande movimento sindical unitário, cuja existência e acção correspondem aos seus interesses e objectivos de classe.

6.2.2 **O alargamento das estruturas sindicais** a sectores tão importantes como os trabalhadores agrícolas, pescadores e função pública, permitiu trazer muito rapidamente à luta organizada milhares e milhares de trabalhadores desses sectores e assegurou a defesa dos seus interesses vitais.

É necessário prosseguir o alargamento da organização sindical a todos os sectores onde ainda não existia, assim como promover a sindicalização dos trabalhadores que ainda não se encontram sindicalizados.

6.2.3 **A unidade do movimento sindical**, aspecto fundamental da unidade da classe operária, constitui a melhor garantia da defesa eficaz dos interesses dos trabalhadores.

A classe operária portuguesa alcançou uma grande vitória com a Lei da Unicidade, que consagrou a unidade sindical e, com esta, a verdadeira liberdade e a independência dos sindicatos em relação ao patronato, ao Governo e aos partidos.

Entretanto, apesar dos esforços dos deputados comunistas, a Constituição não consagrou esta importante conquista.

Os inimigos da classe operária e as forças oportunistas sabem que a recuperação capitalista, a liquidação das conquistas dos trabalhadores, passam pela divisão do movimento sindical. A unidade do movimento sindical está ameaçada.

Os capitalistas, as forças reaccionárias, os reformistas e os esquerdistas, o CDS,o PPD, o PS e o seu Governo, levam a cabo diversas acções divisionistas e desagregadoras. A «santa aliança» formada em torno da «Carta Aberta» actua com esse fim.

Opondo-se firmemente a quaisquer planos e manobras de divisão, é tarefa primordial de todos os trabalhadores lutarem em defesa da unidade do movimento sindical, escolhendo as soluções apropriadas nas condições criadas pela Constituição.

6.2.4 **A Central Sindical Única – Intersindical** – ganhou grande autoridade junto dos trabalhadores. A realização do Congresso dos Sindicatos, para a preparação democrática do qual se movimenta a maioria esmagadora dos sindicatos e muitos milhares de trabalhadores, poderá ser, nos termos da Constituição, um passo importante para o reforço da organização e da unidade do movimento sindical.

Para se atingir este objectivo devem combater-se com firmeza tanto as manobras divisionistas e as tendências basistas que falando demagogicamente nos trabalhadores mais não fazem que paralizar a sua acção, como o sectarismo que é um travão ao reforço e alargamento da unidade sindical.

A adopção de métodos democráticos, o debate fraternal com vistas a procurar as soluções que melhor convenham aos trabalhadores, o espírito de classe, o respeito escrupuloso pela vontade dos trabalhadores, são os métodos justos para se conseguir a continuação duma Central Única e para isolar os divisionistas caso consigam levar a cabo o seu propósito de dividir o movimento sindical.

Orientando-se por uma política de unidade, os comunistas não pouparão esforços para que a grande e poderosa Central Sindical Unitária, edificada com anos e anos de luta e sacrifícios, continue sendo a defensora firme e intransigente dos interesses dos trabalhadores.

## 6.3. Organizações unitárias de base

6.3.1. As **organizações unitárias de base,** quer as que continuam de modo renovado as formas tradicionais vindas do tempo do fascismo, como as **Comissões de Trabalhadores,** quer as novas formas surgidas após o 25 de Abril, como as **Comissões de Moradores,** e **Assembleias Populares,** constituem uma das mais importantes expressões do movimento de massas e representam uma das condições do seu desenvolvimento.

6.3.2. As **Comissões de Trabalhadores** desempenharam um papel decisivo na unidade e luta dos trabalhadores para assegurar a melhoria das suas condições de vida, o controlo operário sobre a produção, o combate à sabotagem económica, a sobrevivência das empresas abandonadas ou conduzidas à ruína pelo patronato, a intervenção e o auxílio estatal, as nacionalizações, a mobilização das massas nos locais de trabalho pelo avanço da revolução e em defesa das suas conquistas.

A actividade das Comissões de Trabalhadores confirmou que elas são formas complementares e não paralelas ou concorrentes da organização sindical, sendo desejável que entre umas e outras se desenvolva uma cooperação cada vez mais estreita.

O patronato, a direita reaccionária e o próprio governo PS fazem tentativas para subordinar as Comissões de Trabalhadores aos seus interesses, quer transformando-as em comissões de lacaios do patronato e das administrações, quer reduzindo-lhes as possibilidades de acção a pretexto da regulamentação legal da sua formação, eleição e actividade.

A afirmação da independência das Comissões de Trabalhadores face ao patronato e ao Governo é uma importante direcção para a sua actividade, não sendo de aceitar qualquer outro estatuto legal que não seja o que está definido na Constituição.

A defesa dos interesses dos trabalhadores, o estabelecimento e reforço do controlo operário, a luta contra todas as formas de recuperação capitalista, o desenvolvimento de formas de coordenação já aprovadas tanto a nível regional como do sector industrial, são grandes objectivos que se colocam às Comissões de Trabalhadores.

6.3.3. As **Comissões de Moradores** e as **Assembleias Populares** correspondem à necessidade das massas populares se organizarem com vista à solução dos grandes problemas locais (habitação, designadamente), para a dinamização da vida política local (inclusive vitalizando as autarquias) e para uma mais ampla intervenção nas questões políticas nacionais.

A concepção esquerdista de que as organizações unitárias de base são já "poder popular" é uma concepção anarquizante, idealista ou demagógica que cobria e estimulava manobras aventureiristas junto do MFA.

As forças reaccionárias e de direita, que inicialmente não tinham coragem de atacar estas estruturas, procuram integrá-las numa dinâmica eleitoralista, limitá-las e regulamentá-las, passando, posteriormente, a atacá-las abertamente.

As próximas eleições para as autarquias locais têm constituído um positivo incentivo à reactivação das Comissões de Moradores, Assembleias Populares, etc., através de um processo de participação nestas eleições.

## 6.4. Movimento de pequenos e médios agricultores

6.4.1. **O movimento dos pequenos e médios agricultores,** designadamente, seareiros a rendeiros, em defesa dos seus interesses fundamentais regista importantes progressos.

Apesar da falta de hábito de associativismo dos pequenos e médios agricultores, e dos grandes obstáculos levantados pela reacção e a CAP, bem como por organismos governamentais cujo dever seria fomentar e incentivar as várias formas de associativismo agrícola, o movimento organiza-se e empreende corajosamente a luta contra a exploração e o desprezo a que tem estado votada a classe.

As **Ligas de Pequenos e Médios Agricultores** colocam reivindicações quanto a, comercialização, escoamento, preços e medidas governamentais respeitantes à agricultura. No Norte e Centro do País desenvolvem-se com vigor movimentos de pequenos e médios agricultores em defesa de interesses específicos: **Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte** (MARN), **Movimento dos Utentes dos Baldios (MUB), Movimento pela Extinção dos Foros. (MEF), Movimento dos Agricultores por uma Melhor Previdência Rural** (MAPRU), e **Associação dos Agricultores Rendeiros do Barlavento Algarvio** (ARBA).

Todos estes movimentos, alguns dos quais mobilizam milhares de agricultores encontram na razão da sua luta, no carácter unitário, na unidade e na organização, as raízes da sua força.

6.4.2. A **organização** do movimento e a cooperação e unidade de acção dos pequenos e médios agricultores, são tanto mais necessárias, quanto é certo que os problemas que os afligem não foram resolvidos. Apesar de terem sido aprovadas depois do 25 de Abril algumas leis e medidas que correspondiam às suas aspirações, não só a sua aplicação tem sido retardada e sabotada pelos caciques locais e pela reacção, como muitos outros problemas não tiveram ainda qualquer resposta positiva.

Os pequenos e médios agricultores estão aprendendo, pela sua própria experiência, quem são os seus amigos e quem são os seus inimigos e que o único caminho para resolverem as suas dificuldades é a luta unitária organizada.

6.4.3. **A formação de cooperativas** é uma das direcções fundamentais de desenvolvimento do movimento de pequenos e médios agricultores para assegurar a defesa dos seus interesses.

Na zona da Reforma Agrária, podem em muitos casos constituir-se cooperativas agrícolas de produção, formadas por pequenos agricultores.

Nas zonas do Centro e Norte, onde predominam as pequenas explorações agrícolas é necessário começar por formas mais elementares e limitadas de cooperação: postos cooperativas de venda dos produtos agrícolas, dos adubos, rações e sementes, cooperativas de comercialização e de transformação de produtos agrícolas, mútuas de gado e de créditos, etc..

A adesão dos pequenos e médios agricultores à formação de cooperativas não deve resultar de qualquer pressão ou precipitação. Deve resultar da sua própria e livre vontade, assente na verificação das vantagens de cooperação.

Através destas diversas formas de associativismo e cooperação, os pequenos e médios agricultores têm conseguido apreciáveis êxitos, criando confiança na sua força, quando actuam unidos e organizados.

Esta é a melhor forma de alcançarem a satisfação das suas reivindicações e de se integrarem activamente no grande bloco de forças sociais que apoiam a Revolução e lutam pelo seu prosseguimento.

6.4.4. As **dificuldades e debilidades** no estabelecimento da aliança entre a classe operária e o campesinato têm sido um travão ao desenvolvimento do processo revolucionário, reduzindo a sua base social de apoio, dificultando e impedindo a solução dos problemas urgentes e a melhoria de vida nos campos.

A superação de tais deficiências é de vital importância para consolidar o regime democrático.

## 6.5. A luta da juventude

6.5.1. **A Juventude** tem participado de forma activa em todo o processo revolucionário. Mobilizada pelas suas organizações de vanguarda (a UJC e a UEC) a juventude desenvolveu importantes lutas em defesa dos seus interesses e aspirações específicas e deu importante contributo à luta do nosso povo pelas grandes conquistas da revolução.

6.5.2. Os **jovens trabalhadores comunistas** desempenharam um papel decisivo no Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e nas grandes acções de massas que desenvolveu no tempo do fascismo.

A vida tem mostrado a justeza da decisão do Comité Central do Partido de formar a União das Juventudes Comunistas (UJC). O encontro constitutivo a 9.3.75, com a presença de mais de 5000 jovens comunistas de todo o País, marcou um passo em frente na luta da juventude trabalhadora.

As jornadas de trabalho voluntário, os comícios políticos e os torneios desportivos; a realização de mais de 20 Festivais de Canto Livre em que participaram mais de 30 000 jovens e dos Festivais da Primavera com a participação de mais de 100 000 pessoas; as campanhas eleitorais em que se realizaram mais de 450 iniciativas juvenis; a luta reivindicativa, as numerosas acções culturais e de convívio, a par do impulso do trabalho unitário nas colectividades, comissões de moradores e nos sindicatos, que tem levado à criação e desenvolvimento de dezenas de comissões de juventude e à promoção de encontros profissionais de jovens trabalhadores, constituem exemplos ricos da acção política e de massas da UJC.

São **direcções fundamentais** da luta para a criação de um amplo e forte movimento nacional da juventude trabalhadora; a defesa das reivindicações económicas dos jovens trabalhadores e das reivindicações particulares das jovens trabalhadoras: a solução dos problemas específicos dos trabalhadores – estudantes; o direito à cultura e ao desporto através do melhoramento de instalações; a participação na gestão democrática das escolas; a ocupação dos tempos livres; o combate à droga, à prostituição e à delinquência juvenis.

6.5.3. **A União dos Estudantes Comunistas (UEC)**, criada nas condições da clandestinidade e tendo desempenhado um papel decisivo na unidade e na luta dos estudantes contra a política repressiva e obscurantista do fascismo, tomou, decididamente após o 25 de Abril, a direcção das massas estudantis na luta pela imediata concretização de medidas de democratização das escolas.

Nas condições muito complexas que se criaram nas escolas, após o derrubamento da ditadura, com a acção coincidente da reacção, dos grupelhos provocatórios neo-nazis e dos esquerdistas, a UEC contribuiu para as transformações progressistas que se operavam na Universidade, tais como a gestão democrática, as reestruturações pedagógicas, o afastamento dos elementos do corpo docente mais comprometidos com o fascismo e a sua substituição por professores competentes e democratas.

As jornadas de trabalho voluntário nas UCP, as campanhas de alfabetização, tanto realizadas directamente como apoiando o movimento ALFA, as jornadas de confraternização e convívio, são importantes aspectos da acção e do movimento da juventude estudantil, inseridos no processo de construção da democracia portuguesa e das suas realizações revolucionárias.

Os avanços realizados no campo do ensino e da educação após o 25 de Abril, apesar de limitados, estão gravemente ameaçados pela política abertamente de direita do Ministro Cardia e do Governo PS.

São **direcções fundamentais** da luta dos **estudantes**: a luta pela reforma geral e democrática do ensino; a defesa da gestão democrática das escolas; a luta pelas transformações progressistas quanto ao conteúdo dos programas e métodos de ensino; a dinamização do movimento associativo na base da sua democraticidade, unidade e independência e na base da defesa dos interesses dos estudantes; o reforço da ligação do ensino com a realidade nacional, com os problemas das massas populares e as transformações revolucionárias em curso; o reforço da sua unidade com os professores progressistas e outros profissionais do ensino; a resistência à reintegração de fascistas nas escolas e à ofensiva reaccionária contra as conquistas democráticas no sector do ensino.

6.5.4. **A estreita cooperação entre a UJC e a UEC** e a criação de estruturas correspondentes é indispensável para uma mais eficiente e dinâmica intervenção dos jovens comunistas no desenvolvimento do movimento da juventude, para a luta pelos seus interesses e objectivos próprios e para a sua activa participação na luta dos trabalhadores e do povo português pela defesa, consolidação e prosseguimento da revolução.

## 6.6. A luta das mulheres

6.6.1. Após o 25 de Abril, as mulheres trabalhadoras das cidades e dos campos, as donas de casa, intelectuais e outras têm tido uma participação cada vez mais activa nos grandes movimentos e acções de massas pela construção da democracia em Portugal.

Com a sua crescente intervenção na vida social, política e económica, as mulheres têm conquistado, exercendo-os, os seus direitos de cidadania e liquidado progressivamente o estatuto social inferior que a sociedade portuguesa lhes reservava.

6.6.2. Participando activamente na actividade sindical, nas Comissões de Trabalhadores e de Moradores, em comissões contra a carestia de vida e em outras estruturas populares e organizações democráticas unitárias, com particular relevo para o MDM, as mulheres têm dado um valioso contributo para a conquista e defesa das grandes transformações que alteraram radicalmente a sociedade portuguesa. As mulheres têm lutado também pela eliminação das situações de discriminação flagrante que ainda sofrem no trabalho, na formação e promoção profissionais e nas remunerações e pela sua plena integração na produção.

É urgente criar condições que facilitem a vida das mulheres trabalhadoras e donas de casa e que permitam uma presença e actividade ainda mais regulares das mulheres nas estruturas de intervenção pela defesa dos seus direitos e interesses e pelos objectivos mais gerais da Revolução portuguesa.

Nas novas condições de liberdade têm-se revelado muitos quadros femininos cujo concurso para a construção do novo Portugal não pode continuar a ser condicionado por discriminações e situações de injustiça que se mantêm.

6.6.3. A luta pelo reconhecimento e exercício efectivos dos direitos que a Constituição da República consagra no que respeita à mulher como cidadã, como trabalhadora e como mãe é a melhor forma de defender esses direitos e de os consolidar.

## 6.7. Outros grupos e camadas sociais

6.7.1. **Intelectuais, quadros técnicos, membros de profissões liberais** que já no tempo do fascismo tinham tido corajosa participação na luta democrática, deram notável contributo, com destaque para os trabalhadores da informação, os professores e outras classes profissionais, para a conquista das liberdades e a defesa da democracia. Centenas de técnicos empenharam-se com entusiasmo nas grandes transformações revolucionárias, pondo o seu saber ao serviço da Reforma Agrária, da reanimação económica das empresas com gestão dos trabalhadores e dos sectores em crise, da transformação do ensino, da melhoria dos serviços da saúde, do combate ideológico aos inimigos das liberdades democráticas e do progresso social.

6.7.2. **Os pequenos e médios comerciantes e industriais** têm diante de si um largo campo de iniciativa, organização e mobilização em defesa dos seus interesses específicos, por forma a poderem enfrentar as graves dificuldades em que se encontram e concretizarem, com o apoio do Estado, o contributo positivo que está ao seu alcance para o progresso do País.

## 6.8. Autarquias locais

6.8.1. **A administração das autarquias locais** pelas forças democráticas deu lugar a significativas realizações tendentes à democratização da vida local e à resolução dos problemas mais urgentes das populações. Surgiram valiosas experiências de ligação e cooperação das autarquias com as organizações populares de base e formas de coordenação com carácter estável entre as autarquias.

Apesar da instabilidade política, da falta de apoio dos departamentos do poder central, da falta de meios financeiros e técnicos foram introduzidos na administração local novos métodos de gestão, descentralizaram-se serviços, realizaram-se simplificações burocráticas nos serviços municipalizados, reduziram-se custos e despesas, graças, em muitos casos, ao esforço e participação das populações, deu-se nova atenção ao problema da habitação e definiu-se uma nova política de solos e equipamentos colectivos essenciais (saúde, educação, creches e jardins de infância).

O balanço da administração democrática das autarquias é altamente positivo.

6.8.2. As autarquias locais, como parte do aparelho de Estado mais próximo das populações, como instrumentos essenciais para a resolução dos graves problemas e carências que se manifestam com grande diversidade e complexidade a nível local, constituem uma importante **frente da luta de massas.**

A realização de uma política democrática a nível local, o combate ao caciquismo e às tentativas das forças reaccionárias de transformarem as autarquias em base de apoio para a contestação do regime democrático, a intensificação da participação popular, por forma organizada, na resolução dos seus problemas, a defesa da autonomia local consagrada na Constituição, significando a atribuição às autarquias dos meios financeiros e técnicos e dos poderes necessários à realização das suas actividades essenciais — são objectivos de vital importância para a consolidação da democracia portuguesa e para o fortalecimento de perspectivas de progresso e desenvolvimento a nível local.

6.8.3. **As próximas eleições para as autarquias locais**, possuindo características próprias que as distinguem das anteriores eleições, nem por isso deixam de constituir igualmente para as forças democráticas uma importante batalha que poderá ter grandes repercussões na vida política nacional.

As eleições para as autarquias representam ainda uma importante oportunidade para dinamizar o movimento popular e intensificar através dos próprios Conselhos Municipais a participação das organizações populares de base nas principais decisões de interesse colectivo local.

O processo unitário que está em curso a propósito das eleições para as autarquias locais, reveste-se de grande significado e abre perspectivas muito positivas para o fortalecimento da unidade das populações em torno dos seus problemas concretos e para o desenvolvimento de um processo de muito larga unidade e cooperação democrática a nível local.

A Frente Eleitoral Povo Unido, que no âmbito da intervenção para estas eleições agrupa o PCP, o MDP e democratas independentes e que, reflectindo uma unidade mais vasta a nível local, está a polarizar à sua volta um grande interesse, poderá com uma orientação justa e baseada fundamentalmente na grande autonomia das iniciativas locais, ser um importante contributo no sentido da reaproximação e cooperação das forças democráticas, representar um estímulo para a dinamização do movimento popular, para a superação de tensões, reservas e incompreensões que se manifestam no campo democrático e favorecer a sua futura unidade.

## 6.9. Cooperação interpartidária

6.9.1. **Uma política unitária,** com o objectivo de forjar, reforçar e ampliar a unidade das forças políticas democráticas e progressistas no interesse das classes trabalhadoras, de todo o povo e do país, tem sido uma constante da orientação na actividade do Partido.

Embora as alianças entre partidos não sejam a única expressão e a única forma de traduzir na acção política as alianças sociais, elas são de grande importância num regime que reconhece aos partidos um papel de primeiro plano em toda a vida nacional.

A luta pela unidade da classe operária e pela concretização da aliança da classe operária com a pequena burguesia, com as camadas intermédias e com alguns sectores da média burguesia traduz-se, no plano partidário, na luta pela cooperação do PCP com o PS, o MDP/CDE, a FSP, a Intervenção Socialista (IS), o Movimento Social-Democrata (MSD) e outras organizações democráticas.

6.9.2. **A cooperação PCP-PS**, concretizando na prática a maioria de esquerda da Assembleia da República, deve merecer uma especial atenção. Uma tal cooperação assente numa base objectiva é uma necessidade para a defesa e prosseguimento da Revolução, nos termos expressos na Constituição.

A Direcção do PS, realizando na prática uma política de aliança com o capital contra os trabalhadores, visando travar e paralisar a Revolução no quadro de uma democracia burguesa e conduzir uma política de recuperação capitalista, tem impossibilitado as relações entre as Direcções dos dois Partidos e a cooperação entre eles.

Denunciando e combatendo a política antioperária e de recuperação capitalista realizada pela Direcção do PS e pelo actual Governo PS, o PCP não poupa esforços para a aproximação entre comunistas e socialistas e para alcançar uma cooperação entre os dois Partidos.

Intensificar e melhorar as relações entre comunistas e socialistas nas fábricas, nas empresas, nos escritórios, em toda a parte, lutar em comum por objectivos concretos imediatos, será uma forma eficaz de trabalhar para vir a tornar possível a aliança PCP-PS, necessária para defender as conquistas da Revolução e prosseguir o avanço rumo ao socialismo.

## 6.10. O povo decidirá

6.10.1. **O povo** fez a Revolução. O povo poderá defendê-la, consolidá-la e prossegui-la.

As massas populares têm força invencível, quando unidas, organizadas e em movimento.

6.10.2. **A unidade das massas populares, a unidade dos democratas, a unidade das forças progressistas**, não é apenas um factor, mas a condição indispensável para o êxito.

É porque compreende a força que a unidade dá à classe operária, ao povo trabalhador, aos democratas, que a reacção faz tudo para provocar divisões: nas empresas, no movimento sindical, nos bairros, nas aldeias e cooperativas, etc. A acção divisionista dos grupos esquerdistas serve a reacção.

O PCP, consciente do carácter decisivo da unidade, não poupa nem poupará esforços para unir na acção, em todos os sectores de actividade e a todos os níveis, aqueles que querem defender os interesses dos trabalhadores e das classes e camadas antimonopolistas e construir a democracia a caminho do socialismo.

6.10.3. **A organização** é essencial para que o movimento popular possa alcançar os seus objectivos.

Em qualquer das frentes da luta revolucionária, só uma adequada organização tornará possível: *a*) a definição clara e por todos aceite dos fins a alcançar; *b*) uma direcção efectiva das lutas que disponha da confiança das massas; *c*) decisões que tenham em conta a situação e que unifiquem todos os esforços, tanto na ofensiva como quando se torna necessário recuar.

A forte organização — nas empresas, nos bairros, nas profissões, nas diversas actividades — longe de excluir, pressupõe e exige métodos democráticos de discussão e de decisão. Nos sindicatos, nas Comissões de Trabalhadores e de Moradores, nas Assembleias Populares, nas Ligas e outras organizações de classe e profissionais, nas organizações juvenis e de mulheres, nas autarquias, nas mais diversas formas de associação os princípios da eleição, da intervenção das massas nas grandes decisões, da prestação de contas por quem for escolhido para executar quaisquer tarefas, são princípios essenciais de organização democrática.

Os princípios e métodos democráticos não podem ser confundidos com a anarquia, a eliminação de órgãos de decisão, o «basismo» desorganizador que oculta a manipulação das massas por pequenos grupos sectários, os quais impõem a sua vontade por métodos antidemocráticos.

A organização é o mais poderoso instrumento da acção de massas.

6.10.4. **A luta de massas**, a intervenção das massas em todos os aspectos de democratização política, económica, cultural e social da vida portuguesa, constitui o próprio motor do processo revolucionário.

Nas condições portuguesas actuais, a luta e a intervenção das massas desenvolve-se não apenas por reclamações concretas de carácter económico, político e cultural, não apenas através de campanhas, manifestações, concentrações, paralisações e greves, mas em grandes iniciativas e realizações construtivas, no trabalho produtivo nas cooperativas e unidades colectivas, fábricas sob controlo operário, obras úteis às populações, acções de alfabetização e outras. O Povo português está vitalmente interessado na defesa e construção do regime dernocrático e isso exige a sua intervenção organizada, dinâmica, combativa, em todos os sectores da vida nacional.

É fundamentalmente a acção das massas populares que pode determinar a deslocação para a esquerda em amplos sectores de opinião, no PS e nos órgãos do poder e a criação de condições para **uma alternativa de esquerda** ou seja, a formação de um governo democrático, de **um governo de esquerda**, que só poderá ser com a participação e apoio do PCP.

# Teses para o VIII Congresso do PCP

## 7. O Partido

**7.0. O Partido, vanguarda revolucionária da classe operária, dos camponeses e de todos os trabalhadores, tem desempenhado um papel essencial na Revolução portuguesa.**

**Nas novas condições do Portugal libertado da ditadura fascista, o Partido interveio, em todos os sectores da vida nacional (pela actividade política, a luta de massas e acção governativa), para assegurar a defesa e prosseguimento do processo democrático.**

**A luta contra a reacção, a defesa das liberdades, as grandes conquistas revolucionárias (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário), a consolidação da democracia, são inseparáveis da actividade do PCP.**

**Forçado a uma severa clandestinidade no tempo do fascismo, o Partido surgiu, na nova situação de legalidade, como um grande partido nacional com profundas raízes na classe operária e nas massas populares, com prestígio e autoridade sem paralelo, como uma força de capital importância para a democratização do País.**

**As novas condições impuseram novas tarefas. Para que o Partido, transformado com êxito num Partido de massas, as tivesse podido e possa cumprir foram e são indispensáveis novas soluções para os problemas de direcção de quadros, de organização, de informação e propaganda, de trabalho ideológico, de política financeira e de relações internacionais.**

**O melhoramento da actividade do Partido é condição indispensável não só para o reforço do Partido, mas para a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução e para a construção da democracia portuguesa, rumo ao socialismo.**

### 7.1. Trabalho de direcção

7.1.1. O trabalho de direcção do Partido nas condições do Portugal democrático coloca problemas radicalmente diferentes dos existentes no tempo da clandestinidade.

No fundamental, desde 25 de Abril, o trabalho de direcção do Partido tem correspondido às **exigências da nova situação**. O exame correcto da situação com a descoberta das suas particularidades e originalidades, a definição de uma linha política justa, a firmeza na luta pelos objectivos essenciais, a táctica maleável, a fidelidade ideológica, a atenção às experiências novas e inovadoras, a capacidade de enfrentar com êxito situações extremamente complexas e súbitas mudanças da correlação de forças, a intervenção determinante no processo revolucionário e a obtenção de grandes vitórias históricas – constituem um extraordinário êxito do Partido e da sua direcção.

Entretanto, verificaram-se e verificam-se insuficiências e debilidades. A falta de iniciativa e de vigor na batalha ideológica e a menor assistência política a importantes sectores (intelectuais, autarquias, bairros de barracas, pequenos industriais e comerciantes), contam-se entre as mais graves. A correcção dessas deficiências e o melhoramento geral do trabalho dependem do melhoramento da composição, funcionamento e estilo de trabalho de direcção, a começar pelo Comité Central.

7.1.2 O **Comité Central**, actualmente em funções é, no fundamental, o mesmo que veio da clandestinidade, alargado por algumas cooptações.

Com 22 membros efectivos e 14 suplentes, o CC apresenta, entre as suas características muito positivas, a grande experiência e dedicação dos seus componentes e a sua composição social com maioria operária; entre características negativas, o fraco número de mulheres (4), a idade elevada dos seus membros (apenas 6 com menos de 40 anos e média de 48 anos).

O Partido necessita de uma direcção central mais ampla, na qual estejam, junto com quadros mais antigos e experimentados, quadros forjados na acção de massas nos dois anos e meio da revolução.

Como orientação geral para a sua composição futura é de considerar um acentuado alargamento do CC, com funcionários do Partido e com camaradas que, não deixando as suas profissões, continuem em organizações de base e nas frentes de batalha essenciais e decisivas em que têm desempenhado destacado papel.

É de manter a regra de ouro da maioria operária.

Além do Secretariado, o CC continuará a eleger a Comissão Política, sendo necessário criar novas comissões da direcção central e levar a cabo certa reorganização interna de maneira a descentralizar organicamente diversas tarefas e assegurar maior eficiência do trabalho directivo.

7.1.3 As **Direcções de Organizações Regionais** (DORs), têm cumprido no essencial as suas difíceis tarefas. São de manter a descentralização de competência e margem de iniciativa praticamente ilimitada no âmbito do seu trabalho.

É necessário melhorar a composição social das DORs, aumentando a percentagem de operários e diminuindo em algumas a elevada percentagem de elementos de origem intelectual. É igualmente necessário aumentar o número de mulheres (16% actualmente).

A actual composição etária (75% com menos de 40 anos e 37% com menos de 30) não deve sofrer sensíveis alterações.

O aperfeiçoamento do trabalho colectivo, o reforço da estruturação, do controlo de execução e da responsabilização individual, uma mais equilibrada divisão de tarefas, constituem linhas de acção para o melhoramento das direcções regionais.

7.1.4 **As Comissões Distritais, muitas Comissões Concelhias,** algumas **Comissões de Freguesia** e outros organismos de direcção têm conduzido, com a dedicação e o esforço dos seus membros, uma actividade tenaz em defesa da democracia e das suas conquistas, em defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

É necessário, seguindo o exemplo de bom trabalho daqueles organismos, alargá-lo a muitas mais Comissões Concelhias, a muitas Comissões de Freguesia e outros organismos de direcção, de modo a que se tornem capazes de conduzirem um verdadeiro trabalho de direcção da organização que têm a seu cargo.

7.1.5 Os **secretariados de célula** são importantes organismos de direcção do Partido a quem cabe a função de orientar as organizações de base do Partido, as organizações que estabelecem o mais directo contacto com as massas.

Alguns secretariados dirigem células existentes nas grandes empresas industriais e têm tido um papel de muito relevo na unidade e acção dos trabalhadores em prol dos seus interesses e no crescimento da influência do Partido.

Há, entretanto, ainda muitos secretariados, mesmo de grandes células, que não conduzem um trabalho eficiente de direcção.

É necessário que rapidamente se vençam as deficiências existentes de modo a reforçar o papel dos secretariados de célula.

7.1.6 No **estilo de trabalho de direcção**, são de manter características altamente positivas vindas da clandestinidade: trabalho colectivo e responsabilização individual, crítica e trato fraternal, espírito de classe, métodos democráticos e disciplina, autoridade ganha pelo trabalho, dignificação das tarefas mais modestas, contacto com a base e as massas, energia, dedicação, combatividade, tenacidade e confiança.

Estas características devem inserir-se em modificações de estrutura, de organização e de métodos, que possam responder à exigência das tarefas actuais.

A criação de organismos com tarefas específicas e a especialização de quadros contam-se entre as medidas necessárias.

São de combater o estilo de trabalho absorvente e dirigista, o tipo de controlo individual (em que se repete, nas novas condições, o tipo de «controleiro» que a clandestinidade impunha), tendências para a estreiteza regional e regionalista e quaisquer manifestações de burocratismo e de conduta moral incorrecta, ajuizada com tanto maior severidade quanto maior for a responsabilidade dos camaradas do Partido.

### 7.2. Formação e promoção de quadros

7.2.1 **A rápida formação e promoção de quadros** tornou-se questão de vital importância.

Os quadros forjados na clandestinidade deram extraordinários exemplos e provas depois do 25 de Abril e continuam a desempenhar decisivo papel em toda a actividade partidária. Mas o seu número era manifestamente insuficiente. Foi justo pôr os militantes, antigos e novos, directa e audaciosamente à prova em maiores responsabilidades.

A Revolução é a melhor escola de quadros. Milhares de novos quadros se revelaram em todas as frentes de luta, designadamente aquelas onde foram levadas a cabo transformações revolucionárias.

Entretanto, na realização de novas tarefas, existem deficiências de preparação geral, política, ideológica e técnica que é urgente superar.

7.2.2. O **conhecimento dos quadros,** continua a ser insuficiente.

Daqui resulta a lentidão das promoções, o deficiente apoio e ajuda aos quadros mais valiosos e por vezes o exercício de funções de responsabilidade por camaradas que não têm as condições indispensáveis para isso.

O melhor conhecimento dos quadros, em todos os escalões, é uma condição básica para uma boa política de quadros e sua justa promoção.

7.2.3 **A preparação ideológica, técnica e cultural dos quadros** é da mais alta importância.

Para este fim são indispensáveis: a) reuniões, encontros, conferências, colóquios, grupos de trabalho, edições e imprensa do Partido; b) cursos, escolas de quadros e visitas de estudo.

São de prosseguir visitas de estudo e a frequência de cursos noutros países, assim como escolas de quadros em Portugal, que foram frequentadas no espaço de 6 meses, por quase 700 camaradas, dos quais mais de 300 operários e mais de 200 empregados, para além de diversos cursos de formação nos diversos sectores e regiões.

É necessário preparar professores e materiais, melhorar os programas e organizar cursos de maior duração.

7.2.4 Os **funcionários do Partido** desempenham um papel de grande relevo na actividade partidária.

No total dos funcionários, a composição social necessita de ser melhorada a médio prazo com o aumento da percentagem de operários.

O número de mulheres (33%), e a idade dos funcionários (82% com menos de 40 anos, 55% com menos de 30 e 30% com menos de 25) são satisfatórios.

É necessário corrigir as diferenças demasiado acentuadas actualmente existentes na distribuição regional dos funcionários e qualquer empolamento de funcionários com tarefas técnicas e administrativas.

São de manter os salários dos funcionários a um nível inferior ao salário médio dos operários industriais e a igualdade de salários de todos os funcionários independentemente da sua responsabilidade.

### 7.3. Trabalho de organização

7.3.1. **A transformação do Partido num grande Partido de massas,** num período muito curto, num Partido que atingiu, em Setembro último, 115 mil membros e mais de 7 mil organismos com trabalho regular, coloca, no que respeita à organização, uma importante tarefa a levar por diante: a sua consolidação.

7.3.2. **Um melhor trabalho dos organismos dirigentes**, a todos os níveis, uma maior preocupação e discussão dos problemas organizativos e um intenso e persistente esforço de estruturação que crie as condições para que os membros do Partido militem activa e organizadamente, são condições indispensáveis para a sua consolidação.

7.3.3. **Milhares de quadros intermédios** são necessários para a solução dos problemas de organização, entre os quais a sua estruturação. É também necessário ter muito em conta as condições concretas em que a organização actua. Uma correcta política de desenvolvimento dos quadros, o estudo do respectivo sector, as decisões tomadas a tempo são imprescindíveis para a solução dos problemas de organização.

7.3.4. **O aprofundamento do contacto com as massas** deve ser uma preocupação constante de todas as organizações. É essa ligação que lhes dá força e é ela que caracteriza uma verdadeira organização do Partido. **O combate ao sectarismo** é indispensável para se vencer neste aspecto.

7.3.5. **O alargamento da organização** resultante da ligação com as massas e da estruturação da organização deve ser incentivado, por todo o lado. Em particular, há que prestar especial atenção ao alargamento da organização junto dos pequenos e médios agricultores e nas regiões onde mais se faz sentir o peso e o domínio reaccionários.

Deve haver uma atenção primordial para o reforço das organizações do Partido **em todas as empresas industriais importantes, em todas as unidades colectivas de produção e nas grandes empresas de serviços)** em todas as concentrações importantes de massas trabalhadoras.

O fortalecimento das **organizações de base local,** que se têm de ligar estreitamente aos problemas locais que mais afectam as populações, às estruturas populares de base e à actividade das autarquias é também de grande importância.

O funcionamento regular dos **centros de trabalho** do Partido é de grande importância. A realização de actividades políticas, culturais e de convívio, uma boa apresentação e organização interna são factores que contribuem para melhorar deficiências por vezes assinaladas.

7.3.6. As organizações e militantes do Partido devem prestar séria atenção:

*a)* ao apoio e ajuda às organizações e actividade da **juventude comunista** (sem pôr em causa a autonomia da UJC e UEC) e aos movimentos e luta da **juventude em geral;**

*b)* ao trabalho nas **organizações de base,** por forma a contribuir para a sua dinamização, evitando o seu enfraquecimento e manipulação tanto pela direita como por aventureiros esquerdistas;

*c)* à organização e mobilização das **mulheres** com vista à superação de dificuldades e incompreensões ainda existentes que estão a entravar a participação das mulheres trabalhadoras, donas de casa e outras na actual fase da Revolução.

7.3.7. **A eleição dos organismos dirigentes** dos vários escalões deve ser realizada com brevidade, salvo onde não existam condições. O VIII Congresso deverá ser o ponto de partida para a realização de muitas e muitas assembleias de célula e de organizações de sector, de classe profissional, de zona, locais, de freguesia, concelhias, distritais e regionais, destinadas à prestação de contas da actividade política e à eleição dos respectivos organismos dirigentes. A preparação, a realização e os resultados dessas assembleias deverão fortalecer a unidade entre os membros do Partido e uma sua participação mais activa na vida do Partido e serão um importante factor para a consolidação da organização.

### 7.4. Trabalho de informação e propaganda

7.4.1. Depois do 25 de Abril, apesar das extraordinárias dificuldades para passar subitamente para **uma nova informação e propaganda correspondentes à nova situação**, o Partido, apoiado no espírito revolucionário dos quadros e no extraordinário dinamismo das organizações, desenvolveu neste campo um amplo e poderoso trabalho que tocou amplas massas.

O aparecimento legal da imprensa do Partido, a difusão de numerosos materiais, a realização de comícios, sessões de esclarecimento, concentrações e manifestações, os cartazes e autocolantes, as festas, os espectáculos de «Canto Livre», as caravanas, as sessões de cinema, foram poderosos instrumentos de atracção, de ligação com as massas e de orientação do movimento operário e popular.

7.4.2. **A organização do trabalho de informação e propaganda** avançou, embora irregularmente, tanto a nível central, como nas diversas organizações do Partido.

A Secção de Informação e Propaganda (SIP) central e algumas SIPs regionais e concelhias constituem já hoje fortes núcleos de trabalho que, apoiados na organização do Partido, têm uma grande capacidade de realização. Mais de 100 milhões de exemplares de folhetos, mais de 10 milhões de cartazes, muitas centenas de milhões de tarjetas, mais de mil festas e espectáculos, dezenas de paineis e pinturas murais, envio regular à imprensa de notas, textos e comunicados, ilustram a sua actividade.

As **capanhas eleitorais** sendo acções políticas de massas, são igualmente grandiosas acções de propaganda. Tal como as campanhas eleitorais para a Constituinte e para a Presidência da República, a campanha eleitoral para a Assembleia da República com 223 comícios, 1762 sessões de esclarecimento, 65 espectáculos e a edição (só pela SIP central) de mais de 30 folhetos, brochuras, folhas volantes, bandas desenhadas, comunicados e proclamações, num total de 12.000.000 de exemplares, 1.500.000 exemplares de cartazes, 10 milhões de tarjetas e 1 milhão de autocolantes é um grande exemplo da capacidade de propaganda de massas do Partido.

A **Festa do «Avante!»** constituíu também uma extraordinária e grandiosa manifestação da capacidade de propaganda do Partido.

A experiência mostra que uma propaganda de massas exige a associação do trabalho de estruturas e quadros especializados com o trabalho colectivo das organizações e militantes.

7.4.3. A **imprensa do Partido** desempenha um papel fundamental na informação e propaganda, assim como na educação política dos militantes.

Em relação ao **«Avante!»**, órgão central do Partido, com extraordinário prestígio e influência, são necessárias diversas medidas para que possa corresponder inteiramente às exigências da situação actual: a) reforçar o **corpo redactorial** a fim de assegurar um tratamento mais atento de todos os problemas; b) criar uma **rede de correspondentes** para assegurar um mais largo e rigoroso tratamento dos problemas das classes trabalhadoras e a divulgação das suas experiências e uma mais completa e equilibrada informação dos diversos sectores; c) adequar mais o conteúdo e forma do «Avante!» às exigências de uma larga difusão entre as massas populares e suscitar o seu interesse; d) **aumentar a difusão** pelo maior empenho das organizações e militantes e pelos circuitos de distribuição da imprensa.

O **«Militante»** é particularmente importante para o trabalho de organização e formação de quadros, sendo necessário aprofundar o tratamento das experiências da actividade do Partido.

A par da imprensa própria do Partido, é necessário melhorar a coordenação e direcção da actividade dos membros do Partido em todos os meios de comunicação social.

7.4.4. A **actividade editorial** do Partido (com a edição, desde o 25 de Abril, de 139 títulos num total de mais de 2 milhões de exemplares, além de 166 títulos de revistas com uma tiragem total de 2,5 milhões de exemplares), constitui um dos principais sectores de informação e propaganda e acção ideológica.

Há entretanto que alargar o leque editorial, com maior variedade de assuntos e a edição de originais de actualidade.

7.4.5. Em toda a actividade de informação e propaganda verifica-se, a par da correcção e rigor da informação e propaganda sobre os acontecimentos essenciais, uma informação atrasada e insuficiente e um tratamento pouco vivo e incisivo de factos e situações concretas da vida quotidiana. A par da informação e da propaganda, é necessário **reforçar e trabalho de agitação:** a abordagem e tratamento dos problemas que tocam profundamente as massas, de forma a esclarecê-las, uni-las e mobilizá-las para a luta pelos seus interesses.

7.4.6. **São importantes tarefas** da informação e propaganda do Partido: *a)* melhorar a organização, coordenação e unificação deste sector de actividade; *b)* reforçar também, a par do trabalho central e regional, a descentralização da informação e propaganda sobre problemas sectoriais; *c)* melhorar a informação dada ao «Avante!» e «O Militante» pelas organizações do Partido; *d)* melhorar radicalmente a distribuição e pagamento da imprensa, publicações e livros; *e)* utilizar formas novas e inovadoras; *f)* intensificar as iniciativas de animação cultural com a participação de largas massas (festas, espectáculos, convívios, colóquios, etc); *g)* combater o sectarismo nas iniciativas de massas; *h)* adoptar métodos e formas de informação e propaganda adaptadas às condições existentes nas regiões dominadas pela reacção.

### 7.5. A frente ideológica

7.5.1. **A luta na frente ideológica** tem sido conduzida firmemente pelo Partido nos primeiros dois anos e meio de Revolução. Entretanto, tem havido deficiências no combate às ideologias adversas, que quando ganham as massas causam danos profundos ao progresso revolucionário.

7.5.2. Seis **direcções principais** se apresentam na actualidade à ofensiva do Partido na batalha ideológica.

**Primeira: A divulgação da linha política,** dos seus objectivos, das tarefas e métodos de trabalho do Partido, da abertura da perspectiva socialista à revolução portuguesa e o firme combate aos inimigos ou detractores da orientação do Partido.

**Segunda: A divulgação dos princípios do marxismo-leninismo** e o seu desenvolvimento em correspondência com problemas cruciais da Revolução portuguesa, designadamente o papel da classe operária, a natureza e função do Estado, os sistemas de aliança, o conteúdo político, económico e social da democracia.

**Terceira: A luta contra a ideologia fascista,** que continua a ser activamente propagandeada através da Imprensa, da Rádio, da Televisão, pelos reaccionários, por caciques locais, por certos sectores do clero e que exerce ainda influência real não só na média burguesia, mas também em sectpres da pequena burguesia. Interessa particularmente combater as teorias e campanhas de «dignificação» e exaltação do capitalismo, os apelos à reinstauração duma ditadura, o ódio aos trabalhadores, a propagação da violência e da intolerância reaccionária.

**Quarta: A luta contra o reformismo social-democrata,** defendido por dirigentes do PS e alguns do PPD, e com ampla influência não só em sectores da média e pequena burguesia, mas também em sectores das classes trabalhadoras, designadamente nos serviços e categorias melhor remuneradas. Interessa particularmente combater a concepção dum regime democrático com o poder económico dos monopólios, a defesa do capitalismo e da exploração a coberto do «socialismo em liberdade», as concepções de conciliação de classes e submissão ao imperialismo internacional.

**Quinta: A luta contra o esquerdismo** cujas concepções nas suas diversas formas tem larga influência na pequena burguesia urbana, entre os intelectuais e estudantes e em certos sectores da classe operária. Interessa particularmente combater as concepções maoístas, a efectiva pretensão hegemónica da pequena burguesia, o verbalismo pseudo-revolucionário, a errada definição do inimigo principal, e da direcção do ataque principal, os objectivos irrealistas, o aventureirismo e os métodos provocatórios, a real aliança (objectiva ou subjectivamente considerada) do esquerdismo com a direita reaccionária.

**Sexta: A luta contra o anticomunismo e o anti-sovietismo,** propagados tanto pelos fascistas como por socialistas, social-democratas e esquerdistas e que têm forte influência em largas camadas sociais. Interessa particularmente divulgar a realidade nos países socialistas e a política do Partido e demonstrar como o anticomunismo e o anti-sovietismo servem o imperialismo e a reacção.

7.5.3. **Na batalha ideológica,** o Partido deve aproveitar o mais ampla e intensamente possível todos os meios de acção: imprensa, edições, conferências, cursos e todas as formas de comunicação com as massas.

### 7.6. Finanças do Partido

7.6.1. **A política financeira do Partido** parte da ideia basilar de que o PCP é o Partido dos trabalhadores, pelo que as receitas necessárias para acorrer às grandes despesas exigidas pela actividade actual, têm de provir de um elevado espírito partidário e do espírito de iniciativa das organizações e militantes.

7.6.2. **As receitas** (total de 75 000 contos em 1975) têm de ser aumentadas para que se possa realizar as tarefas estabelecidas. Urge desenvolver um grande trabalho para que nenhum militante tenha as quotas em atraso, para que todos compreendam a necessidade de ajudar financeiramente o Partido e para empreender, com espírito prático e ainda mais eficiente, as mais variadas iniciativas (grandes e pequenas) para angariação de fundos.

7.6.3. No que respeita às **despesas,** embora tendo em conta que como grande Partido que é, o PCP precisa de instalações condignas, transportes, funcionários, propaganda, é necessário manter bem viva a consciência de que o dinheiro do Partido, dinheiro dos trabalhadores, é dinheiro sagrado, lutar contra ideias de grandezas e gastos inúteis e garantir (em todos os escalões) uma caixa e uma contabilidade rigorosas, correctas e controladas.

### 7.7. Relações internacionais

7.7.1. **O PCP mantem estreitas relações fraternais** com numerosos partidos comunistas irmãos dos países socialistas e dos países capitalistas, com a FRELIMO, MPLA e PAIGC e com outros partidos nacionais revolucionários de países que se libertaram ou estão em luta contra o imperialismo.

Estas relações, caracterizadas por mútua solidariedade, testemunham os elevados princípios do internacionalismo proletário por que se regem o movimento operário e os partidos comunistas.

7.7.2. Depois do 25 de Abril como já antes no tempo do fascismo, o PCP recebeu **um activo apoio dos partidos irmãos** ao longo do complexo processo da Revolução portuguesa.

Numerosos partidos comunistas irmãos e movimentos revolucionários têm-se distinguido pela constância nas suas posições solidárias para com a Revolução portuguesa e pela ajuda concreta prestada aos comunistas e ao povo de Portugal.

Essa atitude mais reforçou ainda os laços já existentes.

7.7.3. Alguns, embora raros partidos, manifestaram sérias **incompreensões acerca da Revolução Portuguesa.** Imbuídos de concepções reformistas e oportunistas, alguns foram ao ponto de fazer críticas públicas à actividade do nosso Partido precisamente nas realizações revolucionárias fundamentais, manifestando ao mesmo tempo solidariedade e apreço para com forças que em Portugal desenvolveram uma intensa campanha anticomunista.

Embora não tenha entrado em polémica pública o PCP condenou severamente tais posições.

7.7.4. O PCP luta consequentemente em defesa da **unidade do movimento comunista** na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. O PCP combate tanto as tendências esquerdistas como as tendências oportunistas de direita no movimento comunista internacional.

Combate firmemente o maoismo que se converteu no alimento ideológico de grupos aventureiristas e provocadores divisionistas ao serviço da reacção e do imperialismo.

Combate firmemente o anti-sovietismo não cedendo à chantagem da reacção internacional e da social-democracia. O PCP tem uma política assente em posições de classe e de princípio.

7.7.5. **A política do PCP é, ao mesmo tempo, nacional e internacionalista.** Defendendo dedicada e patrioticamente os interesses de Portugal e do Povo Português, o PCP é activamente solidário para com os Países socialistas, para com as classes operárias dos países capitalistas, para com os povos em luta contra o imperialismo.

Com esta política, o PCP é, ao mesmo tempo, um grande Partido nacional e um combativo destacamento do grande movimento comunista e operário internacional.

---

**Realizando o seu VIII Congresso, o PCP procura dar novos passos para melhorar, alargar e intensificar a sua actividade ao serviço dos trabalhadores e do Povo português, para as novas tarefas que se colocam ao Portugal democrático a caminho do socialismo, saído da Revolução iniciada com o 25 de Abril.**

**Na luta contra o fascismo como na luta pela instauração dum regime democrático; à frente dos trabalhadores em defesa das suas reivindicações ou nas tarefas do desenvolvimento económico e progresso social; submetidos à mais brutal repressão ou exercendo responsabilidades na direcção do Estado — os comunistas portugueses, em todas as circunstâncias, têm demonstrado a sua capacidade de contribuir de forma decisiva para a solução dos problemas do Povo português.**

**Hoje, como sempre, o PCP coloca essa capacidade ao serviço do nosso Povo e do nosso País.**

***O PCP lutará e trabalhará com todas as suas energias para assegurar a consolidação do regime democrático e das conquistas revolucionárias consagradas na Constituição.***

***O PCP desenvolverá os seus melhores esforços para reforçar o movimento popular em todas as suas frentes e para consolidar a aliança e cooperação do movimento popular com as Forças Armadas, inspiradas pelo ideal libertador do 25 de Abril e empenhadas na defesa e aplicação da Constituição.***

**O PCP tudo fará para contribuir para que as dificuldades e perigos actuais sejam vencidos.**

**Os comunistas, porque têm uma política de unidade e apoiam a sua acção na força das massas, olham o futuro com confiança.**

**As características do PCP, a sua capacidade de acção, a sua influência na classe operária e nas massas trabalhadoras, fazem dele uma força indispensável para as grandes transformações em que o nosso Povo está empenhado, na sua luta por um futuro melhor.**

**Também nesta nova fase da vida do nosso Povo a contribuição dos comunistas poderá ser decisiva, em todos os níveis, incluindo no Governo, para a solução dos grandes problemas nacionais e para a construção do novo Portugal democrático.**

***O PCP confia inteiramente em que as forças democráticas, o Povo e as Forças Armadas defenderão as liberdades e as grandes conquistas da Revolução, assegurando um futuro de paz e progresso para os portugueses.***

***O PCP confia inteiramente em que o novo Portugal democrático, pela luta e trabalho dos portugueses, caminhará rumo ao socialismo.***

# Medidas de emergência para defesa e consolidação da democracia e da independência nacional

**O novo regime democrático atravessa uma fase de difícil consolidação.**

**Continua a não existir uma situação democrática em todo o território. As liberdades sofrem limitações e atropelos. A reacção impede em vastas regiões o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.**

**A situação económica e financeira deteriora-se ante a incapacidade do Governo de dar resposta aos graves problemas que o país defronta.**

**É possível salvaguardar e salvar a democracia. É possível evitar o descalabro económico e o colapso financeiro. Mas para isso é essencial que sejam tomadas medidas urgentes.**

**Não é com uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que se poderá reanimar a economia, restabelecer o equilíbrio financeiro e caminhar para uma nova época de desenvolvimento.**

**As liberdades defendem-se, defendendo as outras grandes conquistas da Revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário.**

**A reanimação económica e o reequilíbrio financeiro podem alcançar-se, não no caminho da recuperação capitalista, agrária e imperialista, mas no caminho do socialismo consagrado na Constituição.**

# I — Para defesa das liberdades e da ordem democrática

**A primeira grande tarefa que se coloca às forças democráticas e ao Povo português é a defesa das liberdades contra aqueles que querem liquidá-las ou limitá-las.**

**As liberdades estão ameaçadas pela reacção que conspira, procura tomar posições no aparelho de Estado e prepara o assalto ao poder.**

**Estão também ameaçadas por uma política de «regulamentação» que o Governo anuncia.**

**A defesa das liberdades e da ordem democrática exige medidas decididas e urgentes.**

## 1. Problemas do Estado

### A. Ordem democrática

1. **Garantia efectiva do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos** em todo o território nacional sem qualquer excepção. Procedimento contra todos aqueles que impeçam tal exercício.
2. **Proibição de actividades fascistas e da propaganda da ideologia fascista,** nos termos da Constituição.
3. **Medidas contra a droga e o banditismo.**

### B. Estado democrático

1. **Reorganização do aparelho do Estado** de forma a poder servir com eficácia a democracia. Simplificação de serviços. Combate ao burocratismo, à corrupção, ao obscurantismo nas repartições, ao nepotismo e outros vícios do aparelho do Estado herdados do fascismo.
2. **Afastamento de fascistas e reaccionários de postos chave.** Termo imediato da monopolização dos cargos do Estado pelo partido no poder. Termo dos saneamentos à esquerda e de discriminações profissionais por motivos políticos.

### C. Justiça democrática

1. **Reorganização dos serviços judiciais,** de forma a garantir a independência dos tribunais ao serviço do regime democrático.
2. **Processos disciplinares e afastamento das suas funções dos magistrados** que, com manifesta parcialidade ao serviço da reacção, usam do seu poder para absolver e libertar assassinos e terroristas confessos.
3. **Investigação das actividades terroristas** e desmascaramento das organizações respectivas.
4. **Julgamento e castigo** dos responsáveis por actos de terrorismo, violências e assassinatos. Julgamento dos PIDES e dos membros das redes bombistas.

## 2. Consolidação das liberdades

### A. Liberdade de expressão de pensamento

1. **Garantia da liberdade de imprensa sem censura prévia.** Responsabilização por crimes de injúrias e calúnias praticados através dos órgãos de comunicação social.
2. **Legislação para impedir a monopolização dos órgãos de comunicação social,** designadamente os jornais estatizados. Independência dos órgãos estatizados em relação ao poder político. Cessação das perseguições e saneamentos políticos à esquerda. Acesso a esses órgãos de todas as correntes verdadeiramente democráticas. Participação dos trabalhadores da informação, designadamente nos jornais, na direcção dos órgãos respectivos.
3. **Reconhecimento efectivo do direito dos jornalistas informarem e do povo ser informado.**

### B. Liberdade sindical

1. **Garantia da independência e liberdades dos sindicatos e do movimento sindical** sem ingerência do Governo e das autoridades. Cessação do uso do poder do Estado para conduzir manobras divisionistas e desagregadoras do movimento sindical.
2. **Unidade sindical na Central Sindical Única, a Intersindical, pela confirmação democraticamente expressa** no Congresso dos Sindicatos, de acordo com os termos da Constituição.

### C. «Regulamentação»

1. **Declaração da inconstitucionalidade das «regulamentações»** das liberdades e direitos que os ponham efectivamente em causa (direito à greve, liberdade sindical, controlo operário, comissões de trabalhadores, etc.)

# II — Para o reequilíbrio económico e financeiro

**A crise económica e financeira, a agravar-se, pode conduzir a uma situação catastrófica e constitui um perigo real e iminente para o regime democrático.**

**Não é a política de recuperação capitalista e de conciliação de classes que pode dar solução aos problemas existentes.**

**A situação exige medidas urgentes que, para serem eficazes e corresponderem aos interesses do Povo português e do regime democrático, terão de ser tomadas na perspectiva progressista aberta pelas transformações revolucionárias já realizadas.**

## 1. Política financeira

### A. Orçamento

1. **Redução de despesas** não essenciais ou que influam na balança de pagamentos.
2. **Reforço da disciplina orçamental e da fiscalização financeira** designadamente dos serviços públicos. Punição das fraudes fiscais.
3. **Acentuação do carácter progressivo dos impostos** sobre sucessões, doações e rendimento de prédios urbanos, com isenções e reduções para transmissões de pequenos patrimónios e para baixos rendimentos.
4. **Prioridade de compras** de bens e serviços às empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, às cooperativas e às pequenas e médias empresas.
5. **Política de subsídios** a empresas deficitárias com vista à sua recuperação e reestruturação.

### B. Balança de pagamentos

1. Elaboração de um **orçamento cambial** para as operações com o exterior.
2. **Controlo efectivo dos movimentos de capitais** e de outras operações com o estrangeiro. Combate ao mercado negro de divisas.
3. Reestruturação da rede bancária externa de **captação de poupança de emigrantes.** Emissão para o mesmo fim de títulos garantidos pelo Estado, por autarquias e empresas com actividade regional.
4. **Promoção turística.** Criação de um câmbio turístico especial.
5. Obtenção da dilatação de **prazos de pagamento** aos fornecedores estrangeiros.

### C. Bancos, moeda e crédito

1. Desenvolvimento da **acção fiscalizadora do Banco de Portugal.**
2. **Reestruturação e coordenação de Banca nacionalizada** de forma a satisfazer as exigências da economia nacional, criando bancos especializados e terminando com desnecessárias duplicações de serviços.
3. **Controlo dos níveis de reservas** das instituições bancárias. Revisão da prática de contas de depósitos entre bancos comerciais. Reformulação das normas de concessões de crédito pelo Banco central.
4. Regulamentação da **abertura das contas das empresas**, de forma a que só as possam possuir num único banco.
5. Adequação da **circulação monetária** ao crescimento da produção e à velocidade de circulação dos meios de pagamento. Contenção do ritmo da inflação.
6. Fixação de **taxas de juro** tendo em conta a captação de poupanças e de remessas de emigrantes.
7. **Crédito selectivo,** com prioridade para o sector nacionalizado, a reforma agrária, as empresas com intervenção do Estado, as cooperativas e as pequenas e médias empresas. Estabelecimento de coeficiente de utilização. Concessão de créditos por critérios de rentabilidade económica e social dos empreendimentos. Taxas preferenciais.

## 2. Política industrial

### A. Medidas gerais

1. Inserção da política industrial numa economia nacional planificada.
2. No **sector nacionalizado:** reestruturação, reorganização, fusão ou cisão das empresas, com efectiva participação dos trabalhadores, tendo em vista maior eficiência, produtividade e economia de gastos. Inamovibilidade das participações directas do Estado ou das empresas nacionalizadas no capital das sociedades anónimas.
3. Nos **sectores sujeitos à intervenção estatal:** inventariação das situações e adopção, com efectiva participação dos trabalhadores, da solução definitiva apropriada — prolongamento da intervenção, nacionalização ou transformação em cooperativa.
4. No **sector privado:** Definição dos sectores de actividade disponíveis para a iniciativa privada e para os capitais estrangeiros. Elaboração do «código do investidor privado», definindo direitos, incentivos, garantias e obrigações. Crédito preferencial às empresas que se proponham aumentar a produção e melhorar a tecnologia. Apoio às pequenas e médias empresas para a simplificação dos circuitos comerciais, a especialização, a racionalização e normalização de fábricas e eventual integração. Criação de uma organização nacional dos Pequenos e Médios Empresários, com personalidade jurídica e apoios técnicos.
5. **Reforço do controlo operário.** Atribuições de controlo efectivo da vida da empresa, incluindo, contabilidade, carteira de encomendas, mercadorias em armazém e mercados. Intervenção activa dos trabalhadores na planificação e orientação do processo produtivo, projectos de desenvolvimento, reorganização e reconversão.

### B. Política de desenvolvimento

1. **Estabelecimento de prioridades** dos investimentos e do apoio à indústria pela importância dos sectores (energia, minas, indústria alimentar), por produzir artigos que se importam, pelo grau de satisfação de necessidades de compra, pela importância regional, etc.
2. **Apoio a empresas e a projectos** feitos por empresas que ocupem muita mão-de-obra, embora com baixo grau de mecanização desde que possam pagar os salários ao nível estabelecido nos CCT e não prejudiquem futuras mudanças da estrutura e satisfaçam as reais necessidades do país.
3. **Estudo urgente,** com activa participação dos trabalhadores, de planos de **reorganização, reconversão** (particularmente em empresas em crise), aumento da produtividade, diminuição dos preços de custo.
4. **Preparação de especialistas** e equipas técnicas. Centros técnico-científicos de pesquisa e investigação industrial.
5. **Revisão de grandes projectos** em curso tendo em vista assegurar a sua rentabilidade económica e social.

### C. Desenvolvimentos sectoriais

1. **Definição urgente e linhas de orientação** de desenvolvimento sectorial.
2. **Planificação, integração vertical e desenvolvimento acelerado das indústrias básicas e estratégicas** (extractivas, electricidade, siderurgia, metalurgia não ferrosa, petróleo e petroquímica, química pesada, cimentos). Novas unidades com alta produtividade e tecnologia avançada. Máximo aproveitamento dos recursos nacionais e máxima participação nacional em projectos e equipamentos. Eventual crédito externo e cooperação tecnológica.
3. **Fabricação programada de bens de equipamento** (máquinas, aparelhos, instrumentos) para substituir importações, com prioridade para os que mais oneram a balança comercial.
4. **Fabricação de bens de consumo** com maior utilização de capacidade do equipamento existente em coordenação com a política de salários e rendimentos.
5. **Processo vertical no sector agro-industrial** (fabrico de máquinas, alfaias, equipamentos, adubos, insecticidas, infra-estruturas, indústrias alimentares e de bebidas) **e nas pescas** (frota, rede do frio, conservas).
6. **Construção civil:** Simplificação dos processos de expropriação de terrenos e dos processos de concurso e adjudicação. Apoio aos serviços públicos e às autarquias para lançamento de programas habitacionais, categorias habitacionais e projectos-tipo. Adequação de empreitadas públicas à capacidade das pequenas e médias empresas. Apoio financeiro à construção por cooperativas. Execução de grandes empreendimentos de infra-estruturas para satisfação das necessidades das populações.

## 3. Política agrária

### A. Reforma agrária

1. **Consolidação das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas** através do aumento de produção e da produtividade, de boa direcção e correcta gestão, do reforço da democracia interna e organização, e da defesa intransigente da sua autonomia.
2. **Cumprimento integral da Lei da Reforma Agrária,** entregando todas as terras que estejam nas condições legais, assim como os bens a elas ligados, livres de renda, aos assalariados e pequenos agricultores.
3. **Condicionamento do exercício do direito de reserva** à unidade e viabilidade das UCP e cooperativas. Arrendamento às cooperativas das terras respectivas. Exercício do direito noutras terras expropriadas ou expropriáveis.
4. **Obrigatoriedade do cultivo de terras** e entrega das terras abandonadas e incultas aos assalariados rurais e pequenos agricultores.
5. **Crédito e assistência técnica** em condições favoráveis às cooperativas e unidades colectivas. Mecanização. Fornecimento de sementes seleccionadas. Fomento da agro-pecuária.
6. **Respeito pela vontade dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores** em todas as questões referentes à Reforma Agrária.
7. Formação de técnicos e especialistas agrícolas.

### B. Reforma agrária noutras regiões

1. **Alargamento progressivo a todo o território nacional do limite máximo das explorações agrícolas privadas.** Expropriação das áreas excedentes e sua entrega para exploração a pequenos agricultores e outros trabalhadores agrícolas. Em todos os outros casos respeito rigoroso da propriedade privada da terra.
2. **Arrendamento compulsivo de terras incultas ou subaproveitadas** acima duma área a fixar.
3. **Alicação das Leis do Arrendamento Rural,** e da **extinção de foros** e restituição dos **baldios** às populações. **Abolição do regime de colónia** na Madeira. Respeito pelos interesses dos pequenos proprietários.
4. **Apoio do Estado** para a formação e desenvolvimento de **cooperativas de pequenos e médios agricultores** para compra colectiva de máquinas, para comercialização, para exploração colectiva de terras e florestas sem prejuízo da sua pequena exploração individual. Absoluto respeito pela propriedade privada da terra dos pequenos e médios proprietários.
5. **Assistência técnica.** Criação de parques de máquinas para utilização pelas cooperativas e pelos agricultores individuais. Obras de rega e enxugo. Criação de serviços do Estado para reprodução e selecção de animais e sementes.

### C. Pequenos e médios agricultores

1. **Concessões de crédito** a baixos juros. Novas modalidades de seguro agrícola.
2. **Alargamento das isenções da contribuição predial** aos pequenos agricultores. Imposto fortemente progressivo.
3. **Fixação de preços** antes das sementeiras e culturas. Beneficiações para as regiões mais pobres e os produtores mais pequenos. Preços diferenciais de exportação para o vinho. Subsídios ou prémios de exportação.
4. **Combate à especulação** e ao parasitismo comerciais na compra e venda de produtos agrícolas e produtos necessários à agricultura. Criação de empresas públicas de comercialização.
5. **Liquidação rápida e completa dos Grémios da Lavoura** e suas Federações e transferência do património para as cooperativas.
6. Integração dos pequenos e médios agricultores no regime geral da **Previdência.** Bolsas de estudo para os seus filhos.
7. **Conclusão do processo de transformação das Casas do Povo** em centros culturais e de convívio. Sua entrega às populações respectivas.

## 4. Política Comercial

### A. Comércio interno

1. **Anulação de situações monopolistas de empresas privadas** no comércio por grosso e de retalho. Estreito controlo do comércio por grosso. Combate à especulação mercantil. **Encurtamento dos circuitos comerciais,** reduzindo a intervenção de intermediários dispensáveis.
2. **Apoio aos pequenos e médios comerciantes** para modernização e eficiência das actividades e para iniciativas de associativismo.
3. **Racionalização e normalização** de produtos.
4. **Isenções fiscais** e dispensa de escrita para efeitos de imposto complementar dos pequenos comerciantes.

### B. Comércio externo

1. **Diversificação acelerada** do comércio externo português, por países e produtos, de forma a diminuir a dependência económica.
2. **Redução imediata de importações não essenciais. Expansão das exportações** aproveitando as potencialidades dos novos mercados abertos pelo 25 de Abril. Prioridade de exportação de sectores em crise. **Facilidades e subsídios de exportação,** aos sectores que não têm preço competitivo nos mercados internacionais. Renegociação de acordos internacionais tendo em conta as dificuldades actuais da economia portuguesa.
3. **Acordos com o Mercado Comum,** tendo em conta o nível de desenvolvimento da economia portuguesa. Desenvolvimento das trocas com os países socialistas, com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e com países do chamado Terceiro Mundo.

# Medidas de emergência para defesa e consolidação da democracia e da independência nacional

## III – Para a melhoria das condições de vida do povo

**Garantindo as liberdades dos cidadãos, o regime democrático tem também de garantir o melhoramento das condições de vida materiais e culturais do Povo português.**

**A reanimação e o reequilíbrio económico e financeiro, na dinâmica económica dum Portugal libertado do domínio dos monopólios e dos agrários, não podem ser alcançados contra os trabalhadores e a população em geral, mas com os trabalhadores, dando resposta às suas necessidades, interesses, aspirações e objectivos.**

**Uma política de reanimação económica na perspectiva do socialismo não exclui, antes implica, o melhoramento das condições de vida material das classes laboriosas do país, a luta bem sucedida contra a miséria, o obscurantismo e a doença, o desenvolvimento da cultura e da ciência ao serviço do povo.**

### 1. Situação dos trabalhadores

#### A. Salários e benefícios sociais

1. **Aumentos de salários** acompanhando a subida do custo de vida. Prosseguimento da contratação colectiva. Actualização dos CCT e dos Acordos Colectivos. Actualização do salário mínimo nacional. Aumentos de salários prioritários para os trabalhadores mais mal pagos. Oposição a medidas de congelamento salarial. Redução das escalas de categorias sem prejuízo da especialização e da preparação profissional.
2. **Actualização de subsídios** de acordo com a subida do custo de vida. Pagamento obrigatório dos subsídios em dinheiro e não em papéis de crédito. Aumento dos abonos de família.
3. **Garantia do direito ao trabalho.** Proibição de despedimentos colectivos ou sem justa causa. Revogação dos Decretos-Leis 530/76 e 471/76. Investimentos em sectores da economia que absorvem elevada mão-de-obra (construção, pesca, agricultura). Reconversão urgente de sectores em crise ou economicamente inviáveis.
4. **Aumento das pensões de reforma** por velhice ou invalidez.
5. **Gestão democrática da Previdência,** controlada pelos trabalhadores. Pagamento de subsídios no tempo devido. Melhoria dos serviços de assistência médica ao nível das empresas. Pagamento das dívidas do patronato à Previdência.
6. **Contenção dos preços de géneros de primeira necessidade e das rendas de casa.**

#### B. Direitos das mulheres e da juventude

1. **Aplicação do princípio** «a trabalho igual, salário igual», consagrado na Constituição. Fim das discriminações profissionais e salariais em relação às mulheres e à juventude.
2. **Protecção dos direitos da mulher.** Generalização efectiva das férias de parto. Assistência materno-infantil. Criação de creches e infantários para filhos das mulheres trabalhadoras. Criação de equipamentos colectivos de apoio ao trabalho doméstico (cantinas, lavandarias, etc.).
3. **Protecção dos direitos da juventude.** Proibição do trabalho aos jovens de menos de 14 anos. Formação profissional e promoções. Cursos de especialização nas grandes e médias empresas. Redução das horas de trabalho para os trabalhadores-estudantes. Punição das infâmias morais de patrões e seus lacaios às jovens trabalhadoras. Criação de novas instalações desportivas. Fomento do desporto de massas.

#### C. Função pública, quadros técnicos, retornados

1. **Uniformização das regalias dos trabalhadores da função pública.** Uniformização do vínculo ao Estado. Equiparação progressiva dos salários com o sector nacionalizado, empresas públicas e privadas. Abolição imediata do estatuto disciplinar fascista. Revogação da legislação antigreve e igualdade de direitos sindicais (Decreto-Lei 294/76).
2. **Descongelamento dos salários dos quadros técnicos** com fixação de **aumentos máximos.** Definição de carreiras profissionais. Liquidação do desemprego e subemprego.
3. **Melhoria das condições de vida dos trabalhadores «retornados».** Colocação de desempregados. Resolução do problema da habitação aos desalojados. Reestruturação do IARN, para evitar fraudes e abusos. Ajuda para regresso a África ou emigração.

#### D. Política de habitação e interesses das populações

1. **Política de habitação.** Fixação de rendas de casa em função dos rendimentos familiares. Construção para alojamento dos habitantes dos bairros de barracas. Municipalização dos solos urbanos e sua colocação ao acesso de cooperativas. Créditos para construção de habitação própria.
2. **Electrificação rural** construção e melhoramento das escolas, estradas, caminhos, redes de esgotos, abastecimento de água, instalação de postos médicos e centros culturais.

### 2. Saúde Pública

#### A. Acção médico-sanitária

1. **Plano de acção médico-sanitária.** Melhoramento dos serviços hospitalares, pela melhor organização interna, melhor aproveitamento de recursos, dignificação de funções e descentralização. Reorganização dos serviços de urgência (bancos), com meios técnicos adequados.
2. Desenvolvimento preponderante e imediato de actividades que concorram para a **promoção da saúde**: higiene de meio, saneamento básico, higiene alimentar e combate às doenças carenciais, luta contra doenças transmissíveis, promoção da saúde materno-infantil, educação sanitária das populações.
3. **Plano de cobertura médico-sanitária.** Redistribuição descentralizante e formação dos técnicos. Reconversão e aproveitamento das instalções existentes. Criação escalonada dos serviços necessários.
4. **Regulamentação, controlo e fiscalização da actividade privada** (casas de saúde, laboratórios, serviços complementares de diagnóstico), como complementares do Serviço Nacional de Saúde.
5. Publicação de um **Estatuto dos Trabalhadores da Saúde,** normalizando as respectivas carreiras.
6. Criação do **Serviço Nacional de Sangue** integrado no Serviço Nacional de Saúde.
7. Criação do **Ministério da Saúde**, integrando progressivamente todas as instituições e estruturas prestadoras de cuidados de saúde, começando pela Acção Médico-Social.

#### B. Produtos farmacêuticos

– Racionalização e controlo da produção e comercialização dos produtos farmacêuticos. Elaboração do Formulário Nacional de Medicamentos (restrição do número de especialidades). Desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional (Laboratório Militar e outros laboratórios sob intervenção do Estado).

### 3. Ensino, Cultura e Ciência

#### A. Ensino

1. **Erradicação do analfabetismo** e combate ao obscurantismo. Programa de ensino a adultos e sistema público de educação pré-escolar com empenhamento de escolas, organizações profissionais, associações culturais e recreativas e organizações populares de base.
2. **Reforma geral do sistema escolar,** em condições de dar uma formação geral e politécnica de qualidade.
3. **Elevação para 8 anos do ensino básico**, universal, obrigatório e gratuito.
4. **Reestruturação do ensino secundário** de forma a assegurar uma formação profissional a todos os jovens e a preparar para o ensino superior.
5. **Reforma dos cursos e programas universitários.** Acesso segundo as suas capacidades, aos graus mais elevados do ensino.
6. **Plano de formação, actualização e reciclagem de professores.** Reforma das Escolas do Magistério Primário, consolidando os progressos alcançados depois do 25 de Abril. Formação de professores articulando a formação científica e a pedagogia, a teoria e a prática. Direito à actualização periódica. Estatuto do Professor. Desaparecimento gradual do serviço eventual ou provisório.
7. **Participação obrigatória de professores** e estudantes na definição política educativa. Gestão democrática.
8. **Alargamento das bolsas de estudo.** Construção de cantinas, habitações e outros serviços.

#### B. Cultura

1. **Defesa, conservação e divulgação do património artístico, histórico e cultural nacional.** Prospecção, estudo e divulgação da literatura oral, música e teatro populares. Valorização do artesanato, tapeçaria, barro e outros ofícios e artes.
2. **Alargamento a largas massas populares** do conhecimento das obras literárias e artísticas. Apoio a iniciativas de divulgação e à criação de estruturas (bibliotecas, cinema, teatro, etc.).
3. **Apoio à capacidade de criação do Povo português** e às suas organizações (sociedades recreativas, grupos corais, folclóricos e de amadores de teatro, música e cinema, cine-clubes).
4. **Apoio do Estado** aos escritores, artistas plásticos, músicos e trabalhadores de teatro e do cinema, às suas organizações e à defesa dos seus direitos profissionais. Criação de infra-estruturas necessárias a certos sectores da produção artística (cinema, teatro), Garantia do direito à liberdade de criação e expressão artística.
5. Participação das associações dos escritores e artistas na elaboração da política cultural do Governo.

#### C. Investigação científica e tecnológica

1. **Dotação com meios convenientes das unidades de investigação existentes e criação de novas unidades,** tendo em conta a relevância de cada sector no conjunto da economia nacional e a importância que podem ter na solução dos problemas cruciais da economia portuguesa. Equilíbrio e ligação entre a investigação fundamental, aplicada e de aperfeiçoamento tecnológico. Desburocratização das direcções das unidades de investigação. Estruturas de planeamento e coordenação.
2. **Ligação da actividade científica à produção.** Canais de comunicação dos recursos científicos e técnicos. Contratos de investigação com as empresas, com prioridade para a resolução dos problemas tecnológicos mais agudos.
3. **formação de quadros científicos e técnicos.** Programa intensivo de pós-graduação. Estímulo das iniciativas dos trabalhadores científicos. Instituição da carreira científica.
4. Desenvolvimento da cooperação internacional. Assimilação e adaptação da tecnologia importada.

## IV – Para a consolidação da independência nacional

**A defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução é inseparável de uma política nacional independente.**

**A política de recuperação capitalista, e agrária, caminha a par da entrega e submissão ao imperialismo estrangeiro.**

**Na realidade portuguesa, democracia, socialismo e independência nacional são inseparáveis.**

### 1. Linhas orientadoras

#### Princípios gerais

1. **Observância rigorosa, nas relações com os outros Estados dos princípios** de igualdade, respeito pela soberania e pela independência nacional, respeito pelos interesses mútuos e não ingerência nas questões internas. Exigência de reciprocidade.
2. **Defesa firme e intransigente da independência nacional,** tanto no plano político e dipiomático, como no plano económico e militar. Repúdio de qualquer submissão a pressões, chantagens ou ingerências estrangeiras na vida interna portuguesa. Diversificação das relações internacionais.
3. **Prosseguimento de uma política de paz** contra a reactivação da guerra fria e contra qualquer política ou iniciativa de agressão ou lesiva da liberdade e independência dos povos. Firme posição a favor do desarmamento geral, simultâneo e controlado, da dissolução dos blocos político-militares, do estabelecimento de um sistema de segurança colectiva e da solução pacífica dos conflitos.

### 2. Relações externas

#### A. Países capitalistas

1. **Desenvolvimento das relações de amizade e de cooperação** em todos os domínios. Manutenção de alto nível de trocas comerciais, procurando saldos mais favoráveis. Cooperação tecnológica e científica. Intercâmbio cultural, turístico e desportivo.
2. **Acordos com o Mercado Comum (sem adesão ou integração económica ou política)** tendo em conta o nível de desenvolvimento da economia nacional e a defesa contra o domínio dos monopólios internacionais.
3. **Conservação na NATO** mas sem qualquer reforço da participação militar e de bases estrangeiras no território nacional.
4. **Relações de boa vizinhança com a Espanha.**

#### B. Países socialistas

1. **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação** em todos os domínios aproveitando as potencialidades abertas com o 25 de Abril e tendo em conta o apoio dado à Revolução portuguesa. Aumento acelerado de trocas comerciais, com relevo para as exportações. Intercâmbio cultural, turístico e desportivo.
2. **Promoção de contactos e estudo de experiências** por via estadual e não-estadual.

#### C. Países libertados

1. **Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação em todos os domínios com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe,** privilegiando estas relações na política externa portuguesa. Acordos de cooperação técnica e tecnológica. Retomada das trocas comerciais. Intercâmbio cultural e desportivo.
2. **Eliminação definitiva e radical na política portuguesa em relação a estes Estados** de quaisquer propósitos ou tendências neocolonialistas ou de ingerência na política adoptada pelos governos respectivos.
3. **Desenvolvimento das relações em todos os domínios com os países do chamado Terceiro Mundo.**

# O PCP NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## A política direitista no MEIC e a pretensa inconstitucionalidade da lei que permite a incriminação e julgamento dos criminosos da PIDE-DGS criticada pelos deputados do PCP

Desde o reinício das reuniões plenárias da Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, para além do seu trabalho nas Comissões e da apresentação de três projectos de lei e de um requerimento sobre questões que muito interessam aos trabalhadores e ao futuro da democracia, manifestou já no período de antes da ordem do dia a sua disposição combativa sobre importantes questões do actual momento político.

### PREOCUPAÇÕES QUE SE JUSTIFICARAM

No primeiro dia, o camarada Vital Moreira referiu-se em geral à política do actual ministro Cardia e em particular ao "exemplar" gesto de arbitrariedade direitista que foi o da demissão do professor Teixeira Ribeiro, reitor da Universidade de Coimbra. Disse o nosso camarada: *"Para quem tivesse dúvidas acerca da nossa advertência de que a política do MEIC se viria a traduzir numa política de direita, a acção do ministro da Educação Sottomayor Cardia tem-se encarregado de as desiludir completamente. (...)*

*"O aplauso espontâneo e irrestrito e até a invocação de paternidade que o CDS e o PPD lhe tributaram não eram imerecidos. (...) Mas também é justo pôr em relevo que com menos de dois meses de Governo o sr. ministro Sottomayor Cardia fez mais do que jus às nossas preocupações e críticas e aos aplausos da direita.*

*"O balanço da acção do Ministério até esta altura é por demais evidente: vasta depuração antiprogressista dos quadros do Ministério e dos serviços autónomos dependentes do Ministério; eliminação ou suspensão de serviços e estruturas criados após o 25 de Abril para dinamizar ou compensar a máquina do Ministério da Educação Nacional do fascismo e os objectivos que ele prosseguia; depuração de programas e de 'curricula' criados após o 25 de Abril para eliminar a ideologia fascista ou para ligar a escola à comunidade, em alguns casos programas e 'curricula' instituídos sob responsabilidade de membros do Governo socialista; ofensiva contra a unificação do ensino secundário e contra a gestão democrática das escolas, duas das principais conquistas do 25 de Abril no sector do ensino; um marcado autoritarismo administrativo, mediante decisões não explicadas publicamente, sem qualquer consulta aos interessados, através de despachos mais ou menos secretos ou de notas oficiosas mais ou menos ameaçadoras; partidarização monolítica do aparelho do Ministério e dos seus serviços, com escandalosas manifestações de discriminação ideológica e partidária, de favoritismo e até do nepotismo mais flagrante."*

Tendo-se referido ao impressionante ritmo da maratona de depurações realizadas pelo ministro Cardia e desmascarado os argumentos aduzidos para a explicar, o nosso camarada referiu também a crescente oposição que esta política de direita encontra por parte das escolas, dos professores, dos estudantes e das forças progressistas.

**"A política do MEIC ameaça criar no sector do ensino graves situações de perturbação e de instabilidade favorecedoras da recuperação das posições da direita reaccionária nas escolas e na definição e execução da política de ensino.**

**"O sr. ministro Sottomayor Cardia pode eventualmente confortar-se nos apoios que lhe prodigalizam o PPD e o CDS, e todas as forças reaccionárias, nos aplausos do *Tempo*, do *Dia*, do *Jornal Novo* ou da *Rua*. Mas o sr. ministro Sottomayor Cardia não pode esperar das forças progressistas nem a concordância nem a aceitação da sua política sectária, das suas medidas antipopulares.**

**"Ao contrário do que parece ser o objectivo do sr. ministro Sottomayor Cardia, essas forças não querem o regresso das escolas portuguesas a 24 de Abril.**

**"O sr. ministro pode pisar aos pés o programa de ensino do Partido Socialista e tentar realizar ponto por ponto os programas de ensino do PPD e do CDS. Essa é uma questão que interessa principalmente os membros, militantes e apoiantes do PS, não nos compete a nós velar pela execução do programa do PS.**

**"Mas já não nos é indiferente que o sr. Ministro (...) ignore os princípios constitucionais a que há-de obedecer toda a política de ensino.**

**"A política do ministro da Educação, Sottomayor Cardia, de destruição sistemática das conquistas do 25 de Abril no campo do ensino e a sua concepção eminentemente autoritária na gestão do Ministério teve recentemente uma expressão qualificada na exoneração do reitor e do vice-reitor da Universidade de Coimbra."**

Referindo o modo como o prof. Teixeira Ribeiro tinha sido nomeado reitor num processo de formalização de *"uma autêntica designação pela Universidade"*, e denunciando o modo como agora foi demitido *"pela calada das férias, sem qualquer consulta aos órgãos de gestão democrática da Universidade"*, o camarada Vital recordou o papel do reitor agora demitido e o funcionamento da Universidade de Coimbra que depois do 25 de Abril e no tempo em que o prof. Teixeira Ribeiro ocupou o seu cargo, se libertou do seu papel de *"reserva ideológica e de fonte de quadros"* a que o fascismo a submeteu, para *"passar a estar directamente ao serviço do País"*. Acentuando a oposição da Universidade de Coimbra através das suas estruturas e organizações mais representativas, o nosso camarada denunciou com a maior clareza mais uma manifestação de uma política de direita extremamente perigosa para o futuro das transformações democráticas do nosso país, já que o campo do ensino e da educação é também um terreno importante da luta que se trava no nosso país entre as forças do progresso e da democracia e as forças que intentam o regresso ao passado de obscurantismo, de opressão e maior exploração e miséria para o nosso povo.

### UMA AFRONTA AO POVO E À CONSTITUIÇÃO

Na 2.ª sessão plenária depois da reabertura, o nosso camarada Lino Lima levantou um problema intimamente ligado ao da defesa das liberdades democráticas que é o da incriminação e julgamento dos criminosos da PIDE-DGS. Referiu o recente acórdão de um tribunal que julgou inconstitucional uma lei que a própria Constituição acolhe e permite a incriminação dos ex-agentes da PIDE-DGS pelas suas actividades de repressão directa e indirecta sobre o povo português. Desmascarando os objectivos políticos que se escondem sob falsos argumentos técnicos, e o cinismo *"de um falso humanismo que chora com as pretensas desditas dos torcionários e se ri cinicamente na face das vítimas"*, o nosso camarada disse:

**Eu pergunto-me, como receberam esta decisão os antifascistas que, durante anos e anos lutaram pela liberdade e pela democracia neste país, enfrentando esse terror sanguinário que era o da PIDE-DGS?**

**Eu pergunto-me, como é que receberam esta decisão os Constituintes que estabeleceram na Constituição, através do artigo 309, a constitucionalidade da lei 8/75?**

**Eu pergunto-me, como é que nós, aqueles que aqui nos sentamos e que, para além das suas posições partidárias se identificam com as dores, lágrimas, sacrifícios e agonias do povo português, que sofreu as violências da PIDE (não só as violências directas da PIDE, mas aquelas que ela permitiu que se executassem, que facilitou e que encobriu) podemos aceitar esta decisão?**

**E, basta-me olhar daqui, para alguns dos deputados que aqui se sentam e que foram meus companheiros e meus camaradas na luta antifascista durante muitos anos, para eu saber que dentro de cada um de nós há, efectivamente, um sentimento de profunda revolta por esta decisão injusta que é um escarro na face do povo português.**

**Eu quero terminar as minhas considerações, fazendo votos para que essa decisão seja revogada, visto que ela é uma afronta ao Povo e à Constituição e pode ser um primeiro passo para rasgar aquilo que muitos de vós aqui fizeram, esse documento fundamental do Povo que é um projecto de vida política e social que o povo português, através do seu voto, claramente disse que desejava fosse o seu presente e o seu futuro próximo.**

# MEDIDAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS PELO PCP

## Procurou-se ter em conta as opiniões publicamente expressas pelas comissões de trabalhadores, organizações populares de base, movimento sindical e outras correntes de opinião pública

"Evidentemente que outros projectos, além destes, gostaríamos de ter incluído neste primeiro bloco de iniciativas. Só o facto de termos considerado não estarem ainda suficientemente preparados e debatidos, de não termos auscultado as opiniões que achamos necessárias, justifica que não o façamos" — afirmou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP no decorrer da conferência de Imprensa onde foram dadas a conhecer as iniciativas legislativas que o grupo parlamenar do Partido Comunista Português aprovou e apresentou na segunda-feira passada ao Presidente da Assembleia da República relativamente às matérias do controlo operário, dos despejos e dos Decretos-leis 530/76 e 657/76.

No entanto, o camarada Carlos Brito salientaria que entre os projectos que o PCP gostaria de ter apresentado contava-se o "de atribuição de pensões aos senhorios pobres de prédios rústicos, que pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural ficaram em condições económicas incomportáveis, bem como um projecto de lei sobre a regularização da situação nas empresas em autogestão".

Quanto a este último lembrou que, "já depois de termos anunciado publicamente a sua apresentação se realizou uma reunião de empresas em autogestão, com intervenção estatal e cooperativas, tendo por outro lado o Governo anunciado medidas neste campo, o que nos levou a reconsiderar o projecto que já tínhamos concluído, para ouvir os interessados e auscultar as opiniões necessárias."

Acompanhado no encontro com os representantes dos órgãos de Informação por Aboim Inglês, Francisco Miguel e Domingos Abrantes, membros do Comité Central do PCP e por Vital Moreira, Vítor Louro, Lino Lima e Jerónimo de Sousa, todos membros igualmente do grupo parlamentar do PCP, o camarada Carlos Brito referiu mais adiante, na sua intervenção:

"O controlo operário estabeleceu-se na sequência dos saneamentos de fascistas e reaccionários, da fuga do patronato para o estrangeiro, de situações próximas da insolvência ou falência, de desvios de fundos, fraudes, retirada de máquinas, esgotamento de "stocks", cancelamento de encomendas e outras formas de sabotagem económica.

"O controlo dos trabalhadores constitui uma intervenção essencial para evitar a sabotagem e assegurar a laboração e os postos de trabalho."

Mais adiante, referindo-se ao projecto de lei sobre a revogação do Decreto-Lei n.º 530/76, especificou:

"Está no caso Timex a origem deste decreto-lei do VI Governo que foi aprovado com a oposição isolada do membro do Partido Comunista Português nesse Governo.

"Trata-se de um decreto-lei que, consagrando a possibilidade de redução da laboração para três dias e a consequente redução de salários, permitindo a "dispensa temporária" e a transferência de trabalhadores, bem como o congelamento da contratação colectiva na empresa, viola direitos fundamentais dos trabalhadores, consagrados constitucionalmente, e se traduz num instrumento de recuperação capitalista, da intensificação da exploração, da liquidação das conquistas revolucionárias."

Recordando que a sua revogação tem sido exigida unanimemente por plenários de empresas, comissões de trabalhadores, assembleias e direcções sindicais, nomeadamente no plenário da Intersindical e no encontro de delegados sindicais e comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa que, posteriormente, em delegação conjunta, contactaram o grupo parlamentar do PCP para que este agisse nesta matéria, Carlos Brito acrescentou: "Aqui estamos a cumprir o que prometemos."

Referindo-se ao terceiro projecto de lei o presidente do grupo parlamentar do PCP revelou que a proposta consistia "na suspensão imediata, pelo período de quatro meses, das acções de despejo de prédios urbanos destinados à habitação ou a outros fins que não o comércio e a indústria".

"No essencial — acrescentou — trata-se de impedir que novas injustiças sociais sejam praticadas antes de a Assembleia da República regulamentar, de acordo com os princípios constitucionais, o regime de arrendamento de prédios urbanos."

Pronunciando-se sobre a última iniciativa destacou a intenção do grupo parlamentar do PCP quanto à "sujeição a ratificação do Decreto-Lei n.º 657/76, de 2 de Agosto, onde o Governo, legislando sobre matéria reservada à competência legislativa da Assembleia da República, cria um único Conselho de Informação para a ANOP e jornais pertencentes ao Estado, e em cuja composição não se respeita a proporcionalidade entre os partidos representados na Assembleia, violando-se desta forma o disposto no n.º 3 do Art.º 39.º da Constituição."

E pormenorizando:

"Ao estabelecer que os partidos estarão representados no Conselho da Informação à razão de um membro por 15 deputados, o diploma em referência parece ter sido feito à medida do número actual de deputados do PS, que contaria com 7 representantes, só ficando de fora 2 deputados, enquanto o PCP teria 2 representantes ficando de fora 10 deputados, o CDS teria 2 representantes, também, ficando de fora 12 deputados e o PPD (ou PSD) 4 representantes ficando de fora 12 deputados."

Nas perguntas que se seguiram o camarada Carlos Brito teve oportunidade de recordar a opinião já expressa pelo grupo parlamentar do Partido relativamente à participação na Assembleia do Atlântico Norte, a qual era explícita sobre o assunto ao afirmar que *não abdicando do direito que o Regimento da Assembleia da República garante a todos os partidos de participação nas representações e deputações da Assembleia se reserva para si mesmo, o direito de decidir sobre a sua participação, em cada situação concreta, como no caso presente, tendo em conta as circunstâncias e as finalidades de cada representação ou deputação parlamentar.*

# JOGOS FLORAIS DA JUVENTUDE

Como anunciámos anteriormente, a União da Juventude Comunista promoveu recentemente os Jogos Florais da Juventude, iniciativa cultural que despertou grande interesse e participação das camadas mais jovens.

Conhecidos agora os resultados finais, damos conta dos nomes premiados:

— Conto — Leonor Santos Dias; Reportagem — não foi atribuído; Quadra — António Manuel Pereira dos Santos; Poesia — Domingos Machado da Mota; Fotografia — José António Cipriano Romeiras; Desenho — Marília Celeste Sapatinha Figueiredo.

# A FESTA DO «AVANTE!» E OS NOSSOS LEITORES

Passadas mais de duas semanas sobre a realização da primeira grande festa anual do "Avante!", ainda ressoam os ecos dessa grandiosa iniciativa dos comunistas portugueses e do seu Partido.

Da parte dos nossos leitores temos, desde então até cá, recebido quotidianamente, através de cartas, postais e telefonemas, testemunhas vibrantes da satisfação e, porque não dizê-lo, do orgulho sentido por todos os camaradas e amigos do nosso Partido devido ao êxito da festa. Tornando-se impossível registar nas nossas páginas todos esses testemunhos, citaremos apenas alguns, que são como que os símbolos de todas essas provas de regosijo e carinho — carinho que, evidentemente, não interpretamos como especificamente dirigido a nós, mas sim a todo o Partido, que foi, no fim de contas, quem tornou possível o sucesso da iniciativa.

Assim, por exemplo, diz-nos C.J. Quintano, de Fronteira, Alto Alentejo:

**Venho por este meio manifestar-lhes todo o meu agradecimento por tudo quanto fizeram para que a nossa grande Festa, a Festa do "Avante!" fosse um êxito.**

**Assisti à Festa e na verdade não sei exprimir a grande alegria que senti ao deparar com tanta beleza. Não foi só uma grande jornada para o PCP, mas para todo o nosso querido Portugal.**

**Festa popular de cultura e amizade, que devemos agradecer, também, a todos os países amigos que nos quiseram honrar com a sua presença.**

**Obrigado, pois, a todas as pessoas e organizações que contribuiram para uma Festa de tanta fraternidade.**

**Também quero aqui deixar uma sugestão: sei que muitos portugueses não puderam assistir à Festa e como julgo que esta foi filmada proponho que o filme percorra todos os Centros de Trabalho do PCP para que assim todos possam fazer uma ideia do que foi este grande convívio.**

Por sua vez, a célula da CUF afirma, nomeadamente:

**Foi com uma incontável alegria que todos os comunistas puderam participar na Festa do "Avante!". Pela primeira vez foi possível não só aos comunistas e simpatizantes mas também a todos os progressistas estarem unidos no mesmo local, darem-se as mãos, olhando-se frente a frente, querendo construir juntos e irmanados um novo País.**

**A Festa do "Avante!" foi assim o encontro necessário entre todas as forças que querem construir uma sociedade mais justa, livre da opressão e da exploração. Da fraternidade havida ficou o fortalecimento conseguido em cada participante que irá robustecer em cada um àvontade cada vez maior de lutar árdua e duramente pela consolidação da Reforma Agrária, das Nacionalizações, do Controlo Operário, conquistas estas que nós, comunistas, consideramos irreversíveis na Revolução Portuguesa.**

Também de portugueses emigrados no estrangeiro recebemos cartas e telegramas no mesmo sentido, todas elas acentuando a mágoa dos nossos compatriotas de não terem podido viver connosco aqueles dias inesquecíveis.

Escreve um grupo de comunistas portugueses residente em Iserlhon, na Alemanha Federal:

**Querido amigo, companheiro "Avante!": Como é bom e maravilhoso viveres as horas de felicidade que neste momento vives, e poderes gritar bem alto o que durante tantos anos fizeste murmurando.**

**Companheiro amigo! Podes estar orgulhoso da missão que cumpres. Se hoje nos falas bem alto, apontando-nos o caminho a seguir, apontando-nos a meta da felicidade, a ti em grande parte o deves! Os teus 45 anos de existência sempre na vanguarda da luta, a tua presença sempre viva em todos os difíceis momentos, os teus ensinamentos na hora precisa, atestam bem, amigo, quanto vales. Deixa que tratemos assim, pois era como amigo que nós te esperavamos na altura em que só murmuravas e é como amigo que te esperamos hoje que nos falas bem alto.**

**Que sustos, que angústia, que horas de incerteza nos fizeste passar, amigo, quando te esperavamos e tu não aparecias. Tinham sido "eles, os tais". Mas depois... ah! Mas depois, tu, qual fantasma da LIBERDADE, fazias ouvir o teu grito em todos os cantos da nossa terra com a mesma alegria, com a mesma vontade e voltares a penetrar nos quartos pobres dos homens pobres que te esperavam para ouvirem tuas palavras de esperança!!!**

**Bem mereces a festa com que te homenageámos. Nós comunistas, nós o Povo bem Povo, estamos-te muito gratos, porque apesar de "eles, os tais", soubeste sempre honrar o nosso Partido erguendo-te na sua frente como um gigante lutando contra tudo o que não estivesse ao lado dos pequeninos, dos oprimidos, dos explorados, dos trabalhadores.**

Entre as cartas recebidas destacamos ainda aquelas em que camaradas e amigos nos enviaram poesias de sua autoria glosando os aspectos da Festa que mais os impressionaram: a alegria popular, a fraternidade, a solidariedade, o calor humano...

Posteriormente à saída do número do nosso jornal da semana seguinte à da Festa, recebemos também missivas de um outro género como é o caso da assinada pela amiga T. Cardoso, de Queluz, que afirma:

**Com o último número do "Avante!" vocês fazem-nos reviver a nossa grande festa! Tudo o que vocês dizem foi mesmo assim! E passado aquele belo fim-de-semana de alegria e solidariedade, vocês trazem-nos outra vez a nossa festa a casa! Obrigado a todos os que fizeram e distribuiram este "Avante!"**

Já esta semana, e assinada pelo camarada J. Costa Silva, da Amadora, recebemos uma carta em que se afirma, nomeadamente:

**Acabei de ler, no último número do nosso jornal, os textos das saudações enviadas ao "Avante!" por jornais comunistas estrangeiros. Quero dizer-vos que raramente uma página do "Avante!" me impressionou tanto, me sensibilizou tanto. É comovedor e reconfortante verificar como em todas as partes do mundo, desde o oprimido Uruguai ao heróico Vietname, passando pela gloriosa União Soviética, temos connosco a fraternidade e a solidariedade de homens e mulheres que, lutando contra a opressão, consolidando as conquistas que alcançaram ou construindo já a sociedade do futuro, não esquecem a luta do Povo português, tal como nós não esquecemos a sua. As saudações enviadas ao "Avante!" são uma bela expressão do internacionalismo proletário e, ao mesmo tempo, constituem um apelo para que todos nós, comunistas ou não, nunca esqueçamos a solidariedade internacionalista — bem patente, aliás, nas páginas do nosso "Avante!"**

# OS TRABALHADORES VÃO A PÉ

## Se os transportes são deficitários, a culpa é dos trabalhadores?

Comecemos pelo princípio. Se os transportes públicos servem para transportar o público, a esmagadora maioria dos utentes desses transportes são os trabalhadores, aqueles que se deslocam das suas casas, que moram cada vez mais longe, empurrados pelos preços das rendas de casa e que continuam a arrastar-se até aos seus locais de trabalho, onde, em tantos e tantos lados, depois do vinte e cinco de Abril, não se limitaram a vender a sua força de trabalho ou a vender os seus serviços mas, com heroísmo, contribuiram para salvar muitas empresas da ruína caótica causada pela sabotagem de muito patrão «brasileiro».

Os transportes não é de hoje que são deficitários, embora concordemos que os preços de combustíveis e os ajustamentos salariais, aliás, estes últimos perfeitamente justos, contribuiram em grande parte para que fossem agravadas as despesas das empresas de transportes, hoje nacionalizadas.

Diz-se que vamos a caminho do socialismo, e o governo socialista-sozinho não o nega. Mas parece que vamos a pé. Ora nos países socialistas os transportes públicos não são deficitários. Transportam abundantemente e os preços não aumentam. É verdade também que a economia dos países socialistas não está sujeita às mesmas pressões externas de inflação. O que quer apenas dizer que há muito que optou por uma economia que salvaguarda a independência nacional embora esteja aberta a um justo intercâmbio e a trocas comerciais com todos os países do Mundo. Isto tudo para dizer que não negamos as dificuldades económicas com que o país se debate, mas que, por outro lado, não estamos de acordo com as medidas tomadas pelo governo, que estão de resto na linha de outras tomadas pelo seu antecessor — o VI Provisório — em que o PS e o PSD, ex-PPD tinham a hegemonia. Fazer pagar aos trabalhadores a crise para a qual eles governantes contribuiram tem sido uma constante na governação PS, só ou mal acompanhado pelo PPD.

A política do governo não brilha pela imaginação nem pela vontade de resolver os problemas nacionais com os trabalhadores. Os transportes não chegam, andam atrasados, não transportam bem e ainda por cima são deficitários? Então é porque os trabalhadores têm a culpa e com um aumento de 25% tudo se resolve...

Reestruturar, organizar melhor, ouvir os trabalhadores e os sindicatos, fazer incidir as despesas sobre os lucros que ainda escandalosamente há quem arranque ao suor da classe operária? Não. Os trabalhadores que paguem, já que estão tão interessados em produzir a horas. Ou que vão a pé. De resto não consta que o Governo e os seus amigos andem de autocarro.

# PIONEIROS DO PORTO FALARAM SOBRE A URSS E A CHECOSLOVÁQUIA

As delegações de pioneiros do Porto que, recentemente, se deslocaram à União Soviética e à Checoslováquia promoveram, no dia 9 de Outubro, um colóquio para divulgarem as experiências colhidas naqueles dois países socialistas. Escutados por mais de 80 crianças e adultos, os nossos jovens camaradas responderam às perguntas que lhes foram dirigidas narrando aquilo que viram, aprenderam e viveram. No final, cantaram e dançaram músicas que aprenderam com pioneiros de outros países.

### VISITA À HUNGRIA

Dois responsáveis da organização dos Pioneiros Portugueses deslocaram-se, recentemente, à Hungria a convite da respectiva organização congénere daquele país socialista. Num ambiente da mais franca camaradagem, durante oito dias, aqueles camaradas efectuaram visitas de estudo, recolheram informações e estabeleceram amplos contactos com dirigentes e pioneiros húngaros.

Nas casas de pioneiros, nos acampamentos, nas escolas, nos contactos ocasionais, os nossos camaradas colheram autênticas lições de dedicação, de trabalho abnegado, os mais belos exemplos de capacidade organizativa na difícil mas exaltante tarefa de educar uma juventude numa perspectiva socialista. Cumulada com as melhores atenções, presenteada com documentação e lembranças, a delegação portuguesa regressou com a certeza renovada da enorme amizade e solidariedade do povo, dos comunistas e dos pioneiros húngaros para com o nosso povo.

# HOMENAGEM A GUILHERME DA COSTA CARVALHO

Na passagem do segundo aniversário da abertura do seu Centro de Trabalho, as Comissões de Freguesia do Bonfim e de S. Ildefonso promovem no próximo domingo uma romagem à campa do camarada Guilherme da Costa Carvalho, destacado militante e dirigente comunista, cuja vida constitui um profundo exemplo de dedicação e empenho revolucionário na luta pela causa da classe operária, do povo trabalhador e da sua vanguarda revolucionária — o PCP.

Naquele centro de trabalho, que se passará a denominar "Guilherme da Costa Carvalho", será inaugurada uma exposição evocativa da figura deste valoroso militante comunista. Mais tarde será descerrada uma lápide.

À tarde, as Comissões de Freguesia do Bonfim e de S. Ildefonso levam a efeito um grandioso comício-festa, que terá início às 15 e 30, e onde estarão presentes elementos da Direcção da Organização Regional do Norte (DORN) e do Comité Local do Porto do nosso Partido.

Serão escutadas intervenções dos camaradas Francisco Miguel, Virgínia Moura, José Morgado e Oliveira Dias. A sessão termina com um "Canto Livre" onde participará, entre outros, Adriano Correia de Oliveira.

# A VERDADE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

## Na zona da Reforma Agrária, numa permanente transformação diária, trabalhadores vencem o desemprego e aumentam a produção

Dezenas de milhares de braços de homens e de mulheres, outrora flagelados pelo desemprego, estão hoje ocupados na realização da Reforma Agrária nas unidades colectivas e nas cooperativas agrícolas. Em terras jamais trabalhadas pelos latifundiários, hoje, aumenta-se e transforma-se a produção.

Esta a realidade transmitida numa Conferência de Imprensa realizada recentemente pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos distritos da Reforma Agrária:

*— Criação de dezenas de milhar de novos postos de trabalho;*

*— Produção de cereais (trigo, aveia, cevada) superior em mais de 350 mil toneladas relativamente à média dos últimos dez anos;*

*— Cultivo de uma área superior em 157 ha relativamente à média dos últimos dez anos;*

*— Diminuição da importação de cereais num valor de um milhão de contos.*

Como diria um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja: "Estes são os números. O Povo que os julgue."

### EXPROPRIAR MAIS PARA MAIS PRODUZIR

Claro que a CAP apresenta outros números, ignorando mesmo as estatísticas oficiais. "Onde os vai buscar?" — eis a interrogação irónica de um trabalhador. "Sem dúvida à cartilha da reacção e dos inimigos do povo!" Mas o que importa são factos. E lá, onde eles já puderam ser obtidos, onde apesar da inexperiência dos trabalhadores a contabilidade está feita, o que se observa é uma grandiosa transformação diária que se salda em resultados deste tipo:

*— Em 95 Unidades Colectivas de Produção agro-pecuária do distrito de Évora (num total de 156 UCPs), o número de cabeças de gado aumentou cerca de 60% (de 104585 para 167323), existem mais 25 barragens e açudes, mais 27 poços, fontes e charcos, mais 25 malhadas.*

Os que não pouparam esforços para que a Reforma Agrária fosse uma catástrofe, apesar de terem tido as condições climatéricas a seu favor, vêem, pois, frustradas as esperanças. Aliás esta frustração das forças reaccionárias soma e segue.

Historiando o processo em curso de devolução de terras com pontuação não expropriável, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora falaria de outra expectativa iludida das forças reaccionárias. O "súbito interesse" de jornalistas nacionais e estrangeiros que vinham "ao cheiro de sangue" estimulados pela propaganda da CAP e dos esquerdistas e que veriam com desgosto as desocupações efectuarem-se calma e rapidamente.

"Os trabalhadores lamentam — diria o dirigente sindical — que esses mesmos jornalistas não tenham cá vindo na época das colheitas. Poderiam ter visto o que foi o aumento de produção e ficariam a saber o que é trabalhar de sol a sol, 12 e às vezes 15 horas por dia, e regar a terra com o próprio suor."

São estes jornalistas que propagandeiam, com outras forças e apoiados por elas, os "enormes erros dos trabalhadores", os "excessos inauditos". Mas afinal, qual a realidade? Ela aqui vai:

*— Em cerca de um milhão e cem mil hectares, que estão hoje sob a orientação dos trabalhadores, não chega a 20 mil hectares a área reclamada pelos agrários!*

Se formos depois a analisar a justeza da reclamação, deparamos com "surpresas": algumas das propriedades, que dizem ter sido ocupadas ilegalmente, eram terreno de clara sabotagem económica, estavam subaproveitadas ou completamente abandonadas e, como tal, eram expropriáveis, quer segundo a Lei da Reforma Agrária, quer segundo a Constituição; outras ainda, que se diz não terem a pontuação legal, só a não têm nas contas fraudulentas da tabuada dos latifundiários. Eis alguns exemplos:

— Caso da Herdade de Ajuda Nova, em Vendas Novas, reclamada por Teresa Vinhas Santos Reynolds como possuindo 48165 pontos e cuja expropriação havia sido reconhecida no "Diário do Governo" de 2/8/75 com 50987,7 pontos; o caso das herdades de Paredes, Figueira e de Folgas, cujos proprietários possuíam mais herdades, ultrapassando largamente a pontuação estabelecida por lei. Quanto às herdades completamente abandonadas, há também exemplos: a herdade de Almargem, a herdade do Casão em Montemor e outras.

Pena é que a Comissão de Análise não tenha averiguado até que ponto as reclamações dos agrários tinham por base premissas dolosas, pois verificaria a ilegitimidade de devolução de algumas das 134 herdades, as quais abrangem um total de 19185 hectares e representam apenas 1,6 por cento da área total ocupada pelos trabalhadores.

Mas porque o logro dos agrários não tarda em descobrir-se e porque não lhes bastam terras, que a serem aproveitadas lhes permitiriam ainda o que se pode chamar uma rica vida (recorde-se que as propriedades até 700 ha não são expropriáveis), a CAP lança-se "numa forma de luta quase desesperada", convocando mais plenários, e as forças da direita reaccionária desenvolvem pressões para aumento da pontuação e para suspensão das expropriações".

A posição dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas é uníssona e inflexível: *Qualquer destes projectos encontrará pela frente uma oposição organizada e inquebrantável.*

Pelo contrário, o que urge é o prosseguimento das expropriações. Restam ainda por expropriar, de acordo com a lei, 506438 ha, dos quais 450 mil estão nas mãos dos agrários. Libertar a terra desse jugo é abrir novas áreas para empregar braços, para aumentar a produção, para transformar a face agrícola do país em termos de desenvolvimento. Para que os números sejam ainda mais eloquentes e o povo os julgue pelo que são: uma grande conquista dos trabalhadores portugueses, uma vitória do processo revolucionário.

# FAZER CUMPRIR A LEI DO ARRENDAMENTO RURAL

**Os grandes proprietários, os senhorios ricos e os caciques locais continuam a desenvolver uma poderosa ofensiva contra a aplicação da Lei do Arrendamento Rural e o cumprimento das tabelas de renda em vigor. Na sequência desta campanha e de declarações de alguns dos seus mais destacados chefes, o plenário da CAP realizado, no último domingo, em Rio Maior, aprovou uma proposta que reclama *«a discussão da Lei do Arrendamento Rural na Assembleia da República»*. Neste momento, o principal objectivo desta decisão é conseguir a suspensão da aplicação da lei, o que não se pode de algum modo consentir pelas graves consequências que daí resultariam.**

**O Decreto-Lei 201/75 que consagra o novo regime de arrendamento, define como princípios fundamentais que a renda é fixa, paga a dinheiro, podendo o cultivador directo pagar em géneros caso o deseje. Estabelece uma mais justa compensação económica para quem trabalha a terra e contribuirá inevitavelmente para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo, nas regiões do Norte e Centro do país, onde labutam dezenas de milhar de rendeiros. É por tudo isto que os caseiros consideram muito justamente o Decreto-Lei 201/75 como o seu «25 de Abril».**

**Nos últimos tempos, tal como tem sido repetidamente denunciado pelo Movimento de Agricultores do Norte (MARN), *«as manobras, as intimidações e as agressões de senhorios ricos e proprietários absentistas contra caseiros continuam e, o que é pior, sem castigo.»* Na verdade, têm-se multiplicado as agressões, os roubos de produtos, a destruição de culturas, o encerramento de lagares e as pressões sobre centenas de caseiros que lutam firme e incansavelmente pela aplicação da lei.**

**Entretanto, até ao momento, não se conhece um único caso em que os autores desses desmandos e ilegalidades tenham sido punidos pelas autoridades. Estimulados por esse facto e aproveitando-se do silêncio da imensa maioria dos órgãos da Comunicação Social que não divulgam os atentados dos senhorios contra os caseiros e suas famílias, aqueles levaram o seu descaramento tão longe que na referida moção aprovada, em Rio Maior, falam na existência de *«fortes conflitos sociais»*, que são originados apenas pelos absentistas e todos os que se opõem à Lei do arrendamento Rural.**

**Como exemplarmente tem sido confirmado, no decurso dos últimos 30 meses, não é fazendo cedências às forças da direita reaccionária, aos exploradores e parasitas que se defendem eficazmente os interesses dos trabalhadores e a defesa e consolidação das liberdades. Face às ameaças da Confederação de Abastados Proprietários, como é conhecida pelos pequenos e médios agricultores, o governo não tem outra alternativa que não seja fazer cumprir o estabelecido no Decreto-Lei 201/75. Os milhares de senhorios que não reduziram a escrito os contratos devem ser multados como obriga a lei. Os advogados venais e desonestos que pretendem convencer os rendeiros de que a lei não está em vigor devem ser firmemente punidos. Os tribunais devem ser mais expeditos no julgamento dos processos. As comissões arbitrárias devem ser rapidamente regulamentadas. Por último, o decreto que estabelece pensões para os senhorios pobres deve sair rapidamente da gaveta onde se encontra há meses. A não ser que se pretenda aplicar neste caso a lei do funil...**

# PLENÁRIO DA CAP FOI EXPLOSÃO DE VIOLÊNCIA

## Violência nas palavras e nos actos. Tal foi o balanço do plenário de Rio Maior

A par de rasgados elogios à honestidade de Mário Soares, "que ainda só não conseguiu neutralizar o núcleo da agricultura do seu partido", a CAP caprichou, no seu plenário de domingo, em Rio Maior, nos ataques ao ministro da Agricultura Lopes Cardoso e na tentativa de pôr à proa dos seus objectivos o Presidente da República, procedendo a citações isoladas de alguns dos seus discursos.

Rodeados de uma multidão de ar próspero (que se movimentou em carros de luxo), com excepção de alguns agricultores vindos do Norte, cujo rosto era só por si uma imagem da marca de obscurantismo com que o fascismo os vitimou, os dirigentes da CAP não foram parcos no exigir: suspensão das leis das expropriações até que a Assembleia da República aprove legislação adequada; discussão na Assembleia da República da Lei do Arrendamento Rural; criação de um departamento de apoio aos agricultores; prática de uma política de preços reais para os produtos agrícolas; suspensão da Comissão de Gestão do Vale do Sorraia e substituição dos actuais comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura. Estas reivindicações da CAP são todas elas inspiradas num recente manifesto do CDS. Para provar que não se trata de mera coincidência, a última exigência é partilhada com o CDS **"ipsis verbis"**, isto é, apresentada com as mesmas palavras e sem acrescentar uma vírgula.

Procurando demonstrar que têm força para exigir e impor, os dirigentes da CAP terminaram o plenário com um corredor de tractores impedindo o trânsito da auto-estrada Lisboa e Porto durante mais de duas horas. Entretanto, a assinalar o clima de "liberdade" por que suspiram, dois elementos presentes no plenário foram salvos da sanha de alguns exaltados participantes que, sob a acusação de que se tratavam de um comunista e outro de um ex-elemento do IRA, "mereciam ser lichados". Os latifundiários alentejanos encontravam-se em força, como sempre, na linha de defesa dos seus interesses de classe. E estavam presentes, também, agricultores do Norte. Alguns seriam mesmo pequenos e médios proprietários. Estavam ali ouvindo os seus inimigos de classe, os seus exploradores de sempre. Para que estes trabalhadores não voltem a cair nas garras dos fascistas, dos senhores da terra, dos opressores, a cada trabalhador consciente, e a todas as forças democráticas se impõe uma tarefa árdua mas imprescindível: esclarecer, lutar contra o obscurantismo vinculado em anos de ditadura, pugnar pelos reais interesses dos pequenos e médios agricultores, mobilizá-los para a luta. Numa palavra, torná-los obreiros de uma revolução da qual depende o fim da sua miséria.

# OS SINDICATOS DA GUARDA DENUNCIAM A SITUAÇÃO

"Justiça para os Trabalhadores!" é a palavra de ordem reivindicativa que encabeça um comunicado da União dos Sindicatos da Guarda, no qual se denuncia a escandalosa opressão que subsiste na "cooperativa" Agrícola de Produtores de Fruta do distrito da Guarda. Esta "Cooperativa" é uma das muitas formadas com o apoio do regime fascista e que mais não eram do que empresas capitalistas.

A denúncia da União dos Sindicatos da Guarda, cujo comunicado transcrevemos na íntegra, vem alertar mais uma vez para a continuidade do fascismo e dos seus quadros e métodos, dois anos e meio após a queda do regime fascista:

É ISTO JUSTIÇA SOCIAL?

Na Cooperativa Agrícola de Produtores de Fruta do distrito da Guarda, os trabalhadores não ganham ainda o salário mínimo nacional. A cooperativa constituída no tempo do fascismo, sob o pretexto de considerar os trabalhadores como rurais, continua a pagar-lhes os salários muito abaixo do estipulado por lei.

As trabalhadoras são seleccionadoras calibradoras e embaladoras de fruta como tantas outras empregadas de comércio que trabalham am armazéns. E é em armazéns que as trabalhadoras da Cooperativa igualmente trabalham.

E os tribunais o que pensam? Na primeira instância, o Tribunal julga correctamente. As trabalhadoras não são trabalhadoras rurais, porque a sua actividade é idêntica à das restantes embaladoras comerciais. A verdade, porém, é que o Supremo Tribunal Administrativo onde parece que não houve nenhuma mudança do fascismo para o pós 25 de Abril, acha que as cooperativas, mesmo aquelas cuja função é, afinal, apenas comercial, (substituição dos intermediários no circuito comercial), devem ter um regime de favor.

E esse regime consiste em manter os trabalhadores da cooperativa com baixos salários. Isto é, os privilégios das cooperativas em vez de se destinarem aos associados, aos trabalhadores e a toda a sociedade, destinam-se apenas aos associados e são suportados pelos trabalhadores não associados das Cooperativas.

É isto cooperativismo? Aliás a primeira instância resolveu favoravelmente às trabalhadoras, com acordo do Ministério Público junto dessa instância.

A secção do Contencioso do Trabalho do Supremo Tribunal Administrativo decide ao contrário da primeira instância, dando razão à Cooperativa. E o Ministério Público, a quem cabia, neste caso, a defesa dos trabalhadores concordou com a decisão do Tribunal e não interpôs recurso.

É isto justiça social? É isto justiça para os Trabalhadores?

# MARN INDICA MEIOS DE ENFRENTAR A SECA

Grande número das 300000 explorações agrícolas que no nosso país se encontram sob regime de arrendamento foram fortemente afectadas, nas culturas e frutos, pela intensidade da seca.

As consequências deste acidente climatérico constituem um problema que se vem somar à luta dos rendeiros contra a violência dos senhorios, os despedimentos, a destruição de culturas, a recusa de redução a escrito do Contrato de Arrendamento. Como enfrentá-lo?

O MARN, organização de agricultores e rendeiros do Norte, pugna pelo apoio oficial segundo o estipulado no artigo 102-n.º 2 da Constituição que prevê o auxílio do Estado aos pequenos e médios agricultores pelos seus riscos de cultura, resultantes de acidente de clima.

Quais as formas de que se deve revestir este apoio?

O MARN, interpretando os interesses dos agricultores pequenos proprietários e rendeiros, considera que o auxílio do Estado se pode traduzir concretamente do seguinte modo

— Concessão de subsídios financeiros;

— Maior aproveitamento das águas existentes, que a todos venha beneficiar;

— Redução das rendas, nas propriedades mais afectadas (art.º 8 da Lei do Arrendamento Rural).

— Melhoramento das condições de crédito agrícola.

Para que estas exigências sejam atendidas, impõe-se a união de todos os rendeiros, pequenos e médios agricultores, criando comissões de rendeiros em todas as freguesias. Assim se reforçará a organização do MARN e a sua capacidade de reivindicação, fortalecendo-o como legítimo porta-voz dos interesses dos milhares de rendeiros e agricultores do país.

# LUTA VITORIOSA

Após dois dias de luta, os trabalhadores da Casa Agrícola Santos Lima, na região de Santar, viram satisfeitas as suas reivindicações de aumento salarial. Assim, passam a receber diariamente 100 escudos os trabalhadores das vindimas, 120 os adegueiros e 90 as mulheres. O salário anterior era de 80 escudos diários para os homens e de 70 para as mulheres.

Apesar da insignificância do aumento pedido, o patrão, que reside em Lisboa, acolhera, com desprezo, a pretenção dos trabalhadores tendo-se recusado ao diálogo, "como se fossemos bichos empestados".

Só a determinação dos trabalhadores, a sua união e a solidariedade que rodeou a sua luta, permitiu esta vitória que constitui um estímulo para todos os trabalhadores da região.

Cada vez mais conscientes da sua força, quando unidos e organizados, os trabalhadores da Casa Agrícola Santos Lima expressam as suas aspirações, num comunicado à população, convictos de que elas são comuns a toda a massa laboriosa:

"Temos direito a viver dignamente. Temos direito a horário de trabalho, a trabalho sério, a férias pagas, à Previdência. Temos urgência em elaborar o nosso Contrato Colectivo de Trabalho".

A lição recente no combate pelo aumento salarial demonstra que os legítimos anseios dos trabalhadores concretizam-se na prática, lutando, firmemente contra a exploração e pelos seus direitos.

# TRABALHADORES FIRMES NA DEFESA DOS SEUS INTERESSES

A situação das empresas intervencionadas e daquelas que se encontram em autogestão ou já legalizadas como cooperativas, foi o tema de um plenário que se realizou no passado sábado promovido pelo secretariado provisório da Cintura Industrial de Lisboa no qual participaram 122 delegados de numerosas empresas naquelas condições.

No decorrer do plenário, os participantes decidiram constituir um secretariado das empresas em autogestão, para lutar contra o saneamento económico-financeiro daquelas unidades e impedir a sua devolução ao patronato.

Os trabalhadores denunciaram o boicote às matérias-primas nas empresas em autogestão, geralmente da responsabilidade dos Ministérios da tutela ou das Finanças, o que trás como consequência o subemprego.

Os representantes das empresas em autogestão, sob intervenção estatal e cooperativas denunciaram igualmente a ofensiva conjunta dos antigos patrões, Ministérios – Habitação e Indústria, principalmente – e bancos, ofensiva essa que se vem traduzindo na suspensão de trabalhadores e na sabotagem económica, na tentativa clara e descarada de devolver essas empresas às mãos dos antigos patrões.

Mas os trabalhadores reunidos no plenário reafirmaram a sua firme oposição a tais tentativas.

Uma das mais importantes reivindicações formulados no decorrer do plenário foi a exigência da participação dos órgãos representantes dos trabalhadores dessas empresas na elaboração da legislação que lhes diz respeito, nomeadamente através do Secretariado Permanente das Empresas em Auto-Gestão. Noutro passo das conclusões e decisões do plenário, os trabalhadores exigem também a legalização das ocupações e a regularização das situações patrimoniais sempre que os patrões tenham tentado ou efectivado encerramentos totais ou parciais das empresas, despedimentos significativos, descapitalizações ou desinvestimentos relevantes e não tenham cumprido as obrigações da firma para com o pessoal, o Estado ou outras entidades. Relativamente a alguns destes casos, adiantou-se a hipótese da passagem para a posse dos trabalhadores de todo o imobilizado, maquinarias, estoques, marcas, patentes e tudo o que mais for considerado necessário à recuperação das empresas, cujas dívidas correctamente avaliadas seriam pagas num prazo nunca inferior a 20 anos, sem juros nem encargos.

No final do plenário, os 122 delegados aprovaram uma moção em que reclamam o rápido julgamento dos terroristas presos, acompanhados de acções que levem à detenção e total extinção da rede fascista-bombista.

# VIAGEM A CUBA

O sorteio promovido pelo Centro de Trabalho do PCP da Pontinha vai proporcionar ao amigo João Filipe Martins, residente em Lisboa, uma viagem à República Socialista de Cuba.

O contemplado deve pois contactar o referido Centro do nosso Partido, onde lhe serão dadas todas as informações.

PUB.

O PCP e a Luta pela Reforma Agrária

CADERNOS DO PCP 7 edições avante!

À VENDA NAS LIVRARIAS E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

# SOLIDARIEDADE ENTRE RENDEIROS

Cada vez mais conscientes de que só unidos e organizados poderão defender os seus interesses e os da classe a que pertencem, os rendeiros do Norte do país acabam de dar mais um exemplo de quanto pode a força da sua solidariedade.

Respondendo a um apelo do MARN, rendeiros de Coimbra, Lousã e Anadia uniram-se na tarefa de ajudar a reconstruir a casa de um companheiro, Alexandre de Sousa, inexplicavelmente – mas esperemos que não impunemente – arrasada pela violência do senhorio.

Juntaram-se para oferecer a sua força de trabalho mas trouxeram consigo muito mais. Das batatas, às couves, ao azeite, bacalhau, chouriço, queijo, tudo serviu para demonstrar quanto se sentiam solidários e prontos a lutarem unidos contra o inimigo comum – o explorador e opressor.

Até o simples, mas tão valioso apoio moral esteve presente, na figura de um rendeiro bem velhinho, incapaz de trabalhar, mas que através da sua presença fez questão de manifestar o seu apoio à luta pela defesa dos direitos de quem trabalha a terra de outrém.

Os que não puderam estar presentes em Covões arranjaram forma de fazer chegar a sua solidariedade, quer através de cartas de apoio quer enviando ajuda monetária para a compra de telhas e vidros.

O exemplo é bem elucidativo. Como se salienta num comunicado do MARN sobre o assunto, **à violência de um senhorio rico os rendeiros responderam com a força da solidariedade. Foi um dia de trabalho, mas a união e solidariedade que se viveu mostrou o caminho da liberdade.**

# COLÓQUIO SOBRE MOÇAMBIQUE

Os problemas relacionados com a cooperação entre Portugal e a República Popular de Moçambique e o significado da revolução moçambicana e as suas repercussões na África Austral, nomeadamente no que respeita à luta travada pelos povos da África do Sul, da Namíbia e do Zimbabwé, foram alguns dos temas postos em destaque por Silva Graça, presidente da Associação de Amizade Portugal-Moçambique, e Armando Castro, director da Faculdade de Economia do Porto, no decorrer de um colóquio promovido na capital nortenha, presidido pelo professor Rui Luís Gomes.

*O Governo Constitucional, para o ser, tem de respeitar a Constituição, que privilegia as relações com os povos das antigas colónias. O Governo deverá, por isso, retirar da gaveta em que foram metidos, na vigência do VI Governo Provisório, os acordos de cooperação com a República Popular de Moçambique* — afirmaria Silva Graça.

Por seu turno, Armando Castro, há pouco regressado da cidade do Maputo, onde proferiu diversas conferências a convite da Universidade Eduardo Mondlane, baseou grande parte da sua intervenção no processo de transformações económicas e sociais que decorre na República Popular de Moçambique. Neste contexto, foi sublinhado o papel da FRELIMO e do Governo moçambicano na edificação do país. As nacionalizações, as aldeias comunais e os armazéns do povo, assim como o bloqueamento dos acordos para o envio de técnicos portugueses, mereceram um interesse muito especial por parte dos participantes na sessão.

# REESTRUTURAÇÃO DO MDM APROVADA EM PLENÁRIO

As mulheres domésticas são as mais marginalizadas da participação na vida cívica, cultural e política do nosso País, mas "a luta pela integração da mulher em todos os campos de actividade, económica, social, cultural e política, constitui hoje uma necessidade objectiva do desenvolvimento histórico e é parte integrante da luta geral da humanidade pelo progresso e pela paz", como salientou Luísa Amorim no decorrer do II Plenário Distrital de Lisboa do MDM (Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas) e que se realizou, no último domingo, nas instalações da Voz do Operário.

As conclusões do Plenário, que reuniu 94 delegadas de todo o distrito e 178 convidados, apontam, na linha de orientação do MDM, para "o reforço do papel do Movimento na consciencialização das mulheres em relação aos problemas que as afectam, numa sociedade baseada na exploração do homem pelo homem", bem como para a "necessidade de, após essa tomada de consciência, a mulher participar activamente na construção das estruturas democráticas que o Povo português tem agora oportunidade de edificar".

O alargamento do Movimento a vastas camadas de mulheres, muito particularmente às mulheres domésticas, foi outro dos pontos analisados assim como o reforço da actuação da linha do MDM, "como Movimento de opinião pública, particularmente virado para a sensibilização da população no que respeita à situação discriminatória em que se encontra a mulher" na sociedade portuguesa.

No respeitante à reestruturação do Movimento Democrático das Mulheres foi definido pelas delegadas presentes o "apoio à proposta de reestruturação da organização e criação de novas estruturas apresentadas pela Direcção Distrital de Lisboa; a necessidade de descentralização e maior divisão de tarefas; a necessidade de formação acelerada de quadros; maior interligação, interajuda e coordenação entre a Direcção e as bases; e o desenvolvimento do sector de agitação e propaganda dada a sua importância vital para o Movimento enquanto Movimento de opinião pública".

A participação por parte das mulheres nas próximas eleições para as autarquias locais não deixou de ser frisado como uma tarefa importante, não só nas sessões de esclarecimento como participando nas listas, empenhando-se deste modo a mulher portuguesa na vida democrática da nação.

O Plenário abordou ainda a preparação da reunião da Comissão Executiva da Federação Democrática Internacional da Mulher (FDIM), o reforço da campanha de alfabetização, a organização de sessões de esclarecimento sobre a vida das mulheres nos países socialistas e a participação activa na luta pela Paz, correspondendo ao Apelo de Estocolmo, nomeadamente na luta pelo desarmamento e desanuviamento.

À escritora Maria Lamas, ausente por razões de saúde, foi enviada uma mensagem aprovada por aclamação pelo Plenário.

### CONTRA A GUERRA PELA PAZ

O MDM promoveu igualmente uma conferência de Imprensa na qual, a propósito da adesão daquela organização ao Apelo de Estocolmo de 1975, foram produzidas importantes considerações em torno da necessidade urgente de todas as forças democráticas e progressistas do Mundo se empenharem firmemente em pôr termo à corrida aos armamentos, lutando pela paz para todos os homens. Ao tema nos referiremos no próximo número.

# AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE A URSS E ANGOLA

**A visita do camarada Agostinho Neto à União Soviética é um importante passo no reforço da amizade entre os povos dos dois países, bem como no estreitamento das relações entre o MPLA e o glorioso partido de Lenine**

A República Popular de Angola e a União Soviética assinaram, na passada semana, um tratado de amizade e cooperação válido por 20 anos, na sequência da visita oficial de seis dias que o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA e da RPA, efectuou à pátria de Lénine, a convite do Praesidium do Soviete Supremo e do Governo da URSS.

O camarada Presidente Agostinho Neto, que viajou acompanhado dos camaradas José Eduardo Santos, ministro dos Negócios Estrangeiros da RPA, Carlos Rocha, membro da Comissão Política do MPLA, e João Luís Neto, chefe do Estado-Maior das FAPLA, foi recebido no aeroporto de Moscovo pelo camarada Nicolai Podgorny, presidente do Conselho de Ministros da URSS, pelo camarada Andrei Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros e, ainda, pelo secretário do CC do PCUS, camarada Boris Ponomarev.

O pacto de amizade e cooperação foi assinado no decorrer de um encontro que a delegação da República Popular de Angola, chefiada pelo camarada Agostinho Neto, manteve com uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, chefiada pelo secretário-geral, camarada Leonid Brejnev.

Segundo foi posteriormente anunciado pela agência Tass, o tratado entre a RPA e a União Soviética estabelece uma cooperação mais vasta entre os dois países nos domínios da economia, da tecnologia, da ciência, do comércio e da cultura.

Além disso, os dois países comprometem-se a cooperar mutuamente e com outros Estados amantes da paz em apoio da justa luta dos povos pela sua soberania, liberdade, independência e progresso social.

### VITÓRIA DIFÍCIL MAS GLORIOSA

No decorrer, da visita, o Comité Central do PCUS e o Praesidium do Soviete Supremo da URSS ofereceram ao camarada Agostinho Neto e à sua comitiva um almoço de honra no Grande Palácio do Kremlin, com a presença dos camaradas Brejnev, Podgorny, Ustinov, Mazurov, Gromiko, Ponomarev e outras personalidades de destaque do Partido e do Governo.

O camarada Leonid Brejnev dirigiu palavras de saudação ao Presidente Agostinho Neto, tendo afirmado a determinada altura

*O povo angolano alcançou uma vitória difícil, mas gloriosa. Esta vitória é ainda mais significativa, dado que foi conquistada numa luta simultânea contra o velho colonialismo e contra o colonialismo contemporâneo. Infligistes derrota à reacção interna e aos intervencionistas – mercenários e racistas. O vosso povo resistiu com honra à ofensiva das forças unidas dos inimigos da liberdade. Este facto tem um significado histórico para toda a África. A vitória de Angola é o resultado da firmeza e da coragem do vosso povo e da vossa vanguarda revolucionária. Ao mesmo tempo é uma vitória do internacionalismo, da solidariedade internacional das forças do progresso.*

*Ao vosso lado* – prosseguiu o camarada Leonid Brejnev – *estiveram todos os povos de África amantes da liberdade. Desde o início, a União Soviética, Cuba e outros países socialistas ajudaram activamente a vossa luta. Ao vosso lado estiveram os comunistas e todos os verdadeiros democratas de Portugal, bem como as simpatias dos homens progressistas de todo o Mundo.*

Depois de ter afirmado que o nascimento da Angola popular é um sinal dos tempos e recordando o apoio da recente Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa à RPA, o camarada Brejnev salientou

*Estamos prontos para desenvolver as mais sinceras relações de amizade entre o PCUS e o MPLA, entre a União Soviética e a República Popular de Angola, base do respeito mútuo, da igualdade, da não ingerência nos assuntos internos e da ajuda mútua de camaradas.*

### ORGULHO DE PERTENCER À FAMÍLIA SOCIALISTA

Em resposta às palavras de Leonid Brejnev, o camarada Agostinho Neto afirmou *A ajuda soviética tem desempenhado um papel importantíssimo no nosso desenvolvimento histórico, para a consecução da independência e para a reconstrução do país. E não poderia ser de outro modo quando a União Soviética, colocando-se justamente na orientação da corrente histórica dos povos, constrói o comunismo, depois de ter feito uma caminhada impressionante e revolucionária que conduziu do regime de exploração para o socialismo e a realização do internacionalismo proletário. Os povos que só agora podem exprimir-se em favor do socialismo, não deixam de reconhecer o grande papel exercido pelo seu fundador, Vladimir Ilitch Lénine, cujos ensinamentos são hoje a base de inspiração para todos aqueles que desejam aplicar as ideias, as reflexões e os estudos de Marx e Engels nas respectivas áreas socio-geográficas.*

Depois de ter testemunhado a grande solidariedade prestada ao povo angolano pelos povos soviético e cubano, Agostinho Neto salientou

*Seguindo a via socialista, os povos de Angola, Cuba e da União Soviética, apesar dos desníveis de desenvolvimento, encontrar-se-ão no destino comum reservado aos países socialistas.*

E mais adiante: *Estamos orgulhosos como povo por podermos pertencer à grande família socialista, família que nos momentos cruciais da história tem sabido conservar a sua coesão e o seu dinamismo.*

### O POVO CHINÊS SABERÁ ENCONTRAR A VIA CORRECTA

O camarada Agostinho Neto, criticou, ainda, duramente, a posição seguida pela hierarquia chinesa, alinhando ao lado do imperialismo contra o povo angolano em luta pela libertação, acentuando *Até este momento, o comportamento da China no plano africano não tem sido senão uma manifestação desnaturada de anti-sovietismo, com uma muito evidente e consequente actuação contra os interesses dos povos. Mas a China tem ainda a oportunidade de se libertar da sua política pseudo-socialista e ligada aos interesses do imperialismo, para actuar em favor do socialismo e do bem-estar dos povos. Estamos seguros que o povo chinês saberá encontrar a via correcta.*

Continuando a referir-se à China, Agostinho Neto disse ainda *O povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, o MPLA, sabe distinguir o povo chinês recheado de grandiosas tradições revolucionárias, e o grupo antisoviético, anti-angolano e contra-revolucionário que age contra os interesses do seu povo.*

A finalizar a sua intervenção, o Presidente do MPLA e da República Popular de Angola acentuou *O povo angolano tem orgulho de ser um dos povos africanos que optaram pelo socialismo. É um povo que não pode deixar de reforçar os seus laços de cooperação e amizade com a URSS. O povo angolano caminhará firmemente na construção socialista da sua pátria, sem esquecer as realidades decorrentes da sua situação nacional e internacional. E a partir desta definição orientadora estamos completamente empenhados na via que levará o país a uma independência baseada na liberdade do seu povo, na possibilidade de um maior empenhamento para a realização do progresso e do internacionalismo e cumprimento do seu dever internacionalista.*

### AGOSTINHO NETO NA BULGÁRIA

Tendo concluído a sua visita oficial à União Soviética, o Presidente Agostinho Neto encontra-se em visita oficial à República Popular da Bulgária.

No decorrer desta sua visita, Agostinho Neto será condecorado com a medalha "Georgui Dimitrov", pelo camarada Todor Jivkov, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista Búlgaro e Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Bulgária.

## MIGUEL TROVOADA NA UNIÃO SOVIÉTICA

O camarada Miguel Trovoada, primeiro-ministro da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, efectuou uma visita oficial à União Soviética, tendo sido no decorrer da sua estada, assinados sete documentos conjuntos.

O mais importante dos documentos aprovados refere-se à declaração conjunta sobre os princípios das relações de amizade e cooperação entre a URSS e S. Tomé e Príncipe e nele se expressa o desejo de ambas as partes em desenvolver as suas relações na base da igualdade de direitos e de respeito mútuo.

## CONGRESSO DA FRELIMO EM FEVEREIRO DE 1977

O III Congresso da Frente de Libertação de Moçambique — FRELIMO — reunir-se-á no Maputo, capital da República Popular de Moçambique, de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, segundo foi oficialmente anunciado.

O Congresso da FRELIMO procederá à eleição dos dirigentes da vanguarda revolucionária do povo moçambicano e decidirá acerca das tarefas, estratégia e táctica na construção da democracia popular, estabelecendo igualmente as prioridades, estratégia e táctica para o desenvolvimento económico e social da República Popular de Moçambique.

## JORNADA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DA RDA

O 27.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã foi assinalado em Lisboa através de uma jornada promovida pela Associação de Amizade Portugal-RDA.

Presentes na mesa que orientou a sessão Klaus Steiniger, membro do Comité RDA de Portugal, João de Freitas Branco e Manuel Begonha, respectivamente presidente e vice-presidente da referida Associação, e ainda Irene Krauser, adido cultural da RDA no nosso país.

**Ao 25 de Abril devemos o estarmos hoje aqui presentes, para nos associarmos à natural alegria do povo da República Democrática Alemã, por mais um ano de existência em plenitude. O povo português sabe que o 25 de Abril não morreu** — afirmaria Manuel Begonha, que no decorrer da sua intervenção traçou uma breve perspectiva do desenvolvimento económico, político, social e cultural na RDA, caracterizando este país como **um Estado Socialista, de operários e camponeses, onde a economia, as ciências, e a cultura e todos os sectores sociais atingiram um alto nível de desenvolvimento,** e onde **a democracia socialista se manifesta pela participação activa dos trabalhadores na gestão das empresas, do Estado e da sociedade.**

**O progresso na República Democrática Alemã** — prosseguiu — **consegue-se devido a um constante aumento de produção o que, numa sociedade socialista, não implica aumento de trabalho físico, mas uma melhor utilização do potencial económico existente e o estabelecimento de uma aperfeiçoada relação entre os custos e o rendimento.**

Foi projectado em seguida, um filme sobre "O Desporto na RDA", o qual deu aos presentes uma imagem da organização da actividade desportiva neste país, **uma actividade virada para as massas populares.** Na RDA, a prática do desporto começa logo nos jardins de infância, onde se encontram monitoras especializadas.

O camarada Klaus Steiniger relacionou depois as imagens projectadas com o êxito alcançado pela equipa da RDA na última edição dos Jogos Olímpicos (Montreal), onde conquistou o 2.º lugar em medalhas de ouro.

No final da sessão foram entregues a Melo de Carvalho, ex-director-geral dos Desportos e Manuel de Brito, ex-professor do mesmo organismo (ambos afastados pelo ministro Cardia) duas medalhas atribuídas pela Liga de Amizade entre os Povos da RDA e pelo Comité RDA de Portugal, como símbolo de uma homenagem a dois homens que deram o melhor do seu saber pela democratização e massificação do desporto no nosso país e que prestaram um grande contributo à recente "Semana da RDA" em Portugal.

## ENCONTRO SOBRE QUESTÕES CAMPONESAS

Decorreu na cidade de Ferrara, na Itália, o Encontro de representantes dos Partidos Comunistas da Europa capitalista sobre questões camponesas.

O Partido Comunista Português esteve representado no Encontro por Margariada Tengarrinha, membro do Comité Central do PCP.

## MAIS DE 90 POR CENTO DE AFLUÊNCIA ÀS ELEIÇÕES CUBANAS TRÊS DIAS APÓS O CRIMINOSO ATENTADO TERRORISTA

O Povo cubano, apesar dos actos criminosos que a reacção internacional e o imperialismo desencadeiam contra Cuba socialista, prossegue a consolidação da revolução cubana. Enquanto os reaccionários a soldo do imperialismo americano, pagos e treinados pela CIA, colocaram uma bomba num avião cubano de passageiros, provocando a morte de 73 pessoas, três dias depois de mais este criminoso acto de terrorismo o Povo cubano acorreu em massa às eleições que se realizaram em Cuba, destinadas a consolidar o poder popular.

Reaccionários cubanos exilados em Miami reivindicaram a autoria do criminoso atentado, telefonando para um diário daquela cidade afirmando que a bomba teria sido colocada por criminosos pertencendo ao agrupamento ultra-reaccionário "El Condor".

Entretanto, a Polícia de Trinidad teria já procedido à prisão de dois indivíduos suspeitos de terem sido os executores do acto criminoso. Com efeito, os dois suspeitos viajavam no avião que acabou por se despenhar e desembarcaram, sem bagagem, em Bridgetown, a última escala que o aparelho efectuou antes de ter explodido.

O jornal "Granma", órgão do Partido Comunista Cubano, acusou, entretanto, a CIA de estar a *alentar, apoiar e treinar as organizações contra-revolucionárias que realizam atentados e actos de sabotagem* contra o Povo da Ilha da Liberdade.

### MAIS DE 90 POR CENTO DE AFLUÊNCIA ÀS URNAS

Mas, por mais actos de sabotagem, por mais atentados que a reacção internacional e o imperialismo realizem contra o Povo cubano, não conseguirão travar a sua marcha inexorável rumo ao socialismo e ao comunismo.

O passado domingo foi uma importante jornada de consolidação da revolução desencadeada há 17 anos na Sierra Maestra. As eleições para os órgãos do poder popular registaram uma afluência de mais de 90 por cento dos cinco milhões e quinhentos mil cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais. Tratou-se do primeiro acto eleitoral realizado em Cuba após a vitória da Revolução.

Apresentaram-se cerca de 30 mil candidatos às 169 assembleias municipais, as quais, segundo uma resolução do I Congresso do Partido Comunista de Cuba realizado em Dezembro d[illegible]do, terão vastos poderes de controlo dos serviços públicos locais. Cinquenta e três por cento dos candidatos eram membros do PCC, enquanto 16 por cento pertencem à Juventude Comunista.

Foram eleitos 10740 delegados municipais e, agora, cabe a estes representantes do Povo cubano elegerem, nas próximas semanas, os delegados às assembleias provinciais – em Cuba existem 14 províncias — bem como os deputados à primeira Assembleia Nacional da Revolução Cubana.

A marcha do Povo cubano para o socialismo é irreversível. A jornada de domingo passado, com a consolidação do poder popular, constitui uma das importantes etapas. Bem como o grande comício que ontem se realizou em Havana, com a presença do camarada Fidel Castro, por ocasião do funeral das vítimas do criminoso atentado perpetrado pelo imperialismo e a reacção internacional.

Tal como há nove anos — assinalados no passado dia 8 — o imperialismo, assassinando o comandante Ernesto "Che" Guevara apenas pode juntar mais um hediondo crime à já longa lista de crimes contra a humanidade, também o atentado contra o avião cubano é um acto desesperado de quem já verificou que a revolução cubana é irreversível. Como irreversível é o processo de libertação de todos os povos do Mundo.

## SOLIDARIEDADE URGENTE PARA COM O CHILE OPRIMIDO!

**A solidariedade internacional tem de arrancar os patriotas chilenos das mãos assassinas de Pinochet**

Cada vez mais isolado interna e internacionalmente, apenas sustentado pelo imperialismo americano e seus lacaios, Pinochet e seus sequazes empregam meios cada vez mais repressivos para tentar manter o Chile imortal de Allende e de Neruda, o Chile resistente de Corvalan, como se fosse um grande campo de concentração.

A denúncia chega-nos pela voz de Hortensia Allende, a companheira do Presidente assassinado, numa declaração recentemente tornada pública:

*Perante o conflito cada vez maior com os sectores democráticos, perante as condenações da Igreja Católica, perante o seu imenso isolamento, Pinochet responde com uma feroz repressão e com uma nova forma de criminalidade: a detenção, seguida do desaparecimento de prisioneiros.*

Hortensia Allende denuncia que, nos últimos tempos, desapareceram dezenas de patriotas. Como, por exemplo, Vitor Diaz Lopes, subsecretário-geral do Partido Comunista do Chile; como o operário Mário Zamorano Donoso, membro da Comissão Política do PC do Chile; como o engenheiro Jorge Muñoz Poutays, membro do Comité Central do PC do Chile; como o subsecretário das Juventudes Comunistas do Chile, José Weibel Navarrete; como Jaime Donato Avendãno, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores das Empresas Eléctricas; como Fernando Lara, dirigente nacional dos trabalhadores têxteis; como Nicolas Alberto Lopez Suarez, membro do Conselho Directivo Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores); como, afinal, tantos outros patriotas chilenos que Pinochet tem prendido, torturado e feito desaparecer.

### "A SITUAÇÃO É GRAVÍSSIMA!"

*A situação é gravíssima!* — clama Hortensia Allende. Na sua declaração, afirma: *Apelo hoje para toda a consciência democrática do mundo, na convicção de que uma urgente e enorme campanha poderá salvar as suas vidas e obter a sua libertação. Quando se cumprem três anos da ditadura fascista no meu país e tantos povos e governos manifestam a sua solidariedade, recorro novamente a eles para que impulsionem urgentemente esta imprescindível campanha pelos patriotas chilenos desaparecidos às mãos da Gestapo de Pinochet.*

Os povos de todo o mundo amantes da paz, os governos dos países progressistas, todos os que não queiram pactuar com assassinos e torturadores, têm o dever de responder ao apelo de Hortensia Allende.

A força da solidariedade internacional arrancará das mãos dos nazis de Pinochet os patriotas chilenos encarcerados. A ditadura fascista chilena tem que ser posta entre a espada e a parede e responder pelos crimes que tem cometido e pelas vidas que agora sonega ao povo chileno.

Luís Corvalan e seus companheiros devem ser restituídos à liberdade! O fascismo no Chile e na América Latina será vencido!

## A GREVE GERAL EM FRANÇA FOI UM ENORME ÊXITO DAS MASSAS TRABALHADORAS

**Em todas as cidades e vilas de França, as greves e manifestações de protesto contra as medidas de austeridade de Giscard d'Estaing demonstraram a unidade e firmeza dos trabalhadores franceses, que se recusam a pagar a crise do capitalismo**

Em França, o capitalismo em crise, para perpetuar o seu domínio sobre as massas trabalhadoras, também lançou um plano de austeridade que, à semelhança dos seus congéneres da Europa Ocidental, tem como principal característica a tentativa de resolver a crise dos exploradores à custa do aumento da exploração sobre os explorados. A resposta da classe operária francesa e das massas trabalhadoras não se fez esperar: muitas centenas de milhares de pessoas, respondendo ao apelo das duas maiores centrais sindicais — a CGT e a CFDT — desceram à rua em Paris, manifestando a sua clara oposição ao plano de "recuperação da economia" do novo primeiro-ministro Raymond Barre. A grande jornada nacional de protesto teve tal envergadura na capital francesa que muitos observadores a compararam em dimensão aquelas outras que se registaram em Maio de 1968.

Os partidos de esquerda — Partido Comunista Francês, Partido Socialista Francês e Radicais de Esquerda — apoiaram esta grande jornada de protesto contra a política de austeridade patrocinada por Giscard d'Estaing.

A greve geral, inicialmente decretada por 24 horas, prolongou-se por mais de um dia e estendeu-se praticamente a todas as cidades e vilas de França, numa clara demonstração do carácter impopular das medidas de "austeridade" tomadas pelo Governo.

O plano de "recuperação" económica do senhor Barre é, afinal, o papel químico de outros ensaiados pelo capitalismo em vários países da Europa Ocidental. Os capitalistas pretendem resolver as suas crises à custa dos trabalhadores. Por isso, Raymond Barre e Giscard d'Estaing não estiveram com meias medidas: a sua (deles) economia está em perigo? Pois congele-se os salários e aumente-se os preços e os impostos!

### NÃO AO PLANO DE AUSTERIDADE!

Só que o capitalismo não conta com a resposta pronta e organizada da classe operária e das massas trabalhadoras. Em França, as contas sairam-lhe furadas e a sua "recuperação" defronta-se com a oposição da maioria do Povo francês, das maiores organizações sindicais e dos principais partidos políticos de esquerda.

Segundo noticiaram as nada insuspeitas agências noticiosas internacionais, a vida francesa ficou, durante a jornada nacional de protesto, num estado verdadeiramente caótico. A dezoito meses da realização de eleições gerais — que podem trazer grandes alterações, não apenas no quadro da sociedade francesa mas, também, na situação europeia mundial — esta poderosa demonstração de unidade, vitalidade e firmeza das massas trabalhadoras francesas trazem grandes dores de cabeça aos gestores franceses do capitalismo internacional.

O camarada Georges Séguy, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) declarou, a propósito do êxito e alcance desta jornada de protesto:

*Não queremos apenas ver a esquerda conseguir o Poder, mas estamos a agir, a lutar e a fazer tudo ao nosso alcance para que isso aconteça o mais cedo possível.*

A importância desta grande greve geral ultrapassou, até, as previsões mais optimistas. Assim e, por exemplo, enquanto que a Confederação sindical reformista "Force Ouvrière" não aderia à greve, vários sindicatos seus filiados não acataram essa orientação e aconselharam os seus filiados a associarem-se a esta grande jornada de protesto.

Outro exemplo que surpreendeu os observadores foi o facto de, nesta manifestação, terem participado categorias socio-profissionais que tradicionalmente se abstêm, como por exemplo os vendedores retalhistas de frutas e legumes, os empregados dos bancos e os empregados do comércio.

A França trabalhadora paralisou. A França capitalista surpreendeu-se, assustou-se e o patronato começou a clamar que este movimento representava um rude golpe para a economia. Para a sua economia, entenda-se. Porque as massas trabalhadoras não se deixam levar pelas crises que o capitalismo cria, recusando-se a pagá-las com o seu sacrifício, o seu suor e o seu trabalho.

Numa grande demonstração de força e de unidade, os trabalhadores franceses recusaram o plano de austeridade que o governo do senhor Barre lhes queria impingir. Mas não se iludam os patrões de França, ao pensarem que as massas trabalhadoras se ficam por aqui: ainda os ruídos das manifestações ecoavam nas ruas das cidades e vilas francesas e já a CGT, a CFDT e a poderosa organização FNE (Federação Nacional da Educação) marcava nova jornada de protesto para o próximo dia 23.

Um pormenor prendeu a atenção dos observadores: as forças policiais que, geralmente, costumam presenciar — chegando mesmo, em alguns casos, a intervir mais ou menos brutalmente — estas manifestações das massas trabalhadoras francesas, não desceram desta vez à rua. Há quem afirme que esta atitude está ligada a outra que as forças policiais tomaram dois dias antes da jornada nacional de protesto, quando emitiram um protesto contra os baixos salários que lhes são pagos!

## 10 MILHÕES DE ITALIANOS CONTRA «AUSTERIDADE» DEMOCRATA-CRISTÃ!

**Durante duas horas, dez milhões de trabalhadores italianos interromperam as suas actividades em sectores fundamentais da economia, protestando contra as medidas que o governo minoritário democrata cristão, chefiado por Giulio Andreotti anunciou para fazer face à crise do capitalismo que, como é lógico, também se faz sentir em Itália.**

**As medidas que a democracia cristã pretende caridosamente fazer desabar sobre os trabalhadores italianos são muito semelhantes às preconizadas tanto pelo primeiro ministro francês como por outros chefes de governo da Europa capitalista: aumento dos impostos, congelamento de salários e subida dos preços dos produtos de primeira necessidade e dos transportes.**

**Como se vê, nada de novo na imaginação dos capitalistas. Mas também como se pôde ver, decidida e firme foi a resposta dos trabalhadores italianos.**

# POVO UNIDO EM ALMADA

A Frente Eleitoral Povo Unido desenvolve por todo o país uma ampla actividade de esclarecimento sobre a importância de que se revestem para os interesses do povo trabalhador as próximas eleições para as autarquias locais, a realizar em 12 de Dezembro próximo.

*Mais que em qualquer das anteriores eleições, o eleitorado vai confrontar-se com uma questão muito clara e directa — saber a quem e para quê vai dar o seu voto.*

*Os órgãos a eleger, a Assembleia de Freguesia, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal têm como missão fundamental defender os interesses das populações quaisquer que sejam as suas opções políticas partidárias ou crenças religiosas.*

*Sendo uma eleição de grande importância política, os órgãos a eleger não são partidários, mas sim populares e unitários. Mais do que a confiança dos partidos políticos, os candidatos devem ter a confiança das populações que os vão eleger. Não vamos eleger representantes de partidos políticos. Vamos eleger representantes do povo* — diria Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, no decorrer de uma sessão promovida na passada semana pela Frente Povo Unido, na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, onde acorreram mais de dois milhares de pessoas.

Neste primeiro comício realizado no distrito de Setúbal, estiveram ainda presentes Marco Antunes, que presidiu, Ana Maria Antunes, Dina Bastos, João Carvalho, Maria Emília Neto, Francisco Simões, Romeu Correia, e José Tengarrinha, do MDP/CDE.

A dado passo da sua intervenção, Romeu Correia, membro independente da Comissão Unitária Concelhia da F. E. P. U., referiu que "não há eleições tão directamente ligadas ao povo, como as eleições para as autarquias locais". O próximo acto eleitoral — prosseguiu — "tem uma grande importância para o futuro da sociedade democrática, para a defesa da Constituição, para a consolidação de todas as conquistas do 25 de Abril".

# SABOTAGEM DO PATRONATO PASSIVIDADE DO GOVERNO

**Um milhão e trezentos mil trabalhadores aguardam os novos contratos colectivos de trabalho enquanto o Governo ignora a Constituição e nada faz para impedir as manobras da recuperação capitalista**

O cumprimento integral da Constituição foi exigido ao Governo por representantes sindicais de mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores (exactamente 1220761) filiados em 177 sindicatos, secções, delegações, uniões distritais, uniões locais e federações de todo o País, que se reuniram em Lisboa, no último sábado, num plenário da Intersindical Nacional, para discutir e tomar decisões acerca dos direitos e garantias dos trabalhadores que, em 30 de Setembro findo, foram alvo de projectos legislativos aprovados em Conselho de Ministros e ainda não divulgados. Entre esses projectos figura a regulamentação da greve, cuja definição do "âmbito de interesses a defender" através dela "compete aos trabalhadores", não podendo tal âmbito ser limitado por lei, nos termos da Constituição da República Portuguesa.

Representantes da Central Única, que entretanto se tinham avistado com o Primeiro Ministro e com o ministro do Trabalho, afirmariam mais tarde que o Governo "viola duplamente a Constituição", pois, ao mesmo tempo que faz aprovar leis que são da competência da Assembleia da República, ignora a opinião dos trabalhadores sobre assuntos que os afectam directamente. Entre estes figuram, além do direito à greve, a possibilidade de suspensão dos contratos colectivos de trabalho em empresas nacionalizadas e a liberalização dos despedimentos.

Por seu lado, o Conselho Geral da Intersindical recomenda ao Secretariado da Central Única que — para além das firmes iniciativas já tomadas — "na eventualidade de os projectos do Governo virem apesar de tudo a ser promulgados, recorra a todas as instâncias com competência para a fiscalização da constitucionalidade das leis" e nomeadamente à Assembleia da República no sentido de essas leis serem declaradas nulas e sem efeito.

Para cumprir a Constituição, que é sem qualquer dúvida o primeiro dever de um governo, os projectos de diplomas legais sobre as matérias mais importantes e que interessam directamente aos trabalhadores terão de ser elaborados mediante debate a realizar no movimento sindical para apresentação posterior à Assembleia da República.

De outro modo, a Lei fundamental por que todos nos regemos será para o Governo mais um papel a manusear de vez em quando para descobrir a maneira de "justificar", se necessário, o atropelo aos direitos que a Constituição reconhece e manda defender.

### MAIS DE UM MILHÃO DE TRABALHADORES À ESPERA

No plenário do último sábado, onde entre as representações se encontravam 22 sindicatos não filiados na Intersindical Nacional, houve 71 intervenções e foram aprovados 13 documentos com o máximo de 1 voto contra, e 3 abstenções. Praticamente votadas por unanimidade e aclamação, as moções referem-se a legislação do trabalho, revogação da lei da unicidade sindical, contratação colectiva, Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, Previdência e Saúde, 22 trabalhadores despedidos da RTP, INATEL, tentativas de recuperação capitalista, política reaccionária do MEIC e Reforma Agrária.

Aprovada por unanimidade e aclamação, a moção sobre a contratação colectiva, depois de "repudiar a passividade do Governo, nomeadamente dos Ministérios do Trabalho, Habitação Comércio e Turismo, perante a acção sabotadora do grande patronato reaccionário e de algumas comissões de gestão de empresas nacionalizadas", encarrega o Grupo de Contratação Colectiva, ao qual se deve juntar nomeadamente o Secretariado da Intersindical, de "informar a opinião pública da sabotagem do patronato e da passividade do Governo" e "alertar os diversos órgãos do poder para a gravidade que a presente situação encerra", apoiando ao mesmo tempo "as acções unitárias e organizadas que os Sindicatos e os trabalhadores prejudicados pelo actual impasse na Contratação Colectiva vierem a desencadear com o objectivo de vencer a resistência do patronato reaccionário e a passividade do Governo", reivindicando "uma nova lei da contratação colectiva conforme à Constituição e aos direitos dos trabalhadores dentro da perspectiva de defesa e consolidação da democracia".

Neste momento estão em negociações os contratos colectivos de trabalho dos sectores da panificação, moagens, metalurgia, têxteis, rodoviário, conservas, comércio, cerâmica, químico, electricista, construção civil, indústria hoteleira, Carris e outros, envolvendo mais de 1300000 trabalhadores.

## UM CONGRESSO DE UNIDADE CONTRA O INIMIGO COMUM

Prossegue por todo o País o esclarecimento e o debate acerca do Congresso de Todos os Sindicatos pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral (central única) dos Sindicatos Portugueses. Assim se cumpre, através das Comissões Dinamizadoras Distritais, um dos objectivos prioritários da preparação do Congresso: chamar à actividade democrática dos sindicatos, à participação esclarecida e actuante, todos os sindicalizados, levando-os a debater todas as dúvidas e a confrontar todas as opiniões para o fortalecimento da unidade, o combate ao divisionismo e a recusa frontal de todas as atitudes de ingerência que contrariem a independência e a liberdade do movimento sindical.

Reuniões de delegados sindicais e assembleias gerais de sindicatos, cujos corpos gerentes fazem parte do grupo «Carta Aberta», têm vindo, por seu turno, a debater temas relacionados com a ralização do Congresso. A tónica geral dessas reuniões tem recaído nos apelos à unidade dos trabalhadores e nas decisões que põem em causa as atitudes divisionistas de direcções sindicais afectas àquele grupo cada vez mais reduzido e isolado. Exemplo frisante entre vários é o do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas que, em assembleia geral e após debate prolongado, impôs aos dirigentes a saída da «Carta Aberta», fazendo depender a posição definitiva de uma próxima assembleia geral, mas decidindo desde já participar no Congresso e regularizar a sua situação de filiado na Intersindical Nacional.

A Imprensa diária tem registado outros exemplos desta tomada de posição, onde nomeadamente se assinalam as críticas dos trabalhadores sindicalizados a direcções promotoras da «Carta Aberta» ou a ela afectas, cuja «actividade irresponsável, antidemocrática e antioperária» traz «consequências funestas para o movimento sindical português» e demonstra a preocupação de partidarizar a vida dos sindicatos, utilizando para tanto os cargos de direcção, sem consultar os trabalhadores antes de tomar decisões objectivamente contrárias à defesa da unidade e dos interesses comuns dos trabalhadores perante o inimigo comum, que pretende abrir feridas incuráveis com o veneno do «pluralismo», a fim de melhor poder avançar na recuperação capitalista e negar os direitos mais duramente alcançados pelos trabalhadores.

# REPÚDIO E PROTESTO GENERALIZADO CONTRA AS MEDIDAS DO MEIC

**Pelo direito ao trabalho, pela valorização profissional, pela qualidade do ensino**

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, cuja direcção é afecta ao PS, promoveu anteontem, na capital, uma manifestação "de protesto por medidas que o MEIC tem vindo a tomar, particularmente no que respeita às colocações de professores do Ensino Primário, Secundário e Preparatório". As ruas próximas do edifício do Ministério encheram-se de professores e de outros trabalhadores solidários com o protesto e com as palavras de ordem que a ele presidiram, nomeadamente: "nem um só professor desempregado", "pelo funcionamento integral das escolas" e "por um ensino de qualidade''. Em declarações a um jornal, o ministro Sottomayor Cardia anunciava antes da manifestação come-çar, que estaria no Ministério, mas não porque tencionasse "receber qualquer deputação de manifestantes" que, **a priori**, considerou integrados "não (numa) manifestação de professores, mas de adversários do Governo".

No entanto, o Sindicato dos Professores, promotor da manifestação, declarou que a mesma "deve constituir o ponto de partida da mobilização dos professores a nível nacional", elegendo "democraticamente os seus representantes" em todas as escolas, dinamizando, ''conjuntamente com os delegados sindicais, toda a acção sindical na sua zona, estabelecendo a ligação entre as escolas, com os pais, encarregados de educação e população em geral".

### QUATRO MIL PROFESSORES SEM TRABALHO

Entretanto, "cerca de 4000 professores vão ficar no desemprego'', segundo afirmaram os Executivos Distritais do Sindicato dos Professores da Zona Sul, reunidos recentemente em Faro. ''O MEIC – acrescentaram – recusa-se a encontrar formas de aproveitamento destes professores primários que, num País com tão elevado índice de analfabetismo (37%), vão ficar inaproveitados".

Por seu turno, jovens trabalhadores-estudantes da União da Juventude Comunista, vindos de todo o País, protestaram, numa reunião em Lisboa, contra o agravamento da situação do ensino nocturno em Portugal e, designadamente, contra "a falta de medidas que solucionem os inúmeros problemas dos trabalhadores-estudantes''. Por um ensino ao serviço do povo trabalhador e contra a política de recuperação de direita no ensino, os jovens protestaram ainda contra a ''extinção do ensino unificado, grande conquista dos trabalhadores-estudantes e dos estudantes", exigindo a criação de cantinas, bibliotecas, apoio pedagógico, programas, transporte e outras medidas favoráveis a quem estuda e trabalha.

As principais medidas da responsabilidade do MEIC – afirma por sua vez a UEC (União dos Estudantes Comunistas) – "vão contra o que o PS havia anunciado". Em nome da degradação pedagógica, susceptível de existir numa ou noutra escola, mas de forma nenhuma generalizada, o MEIC chama a si a possibilidade antidemocrática de "nomear comissões administrativas para as faculdades, sem qualquer participação estudantil, unicamente constituídas por doutorados, ficando demitidos os órgãos de gestão eleitos".

Por outro lado, a UEC repudia o decreto que prevê a constituição de uma "Comissão Científica Nacional que pode suspender contratos de docentes e definir programas quando tal competia aos conselhos de gestão", contrariando assim as experiências muito ricas e proveitosas do Movimento Associativo dos Estudantes.

As tomadas de posição contra a política direitista do MEIC abrangem todos os graus de ensino. Professores reclamam o direito ao trabalho e rejeitam os argumentos utilizados pelo Ministério, pois a melhoria da qualidade do ensino, o bom aproveitamento dos encargos públicos, a dignificação da função docente e o funcionamento do ano escolar não se conseguem afastando milhares de professores das escolas e saneando à esquerda, mas sim criando condições para a melhor formação profissional de todos os professores, respeitando as estruturas democráticas do ensino, melhorando-as e fortalecendo-as.

# MINAS DA PANASQUEIRA: UM CONFLITO NÃO RACIAL

**O chamado "conflito racial" das Minas da Panasqueira não é mais do que o resultado dos métodos de divisão dos trabalhadores**

"Conflito de características raciais" eis como o Secretário de Estado da Comunicação Social qualificou os recentes acontecimentos nas Minas da Panasqueira dos quais resultaram feridos e um morto (e não dois como a imprensa reaccionária e sensacionalista apregoou em grandes títulos). Também o director das Minas, representante do monopólio imperialista britânico concessionário, sintetizou a situação em "questões raciais".

No conjunto desta "pluralista" visão do ocorrido, uma voz também usualmente "pluralista" apresentou uma discordância. Referimo-nos à RTP que esteve no local e aí ouviu, além de um delegado sindical, a mulher de um trabalhador cabo-verdiano, há três anos trabalhador das Minas, mas que após os confrontos fora como os demais transferido para o Campo Militar de Santa Margarida. Essa jovem mulher cabo-verdiana, rodeada de filhos, afirmou para a quem quis ouvir numa reportagem, integrada no Telejornal do último sábado, que jamais fora vítima de atitudes raciais, elogiando os vizinhos, todos eles também, familiares de trabalhadores das Minas.

O que concluir de tudo isto? A verdade é que sucederam encontros violentos entre trabalhadores cabo-verdianos e portugueses. Na origem destes encontros parece estar o facto de um grupo de africanos ter invadido o dormitório de trabalhadores da Beira Alta, de noite, sequestrando-os durante horas, respondendo os portugueses com a recusa de trabalharem, lado a lado, dos cabo-verdianos quando da entrada do turno das 16 horas do dia seguinte. A partir daqui, iniciaram-se lutas de corpo a corpo, que evoluiriam para uma batalha entre os dois campos.

Esta a causa imediata do sucedido. Mas para trás estão as razões profundas da exploração. Que estas nada têm a ver com questões raciais, o mais elementar bom senso e conclui quando se sabe que a presença de trabalhadores cabo-verdianos nas minas data de há sete anos e a haver problemas raciais eles teriam eclodido antes da formação de um clima de convivência inevitável entre quem trabalha anos em conjunto, sujeito às mesmas condições de trabalho e habita em casas ou dormitórios construídos em contiguidade. Se alguma discriminação existe entre os trabalhadores das Minas ela é de estado civil pois os casados têm direito a casa e os solteiros são amontoados em camaratas.

A real tensão que existia entre os trabalhadores vem de longe e foi alimentada desde sempre com o mesmo espírito que hoje dita as reportagens sensacionalistas e as acusações de racismo, tentando reduzir a consciência de classe ao tom de branco e negro para fazer esquecer a exploração, os métodos de divisão dos trabalhadores empregues pelos capitalistas, o facto da empresa britânica Berliat, concessionária das minas, ter fechado os olhos a grupos marginais de desempregados cabo-verdianos que faziam do jogo e da prostituição elementos de alienação dos trabalhadores. Que este grupo de marginais seja no caso constituído por africanos é um acaso. Nas escolas, por exemplo, os grupos de marginais que fazem da droga um negócio e um crime contra a juventude são brancos, portugueses e não raro das melhores famílias... Mas num caso como noutro, o que importa é corromper, perturbar as relações sociais, tornar inimigos aqueles que, lado a lado, irmanados nos mesmos objectivos constituiriam um obstáculo à exploração imperialista instalada no nosso país. É a persistência de uma das armas do capitalismo, do fascismo e do colonialismo. Também nas empresas onde trabalharam homens e mulheres se observou não raramente que o patronato logrou antagonizá-los, dividi-los, facilitando assim a obstenção dos seus lucros e ganhando a sua tranquilidade de explorador.

Aqui os meios foram os mesmos, os fins idênticos. Lamentável é que tenham alcançado êxito. Quem fica sorridente é não somente a empresa como as forças reaccionárias que arranjaram pano para gritantes artigos sobre o ''racismo'' dos trabalhadores e aqueles que, em vão, tentam prejudicar as relações de Portugal com a República Popular de Cabo Verde. Os trabalhadores portugueses das Minas da Panasqueira dizem "há cabo-verdianos e cabo-verdianos". Deveriam dizer com maior correcção "há trabalhadores e trabalhadores" pois são ainda alguns os exemplos daqueles que nas empresas e nos campos preferem vender-se ao seu único inimigo de classe, o capitalismo, transformando-se em lacaios do patronato contra a unidade dos trabalhadores, garantia da sua vitória sobre a exploração.

# PORTUGAL NA LUTA PELA PAZ MUNDIAL

**O contributo dado por Portugal à causa da paz no Mundo através do processo de descolonização foi sublinhado no decorrer da Conferência Mundial pelo desarmamento, realizada em Helsínquia no mês passado.**

*A corrida aos armamentos encoraja as forças agressivas, o fascismo e o colonialismo e agrava o aumento do custo de vida, a inflação e a crise económica.*

*O desanuviamento, pelo contrário, tem feito recuar a ameaça nuclear e é favorável à luta dos povos por uma nova ordem económica internacional, pela independência nacional, a democracia, a justiça e o progresso social* — sublinha o Novo Apelo de Estocolmo.

O papel deste documento foi uma vez mais posto em realce no decorrer de uma conferência de Imprensa promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), com o objectivo de dar a conhecer a participação portuguesa na Conferência que reuniu em Helsínquia (Finlândia), de 23 a 26 de Setembro último, cerca de 500 representantes de 52 organizações internacionais de 90 países.

No encontro com os jornalistas estiveram presentes Silas Cerqueira, Carlos Candal, Rui Grácio, Sousa Fernandes e o padre Ponces de Carvalho.

A delegação portuguesa à Conferência de Helsínquia foi constituída por 17 pessoas, de diversas tendências políticas e religiosas, tendo sido presidida pelo dr. Carlos Candal, que informou os jornalistas sobre o debate ocorrido numa das quatro comissões de trabalho da Conferência — a que tratou do "Desarmamento e as instituições sociais num mundo em transformação" e em que participou também o dr. Rui Grácio.

O dr. Silas Cerqueira e o major João Moniz Barreto, este em representação do Conselho da Revolução, colaboraram nos trabalhos da comissão que se debruçou sobre o "Fim da corrida aos armamentos, redução dos armamentos e desanuviamento". O padre Sousa Fernandes, o eng. Luís Pessoa, Horácio Bicho, da JOC, e Manuel Vicente, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora estiveram presentes na comissão que abordou "as consequências económicas e sociais da corrida aos armamentos e o desarmamento".

A terceira comissão — "O desarmamento e os países em vias de desenvolvimento" — teve como vice-presidente o prof. Pinto Correia. Pela delegação portuguesa participaram ainda no debate deste grupo de trabalho o padre Ponces de Carvalho e Lurdes Pessoa.

*Durante o encontro de Helsínquia foi referido o contributo dado por Portugal à causa da paz no mundo através da descolonização.*

### DELEGAÇÃO DO CPPC NA CONFERÊNCIA DE BUDAPESTE

Uma delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação apresentou em Budapeste, na *Conferência Mundial de Representantes da Opinião Pública sobre a Luta pelo Desenvolvimento e a Paz*, uma mensagem onde se analisam as diversas etapas do processo democrático no nosso país.

À sessão inaugural da Conferência, que foi presidida pelo camarada Istvan Sarlos, do CC do P.O.S.H. e do "bureau" político da Frente Popular Patriótica Húngara, estiveram presentes cerca de 500 representantes de países de cinco continentes. O presidente da República da Guiné-Bissau, camarada Luís Cabral, esteve na mesa que orientou a sessão, ao lado do professor Bognar, da Academia de Ciências da República Popular da Hungria, Romesh Shandra, secretário-geral do Conselho Mundial da Paz, e ainda o tenente-coronel Bragança Moutinho, da Força Aérea Portuguesa, membro da delegação do CPPC.

Na sua mensagem à Conferência, o Conselho Português para a Paz e Cooperação abordou alguns aspectos relacionados com a luta pela independência nacional no nosso país, salientando o papel da Constituição da República Portuguesa no que respeita, nomeadamente, à consagração das relações de amizade e cooperação internacional, o direito dos povos à autodeterminação e à independência, a solução pacífica dos conflitos internacionais, a não-ingerência nos assuntos internos de outros estados, o combate ao imperialismo, ao colonialismo e às forças agressivas, o desarmamento e a dissolução dos blocos militares.

A delegação portuguesa é composta por monsenhor José Soares Martins, prof. Mário Murteira, dr. Maia Cadete e pelo camarada Carlos Carvalhas, membros da presidência do CPPC, e ainda por outras individualidades convidadas, nomeadamente, o tenente-coronel Bragança Moutinho, dr. Avelãs Nunes, Tibério Ventura, dr. Jorge Moita, dr. Ribeiro de Carvalho e Álvaro Rana.

# SEMANA DA CULTURA PORTUGUESA NA URSS

Integrada no espírito da cooperação e da amizade internacionalista, decorre em Moscovo até ao próximo domingo, dia 17, a **Semana da Cultura Portuguesa na URSS.** Nesta grandiosa jornada — através da qual o povo soviético tem vindo a manifestar uma vez mais a sua solidariedade activa para com a luta dos trabalhadores portugueses — está presente uma delegação composta por várias figuras da vida cultural e artística do nosso país.

A representação portuguesa, que tem participado em vários debates e colóquios sobre Cultura, é presidida pelo professor Óscar Lopes, director da Faculdade de Letras do Porto e membro da direcção da Associação de Amizade Portugal-URSS, sendo ainda constituída pelo dr. Joaquim Namorado, poeta e vice-presidente do Instituto de Coimbra; dr. Mário Dionísio, especialista em questões relacionadas com Arte e Literatura, poeta e romancista; Ana Máscolo, professora do Conservatório, fundadora e directora de um Estúdio-Escola de Ballet Clássico; António Campos, realizador de cinema; Rui Mário Gonçalves, crítico de Arte e vice-presidente da Sociedade Nacional de Belas-Artes; Carlos Paredes, Fernando Alvim, Luísa Basto e o agrupamento "Outubro", conhecidos intérpretes da música portuguesa.

# MORTE DE UM CAMARADA EM CIRCUNSTÂNCIAS ESTRANHAS

Muitas centenas de trabalhadores incorporaram-se no funeral do camarada José Manuel Mendes, falecido em circunstâncias estranhas que as autoridades ainda se encontram a investigar.

José Manuel Mendes era militante do nosso Partido e pertencia à Comissão Directiva da Cooperativa Agrícola 25 de Abril, de Casa Branca — Sousel.

A sua morte ocorreu na tarde do passado dia 5, quando o nosso infeliz camarada se encontrava a caçar na companhia de um filho e de um outro trabalhador da Cooperativa. De repente foi atingido por um tiro de espingarda, que lhe causou a morte.

O camarada José Manuel Mendes foi um dos impulsionadores da abertura de um Centro de Trabalho do nosso Partido em Casa Branca, logo após o 25 de Abril e distinguiu-se como um activo delegado sindical e destacado dirigente cooperativista.

Em sinal de luto, as cooperativas agrícolas da região não trabalharam na tarde em que se realizou o funeral.